



MINISTÉRIO DAS CIDADES
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE S.A – TRENSURB

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº 123/2011 e Norma de execução nº 03/2010 aprovada pela Portaria CGU nº 2.546/2010.

Unidade Responsável:

GEPLA – Gerência de Planejamento

Porto Alegre, 2012

SUMÁRIO

PARTE A - CONTEÚDO GERAL.....	12
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE.....	13
2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	17
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	17
2.1.1 <i>Competência Institucional</i>	17
2.1.2 <i>Objetivos Estratégicos</i>	17
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	20
2.2.1 <i>Compromisso com a Sustentabilidade</i>	20
2.2.2 <i>Qualificação dos Serviços</i>	22
2.2.3 <i>Valorização dos Empregados</i>	23
2.2.4 <i>Expansão da Empresa</i>	23
2.2.4.1 <i>Expansão da Linha 1 - Implantação do Trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre</i>	24
2.2.4.2 <i>Implantação do Sistema APM Aeromóvel</i>	24
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	25
2.3.1 <i>Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ - NÃO APLICÁVEL</i>	25
2.3.2 <i>Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade</i>	25
2.3.3 <i>Programa 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros</i>	28
2.3.3.1 <i>Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos</i>	29
2.3.3.2 <i>Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes</i>	30
2.3.3.3 <i>Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados</i>	31
2.3.3.4 <i>Ação 2012 – Auxílio alimentação aos servidores e empregados</i>	32
2.3.3.5 <i>Ação 2011 – Auxílio transporte aos servidores e empregados</i>	33
2.3.3.6 <i>Ação 6438 – Capacitação de recursos humanos para transportes coletivos urbanos</i>	34
2.3.3.7 <i>Ação 0110 – Contribuição à Previdência Privada</i>	36
2.3.3.8 <i>Ação 7L64 – Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS</i>	37
2.3.3.9 <i>Ação 2843 – Funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros</i>	39
2.3.3.10 <i>Ação 2272 – Gestão e administração do programa</i>	41
2.3.3.11 <i>Ação 10T9 – Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS</i>	43
2.3.3.12 <i>Ação 13US – Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel</i>	44
2.3.3.13 <i>Ação 5174 – Modernização do sistema de trens urbanos de Porto Alegre – RS</i>	45
2.3.3.14 <i>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública</i>	47
2.3.4 <i>Programa 1078 – Nacional de Acessibilidade</i>	49
2.3.4.1 <i>Ação 1034 – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS à Acessibilidade Universal</i>	49
2.3.5 <i>Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</i>	51
2.3.5.1 <i>Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista</i>	51
2.3.5.2 <i>Ação 002F – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista</i>	52

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	53
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	53
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	54
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	54
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	54
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	56
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	56
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	56
2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação.....	56
2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	58
2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	59
2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	61
2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	61
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	62
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	63
2.4.7 Indicadores Institucionais	64
2.4.7.1 Taxa de Cobertura.....	66
2.4.7.2 Passageiros Transportados	68
2.4.7.3 Receitas no Exercício.....	68
2.4.7.4 Despesas no Exercício.....	73
2.4.7.5 Satisfação dos Usuários	76
2.4.7.6 Indicadores Operacionais.....	79
2.4.7.7 Levantamento Socioambiental	81
3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	83
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	83
3.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	84
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	86
5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	86
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	86
5.1.1 Disposição da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada	86
5.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	87
5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Unidade Jurisdicionada.....	88
5.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	88
5.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	89
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS - NÃO APLICÁVEL	89
5.2.1 Qualificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria - NÃO APLICÁVEL	89

5.2.2 Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada - Situação apurada em 31/12 - NÃO APLICÁVEL	90
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	90
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	91
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	93
5.5.1 Informações sobre Terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	93
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados - NÃO APLICÁVEL.....	93
5.5.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade.....	94
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão – NÃO OCORREU NO PERÍODO.....	94
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	95
6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	99
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	99
6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011	99
6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	100
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	100
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO CONTRATOS DE REPASSE.....	101
6.2.1 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	102
6.3 ANÁLISE CRÍTICA.....	102
7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL SOBRE SIASG	104
8 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	105
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93.....	105
8.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	105
9 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	106
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	106
10 INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	108
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	108
11 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO.....	111
11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	111
12 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	114
12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	114
13 CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	115
14 RENÚNCIAS TRIBUTÁVEIS.....	115

15 DELIBERAÇÕES DO TCU E RECOMENDAÇÕES DO OCI	116
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	116
15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	120
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	121
15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	123
16 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	125
16.1 INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO	125
16.2 INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO.....	145
17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	160
PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	162
1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI	163
2 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 4.320/64) – NÃO APLICÁVEL.....	164
3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 6.404/76).....	165
4 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	184
4.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	184
4.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA	185
5 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	186
PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO	188
1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	189
1.1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES.....	189
1.1.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	189
1.1.2 Demonstrativos sobre a Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	190
2 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	195

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB – Relatório de Gestão Individual	13
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - NÃO APLICÁVEL	25
Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade.....	26
Quadro A.2.2.1 - Execução Financeira das Ações Realizadas pela Unidade	27
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	53
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	54
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	54
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	55
Quadro A.2.7 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - NÃO APLICÁVEL	56
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.....	57
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	58
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	59
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação - NÃO APLICÁVEL.....	61
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - NÃO APLICÁVEL.....	62
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - NÃO APLICÁVEL.....	63
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	83
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	85
Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	86
Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	87
Quadro A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e da UJ (Situação em 31 de dezembro)	88
Quadro A.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.....	88
Quadro A.5.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	89
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de Dezembro - NÃO APLICÁVEL.....	89
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 - NÃO APLICÁVEL.....	90

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	90
Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	91
Quadro A.5.9 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada - NÃO APLICÁVEL	93
Quadro A.5.10 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados - NÃO APLICÁVEL ..	93
Quadro A.5.11 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados - NÃO APLICÁVEL	93
Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	94
Quadro A.5.13 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra – NÃO OCORREU NO PERÍODO	94
Quadro A.6.1 Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	99
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	100
Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes	100
Quadro A.6.4 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo De Cooperação e de Contratos de Repasse - NÃO OCORREU NO PERÍODO.....	101
Quadro A.6.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse – NÃO OCORREU NO PERÍODO	102
Quadro A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	105
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	106
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	108
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	111
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - NÃO APLICÁVEL	112
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ.....	112
Quadro A.12.1 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	114
Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	116
Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	120
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	121
Quadro A.15.4 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	123
Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social.....	184

Quadro B.4.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	185
Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	191
Quadro C.12.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores	192
Quadro C.12.2.1 - Síntese da Remuneração dos Administradores	193
Quadro C.12.2.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores	194
Quadro C.12.3 - Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores - NÃO APLICÁVEL.....	194

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Unidades Organizacionais	15
Tabela II - Dados Gerais do Programa 1295	28
Tabela III - Dados gerais da ação 20CW	29
Tabela IV - Metas e Resultados da ação 20CW no exercício	30
Tabela V - Dados Gerais da ação 2004	30
Tabela VI - Metas e Resultados da ação 2004 no exercício.....	31
Tabela VII - Dados gerais da ação 2010	31
Tabela VIII - Metas e Resultados da ação 2010 no exercício	32
Tabela IX - Dados gerais da ação 2012.....	32
Tabela X - Metas e Resultados da ação 2012 no exercício	33
Tabela XI - Dados gerais da ação 2011	33
Tabela XII - Metas e Resultados da ação 2011 no exercício	34
Tabela XIII - Dados gerais da ação 6438	34
Tabela XIV - Metas e Resultados da ação 6438 no exercício.....	36
Tabela XV - Dados gerais da ação 0110	36
Tabela XVI - Metas e Resultados da ação 0110 no exercício.....	37
Tabela XVII - Dados gerais da ação 7L64 - 0056.....	38
Tabela XVIII - Metas e Resultados da ação 7L64 – 0056 no exercício.....	39
Tabela XIX - Dados gerais da ação 2843	39
Tabela XX - Metas e Resultados da ação 2843 no exercício	41
Tabela XXI - Dados gerais da ação 2272.....	41
Tabela XXII - Metas e Resultados da ação 2272 no exercício	42
Tabela XXIII - Dados gerais da ação 10T9.....	43
Tabela XXIV - Metas e Resultados da ação 10T9 no exercício	44
Tabela XXV - Dados gerais da ação 13US	44
Tabela XXVI - Metas e Resultados da ação 13US no exercício.....	45
Tabela XXVII - Dados gerais da ação 5174	46
Tabela XXVIII - Metas e Resultados da ação 5174 no exercício	47
Tabela XXIX - Dados gerais da ação 4641	47
Tabela XXX - Metas e Resultados da ação 4641 no exercício	48
Tabela XXXI - Dados gerais do programa 1078.....	49
Tabela XXXII - Dados gerais da ação 1034.....	49
Tabela XXXIII - Metas e Resultados da ação 1034 no exercício	50

Tabela XXXIV - Dados gerais do programa 0901	51
Tabela XXXV - Dados gerais da ação 0022	51
Tabela XXXVI - Metas e Resultados da ação 0022 no exercício	52
Tabela XXXVII - Dados gerais da ação 002F	52
Tabela XXXVIII - Metas e Resultados da ação 002F no exercício	52
Tabela XXXIX - Indicadores Globais.....	64
Tabela XL - Evolução dos Passageiros Transportados pela TRENSURB.....	68
Tabela XLI - Total da Receita Operacional de Transportes.....	69
Tabela XLII - Bilhetes Vendidos	70
Tabela XLIII - Valor das Tarifas Comparativo 2010-2011	71
Tabela XLIV - Benefícios Tarifários com os Bilhetes de Integração	72
Tabela XLV - Despesas com Pessoal.....	74
Tabela XLVI - Despesas com Serviços de Terceiros.....	75
Tabela XLVII - Total Custo Energia Elétrica de Tração	75
Tabela XLVIII - Análise por ano de realização das pesquisas	76
Tabela XLIX - Grau de satisfação usuários da TRENSURB em relação aos itens avaliados	78
Tabela L - Análise comparativa do motivo de utilização do trem	79
Tabela LI - MKBF - Comparativo 2010-2011	80
Tabela LII - Quadro Resumo Indicadores Econômicos	82
Tabela LIII - Índice de Absenteísmo.....	95
Tabela LIV - Padrões OIT para Acidentes de Trabalho.....	96
Tabela LV - Histórico Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho.....	96
Tabela LVI - Quantitativo de Acidentes de Trabalho	97
Tabela LVII - Rotatividade anual.....	97
Tabela LVIII - Admissões e Demissões.....	97
Tabela LIX - Índice de Satisfação dos Empregados	98

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Organograma	14
Figura II – Mapa Estratégico.....	19
Figura III – Gráfico Evolução do Índice da Taxa de Cobertura Operacional	67
Figura IV – Gráfico Evolução da Relação Receita-Despesa por Passageiro	67
Figura V – Gráfico Evolução da Receita Comercial	73
Figura VI – Perfil dos Usuários.....	77
Figura VII – Índice de Regularidade do Serviço – Viagens Realizadas	80

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

(DN 108/2010- ANEXO II – TCU)

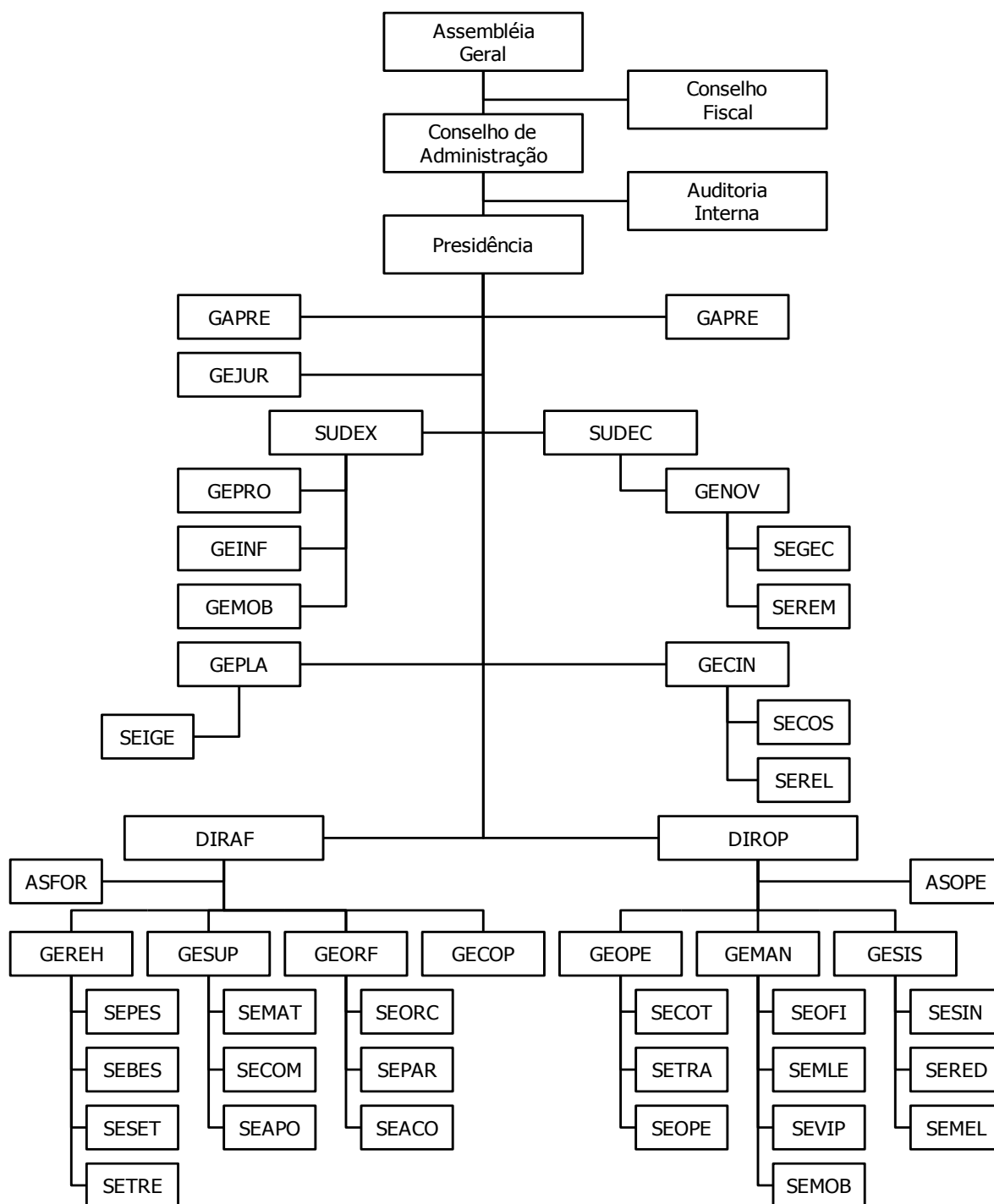
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Quadro A.1.1 – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A			
Denominação abreviada: TRENSURB			
Código SIORG: 00958		Código LOA: 56201	
Código SIAFI: 275060			
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			
Principal Atividade: Transporte metroviário			Código CNAE: 4912-4-02
Telefones/Fax de contato:	(051) 3363.8000	(051) 3363.8040	(051) 3363.8216
Endereço eletrônico: marcia.zorn@trensurb.gov.br			
Página da Internet: http://www.trensurb.gov.br			
Endereço Postal: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Bairro Humaitá Porto Alegre – RS CEP: 90.250-140.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 3.115, Art. 5º, de 16 de março de 1957.		Última revisão Estatuto Social: 09/12/2011	
Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980 e Estatuto Social.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
NPG-ORG-101 (Regimento Interno da TRENSURB)		Última revisão: 18/11/2008	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<p>A TRENSURB através do Regimento Interno fixou sob a forma de Sistemas os chamados Manuais de Processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as atividades de: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Para cada “sistema” há correspondente manual de procedimentos. Todas as Normas da empresa estão publicadas no Portal Notes - Intranet.</p> <p>As informações aos usuários estão disponíveis através de canais publicados em mídia impressa e por meio eletrônico, tais como: periódico “Notícia na Linha” (Jornal tipo mural, colocado em painéis nas estações e no interior dos trens, seu conteúdo aborda temas de interesse dos usuários: dicas e orientações operacionais, campanhas sociais, ações e realizações da empresa), Guia do Usuário (Guias informativos apresentando os principais serviços da TRENSURB: horários, tarifas, linhas de integração, intervalo entre trens, pontos de atração junto às estações), Central de Atendimento e Portal da Internet.</p>			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
275060	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
27208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
275060		27208	

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento)

Figura I – Organograma



Novembro/2008

Tabela I - Unidades Organizacionais

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLA
AUDITORIA INTERNA	AUDIN
PRESIDÊNCIA	PRES
Gabinete da Presidência	GAPRE
Gerência Jurídica	GEJUR
Gerência de Comunicação Integrada	GECIN
Setor de Relações Comunitárias	SEREL
Setor de Comunicação Social	SECOS
Gerência de Planejamento	GEPLA
Setor de Informações para a Gestão	SEIGE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO	SUDEX
Gerência de Mobilidade Urbana	GEMOB
Gerência de Projetos e Obras	GEPRO
Gerência de Informática	GEINF
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL	SUDEC
Gerência de Novos Negócios	GENOV
Setor de Relacionamento com o Mercado	SEREM
Setor de Gestão Comercial	SEGEC
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	DIRAF
Gerência de Recursos Humanos	GEREH
Setor de Pessoal	SEPES
Setor de Benefícios e Serviço Social	SEBES
Setor de Higiene e Segurança do Trabalho	SESET
Setor de Seleção e Treinamento	SETRE
Gerência de Suprimento e Apoio	GESUP
Setor de Materiais	SEMAT
Setor de Compras	SECOM
Setor de Apoio	SEAPO
Gerência de Orçamento e Finanças	GEORF
Setor de Orçamento	SEORC
Setor de Pagamentos e Receitas	SEPAR
Setor de Administração de Contratos	SEACO
Gerência de Contabilidade e Patrimônio	GECOP
DIRETORIA DE OPERAÇÕES	DIROP
Gerência de Operações	GEOPE
Setor de Operações	SEOPE
Setor de Controle Operacional	SECOT
Setor de Trafego	SETRA

Gerência de Manutenção	GEMAN
Setor de Oficina	SEOFI
Setor de Manutenção Leve	SEMLE
Setor de Via Permanente	SEVIP
Setor de Manutenção e Obras	SEMOB
Gerência de Sistemas	GESIS
Setor de Sinalização	SESIN
Setor de Rede Aérea	SERED
Setor de Manutenção e Elétrica	SEMEL

2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência Institucional

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades e atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. A TRENSURB foi constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957 e Decreto n.º 84.640, de 17 de abril de 1980, sendo regida por seu Estatuto Social, legislação aplicável as Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976, consolidada) e por Regimento Interno e tem como objetivo social a construção, implantação e exploração de um serviço de trens urbanos na Região metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e a exploração de atividades conexas ou complementares a esse serviço.

A TRENSURB por tratar-se de uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima (S.A.), deve cumprir, portanto, as disposições da Lei n. 6.404/76 (Lei das S.A.), sendo assim, os fornecimentos de suprimentos por compras e contratação de serviços são realizados por processos licitatórios, embasados na Lei 8.666/93. Por ser de capital público, e depender de recursos da união é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, atende, também, as disposições contidas na Lei n. 4320/64 (Lei do orçamento da União).

Sua maior acionista é a União, com 99,39% do capital, seguida do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 0,46% e o município de Porto Alegre 0,14%. A sede administrativa da TRENSURB localiza-se em Porto Alegre, Bairro Humaitá, na Capital gaúcha. Sua finalidade precípua é promover a mobilidade urbana, com segurança, pontualidade e responsabilidade socioambiental na RMPA.

Criada em 1980, iniciou suas atividades em 1985, tendo alcançado em Janeiro de 2011, 1 (um) bilhão de passageiros transportados - em 25 anos de operação. Estima-se que o uso do modal metroferroviário na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de operação, representou uma economia de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões para sociedade.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

O Planejamento Estratégico na TRENSURB foi instituído a partir de 2003 com o objetivo de apoiar e qualificar o processo de tomada de decisão, promover a melhoria do desempenho operacional e econômico da Empresa. O Planejamento Estratégico associado à metodologia do Balanced Scorecard (BSC) constitui um plano de trabalho para o alcance dos objetivos e metas que a TRENSURB se propõe, tornando-se o principal referencial da gestão para realização de sua função institucional. Sua atualização deve ser realizada sempre que novas circunstâncias que afetam a organização e seu ambiente ocorrerem. Seu monitoramento, avaliação e possíveis revisões são necessárias para readequar o rumo da estratégia e ajustar o detalhamento e operacionalização das políticas de gestão.

Com o encerramento do ciclo do Planejamento Estratégico 2008-2011, a empresa inicia no final do ano de 2011, sua revisão para o novo ciclo de 2012 a 2015, estabelecendo um conjunto de metas gerais a serem perseguidas neste período considerando, principalmente, as condições do

contexto geral para as empresas estatais definidas pelo Governo Federal e as condições atuais do setor de transportes e do setor metroferroviário em nosso país.

Declarações Estratégicas

As declarações estratégicas da TRENSURB contribuem para o alinhamento e alcance do Planejamento Estratégico da empresa, pois sendo o foco de todos os colaboradores em cada área, produzem os meios e requisitos para a consecução plena de seus objetivos estratégico, táticos e operacionais.

A Missão, a Visão, os Valores e o Negócio da TRENSURB ancoram a empresa como um todo voltado ao seu Plano Estratégico, devendo estar presente como base filosófica para tomadas de decisão e desenvolvimento das ações necessárias à operação e expansão do sistema como um todo.

MISSÃO

“Oferecer soluções em mobilidade urbana com segurança, pontualidade e responsabilidade socioambiental”.

VISÃO

“Empresa sob gestão pública, sustentável, estruturadora da mobilidade urbana, referência no transporte de passageiros, atuando com responsabilidade socioambiental, em permanente expansão e atualização tecnológica”.

VALORES

- *Ética nas relações;*
- *Responsabilidade socioambiental;*
- *Transparência administrativa;*
- *Agilidade na solução de problemas;*
- *Comprometimento das pessoas com os objetivos da empresa.*

NEGÓCIO

“Oferecer soluções de mobilidade e serviços”.

A tradução da estratégia da organização em objetivos estratégicos específicos se dá através do Balanced Scorecard (BSC), organizados em um diagrama, denominado de mapa estratégico, que demonstra a relação de causa e efeito entre os objetivos estratégicos nas diferentes perspectivas adotadas, permitindo às pessoas o entendimento mais claro da importância de suas unidades operacionais e de sua participação individual no contexto geral da organização.

A seguir, na figura 2, está apresentado o Mapa Estratégico.

Figura II – Mapa Estratégico



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento)

Destacamos abaixo o funcionamento do Balanced Scorecard (BSC) que ocorre através de quatro perspectivas, e inseridas nestas perspectivas, estão relacionados os seus objetivos:

Perspectiva Financeira

- Aumentar a Receita
- Buscar a Sustentabilidade
- Reduzir e Racionalizar custos

Perspectiva Clientes, Mercado e Sociedade

- Expandir a Empresa
- Aumentar a Satisfação do Cliente e da Sociedade
- Garantir a Acessibilidade Universal
- Oferecer Soluções de Mobilidade Urbana e Contribuir para a Inclusão Social

Perspectiva Processos Internos

- Modernizar Instalações, Equipamentos e Sistemas
- Prospectar e Desenvolver Novos Negócios
- Assegurar a Melhoria do Desempenho
- Implantar a Gestão da Qualidade

- Implantar Metodologia da Gestão de Projetos

Perspectiva Aprendizado e Conhecimento

- Aumentar a Satisfação dos Empregados
- Desenvolver Política de Gestão de Pessoas
- Ajustar a Estrutura Organizacional e Funcional

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

No processo de Planejamento Estratégico da empresa, os eixos estratégicos são os pilares norteadores para a modelagem do plano, pois servem para direcionar as políticas da organização, promovendo a alocação dos recursos segundo a priorização das ações e projetos para alcançar o desempenho desejado.

Os principais eixos estratégicos do planejamento que orientaram a empresa nos anos recentes foram:

- ✓ COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE
- ✓ QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
- ✓ VALORIZAÇÃO DOS EMPREGADOS
- ✓ EXPANSÃO DA EMPRESA

Ao longo do exercício de 2011, a TRENSURB, com a finalidade de alinhar seu desempenho com as diretrizes do planejamento estratégico da organização, priorizou ações para atender seus objetivos, buscando os resultados esperados.

Na sequência apresenta-se as principais ações por eixo estratégico desenvolvidas no ano de 2011.

2.2.1 Compromisso com a Sustentabilidade

Com base no tripé da sustentabilidade, que é gerar valor nas dimensões ambiental, econômica e social, a TRENSURB conduz sua gestão com foco para a definição de formas mais eficientes a fim de reduzir desperdícios, racionalizar o uso dos recursos e organizar o planejamento de todas as suas estruturas organizacionais.

ECONÔMICA - A busca da sustentabilidade através da ampliação da receita operacional e da geração de receitas extra-operacionais, racionalizando e reduzindo seus custos.

SOCIAL - Responsabilidade social é o compromisso que uma empresa possui de contribuir com o desenvolvimento, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos seus empregados, familiares e comunidade em geral. Com a expansão da Linha 1, através dos investimentos do Governo Federal, são realizadas ações de inclusão social com reassentamentos de famílias distribuídas em dois loteamentos: Brás III e Padre Orestes, ambos no município de São Leopoldo.

Além deste projeto a TRENSURB realiza contribuições à população através de ações sociais, contando com a participação da sociedade através de grande volume de doações, encaminhadas a famílias menos favorecidas ou a vítimas de situações de emergência, foram promovidas ou sediadas, ainda, diversas ações culturais e/ou de interesse da comunidade.

AMBIENTAL - Ao desenvolver seu serviço de transporte, a TRENSURB, utiliza energia limpa e renovável contribuindo para a redução dos impactos ambientais. Paralelamente a empresa contribui com a redução do número de acidentes e também contribui com a diminuição dos gastos de manutenção das vias públicas e custos com saúde pública.

Ações Socioambientais

Durante o ano de 2011, aponta-se o crescimento das ações socioambientais desenvolvidas pela empresa. Dentre inúmeras ações, cabe destacar:

✓ Prêmio Responsabilidade Social: Recebimento do troféu Tema Norteador Projetos de Sustentabilidade pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul;

✓ Coleta seletiva: A TRENSURB completou em 2011, quatro anos e meio de realização do projeto e encaminhou 45,7 toneladas de resíduos para reciclagem;

✓ Descarte ecológico de lâmpadas fluorescentes: Foram encaminhadas para empresa especializada na descontaminação e reciclagem 5 (cinco) mil lâmpadas fluorescentes utilizadas nos trens, estações, oficinas e prédios da empresa;

✓ Campanha do Agasalho: Em 2011, 40.230 quilos de roupas e calçados foram arrecadados. As doações foram feitas a entidades de 14 municípios;

✓ Biblioteca Livros sobre Trilhos: A biblioteca encerra o ano de 2011, com mais de 2 (dois) mil sócios e com um acervo de 3.350 livros. A parceria da TRENSURB com o Instituto Brasil Leitor ofereceu também, programações para escolas e exposições artísticas;

✓ Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): A TRENSURB aderiu ao programa A3P do Ministério do Meio Ambiente, que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo.

Taxa de Cobertura

A TRENSURB é uma empresa estatal federal de economia mista, vinculada ao Governo Federal, sendo este o acionista majoritário. Para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, necessita do aporte de recursos da União, caracterizando-se, portanto, como uma empresa voltada a inclusão social, cujo valor da tarifa e limites de orçamento é definido pelo Governo Federal.

Considerando as peculiaridades descritas, cabe à empresa buscar a sustentabilidade ampliando a receita operacional, gerando novas receitas extra-operacionais, racionalizando e reduzindo seus custos. Dentre os principais indicadores econômico-financeiros, destacam-se a análise dos resultados que se referem ao índice da Taxa de Cobertura Operacional, que descreve o quanto da despesa operacional é suprida pela receita própria e o quanto das necessidades foi atendido através das receitas de subvenções resultantes do aporte de recursos do Governo Federal. Dessa forma destaca-se:

- Representa a sustentabilidade econômica da TRENSURB na relação entre suas receitas próprias e as despesas para seu funcionamento;
- Demonstra a eficiência dos processos da empresa, perante sua atividade fim, ou seja, o transporte de passageiros;
- É o principal índice financeiro da TRENSURB, seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa.

2.2.2 Qualificação dos Serviços

A natureza da atividade da TRENSURB é o transporte metroviário. Seu Estatuto Social prevê como atividade principal “o planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) bem como o desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares”, portanto prioriza a qualidade do serviço prestado à sociedade, com valorização e respeito às pessoas.

Modernizações

A TRENSURB finalizou, no dia 17 de setembro de 2011, a troca dos freios de sua frota de trens. O Setor de Oficina (Seofi) da empresa realizou a colocação do novo sistema de freios microprocessados em todos os 25 veículos da frota. A implantação havia iniciado em 2006 e, neste ano, foram cinco os veículos atualizados, sendo o Trem Unidade Elétrica (TUE) 120 o último deles.

Com a modernização, a TRENSURB economiza nos custos de manutenção, melhora a resistência das rodas dos trens, aumenta a quilometragem média entre falhas (MKBF) e reduz o tempo médio de reparo (MTTR). Além disso, a mudança proporciona uma frenagem mais suave, precisa e confiável.

Os freios microprocessados possuem sistema eletrônico com comando eletropneumático, cujos sinais enviados pelos sensores são interpretados e transformados no acionamento de atuadores. A novidade substitui o antigo sistema CS-1, composto por aproximadamente 50 válvulas acionadas por comando pneumático, de difícil manutenção.

A implantação da bilhetagem eletrônica tem como objetivo criar condições para desenvolver a interoperabilidade com os demais sistemas em operação na cidade de Porto Alegre e demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Dessa forma, a fim de dar prosseguimento às ações necessárias à interoperabilidade dos sistemas de transporte da Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2010 foi iniciada a implementação da integração operacional e tarifária entre o Sistema Integrado Metropolitano – SIM e o Transporte Integrado – TRI, a implantação do passe antecipado e a implantação das gratuidades.

Em julho de 2011 foi implantado o sistema de Vale-Transporte através de cartões Smartcard, concomitantemente com a implantação da interoperabilidade entre a TRENSURB e todos os ônibus de Porto Alegre, com vantagens tarifárias para os usuários desses dois sistemas. A interoperabilidade dos sistemas SIM e TEU, continua em análise buscando compatibilizar as duas tecnologias.

As próximas etapas dizem respeito à integração com os municípios de Canoas, Sapucaia do Sul, Esteio, São Leopoldo e Novo Hamburgo, através de cartão eletrônico, implantação do cartão unitário e implantação das máquinas de venda automática de cartões.

Como forma de participar do desenvolvimento da sociedade a TRENSURB estimula às empresas nacionais de pequeno e médio porte, por meio do Núcleo de Nacionalização (NUNAC). Neste núcleo são desenvolvidos componentes para substituição de peças produzidas por fornecedores estrangeiros, com o propósito tanto de reduzir custos com importação e dependência tecnológica, quanto de promover o desenvolvimento e ofertar o mercado para empresas nacionais.

No mês de dezembro quatro amostras de bolsas de ar, produzidas em Porto Alegre, entraram na TRENSURB para testes funcionais. As bolsas de ar são usadas nos sistemas de suspensão dos trens, tem a função de amortecimento, proporcionando mais conforto na viagem, além da estabilização, melhoram indiretamente o desempenho da frenagem. Essas molas pneumáticas conferem confiabilidade e segurança aos trens. No total são necessárias 400 bolsas, cada trem necessita de 16 unidades, inicialmente a única opção era importar os componentes, o que acarretaria um custo inviável para empresa de R\$ 3,3 milhões. A solução encontrada pelo Setor de Oficina da TRENSURB, com apoio do Núcleo de Nacionalização da empresa, foi nacionalizar a produção, trazendo uma disponibilidade de fornecimento adequada com um investimento relativamente baixo, em torno de R\$ 1,8 milhão. Caso o produto seja homologado, representará uma economia de R\$ 1,5 milhão para TRENSURB na aquisição dos componentes.

2.2.3 Valorização dos Empregados

Pela natureza dos seus serviços, uma empresa como a TRENSURB não poderia bem cumprir sua missão se não dedicasse relevante atenção aos seus recursos humanos. Por isso, ela oferece benefícios voltados à valorização dos seus empregados, que repercute na qualidade dos serviços prestados e no melhor atendimento do público usuário, garantindo assim a excelência de seu compromisso com a responsabilidade social.

Programa de Saúde Integrada: O Centro de Bem-Estar e Saúde, com o Espaço de Condicionamento Físico proporciona a todos empregados desde 2010 serviços de musculação, pilates, yoga, massoterapia, quiropraxia, avaliação física e fisioterapia. As mudanças no restaurante da empresa representam mais uma fase na estruturação do Centro de Bem-Estar e Saúde, desde abril/2011 os empregados contam com um serviço mais qualificado e saudável no restaurante da empresa. O cardápio oferecido foi ampliado e traz opções de Buffet padrão, light e a La minuta. A TRENSURB é uma das vencedoras do Prêmio Top Ser Humano de 2011, da Associação Brasileira de Recursos Humanos, seccional do Rio Grande do Sul (ABRH-RS), com o case Centro de Bem-Estar e Saúde TRENSURB. A premiação destaca exemplos de excelência em práticas de gestão de pessoas e desenvolvimento humano. O case apresenta o processo de implantação e os resultados do Centro de Bem-Estar e Saúde da empresa, com destaque para o Espaço de Condicionamento Físico, ambiente amplo e bem equipado para a prática de exercícios de empregados de todas as idades. O Programa de Saúde Integrada da TRENSURB, do qual o Centro faz parte busca o bem-estar físico e uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores da empresa.

Treinamento e Desenvolvimento: O programa de Desenvolvimento Gerencial (Chefes/Gerentes/Supervisores) no ano de 2011 teve como objetivo desenvolver nos participantes as competências gerenciais que favoreçam o estilo de gestão predominantemente participativo, com foco no treinamento, acompanhamento e orientação da equipe de trabalho e proporcionar conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes de delegação e feedback na gestão de pessoas.

O Programa de Atualização pós Afastamento (PAPA) foi implementado com o objetivo de atualizar/orientar e integrar os empregados quando do retorno de afastamento de benefício previdenciário e férias, sobre as normas, procedimentos e orientações ocorridos na empresa durante seu afastamento.

2.2.4 Expansão da Empresa

Os projetos de expansão do sistema têm o objetivo de aumentar sensivelmente a capilaridade do modal metroviário troncal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

2.2.4.1 Expansão da Linha 1 - Implantação do Trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre

A presente expansão da TRENSURB, entre São Leopoldo e Novo Hamburgo, busca consolidá-la como empresa estruturadora do transporte público nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, ao longo do Corredor Norte. A obra, com início de execução efetiva em fevereiro de 2009, a partir da sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, tem se caracterizado por um ritmo notável, conforme destacado nos balanços periódicos das obras inscritas no PAC / Metrô.

O empreendimento prevê, no total, mais 9,3 quilômetros da Linha 1, atingindo ao final da atual implantação um total de 43 quilômetros de extensão, de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o trecho será estruturado em via elevada e comportará, com a recente suplementação orçamentária, cinco novas estações. O empreendimento, incluindo a Obra de Expansão e outras Ações Complementares a ela vinculadas, está orçado em R\$ 934,1 milhões, já considerada a referida suplementação autorizada pelo PAC, em julho/2011, no valor de R\$ 172,5 milhões.

Esses recursos destinam - se à construção plena da Estação Industrial, à qualificação das estações Rio dos Sinos, Santo Afonso, Fenac e Novo Hamburgo, aos serviços de melhoramento hidrodinâmico do Arroio Luiz Rau, à implantação da Av. Mauá e ao aporte de recursos adicionais para o Programa de Reassentamento de famílias, em São Leopoldo.

O percentual de execução físico-financeira da Obra, até dezembro/2011, atingiu o montante acumulado de 80,00%. Os percentuais informados já consideram o valor global do Contrato, aditado em razão da suplementação antes referida. O prazo final de conclusão da Obra está previsto para outubro/2012, entretanto há previsão de início dos testes de integração dos Sistemas Operacionais da 1ª etapa, até a Estação Santo Afonso, ainda em janeiro de 2012.

2.2.4.2 Implantação do Sistema APM Aeromóvel

A implantação do Aeromóvel entre a estação Aeroporto ao Aeroporto Salgado Filho trata-se de construção inédita no Brasil, de um Sistema APM (Automate People Mover) que irá ligar o novo terminal de passageiros do Aeroporto Salgado Filho de Porto Alegre à Estação Aeroporto da TRENSURB, com objetivo de facilitar o acesso às dependências do sítio aeroportuário e incentivar a redução do uso de veículos automotores. O objetivo da obra é unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo pulsante de demanda, estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô. Este é um projeto-piloto que poderá vir a ser reproduzido em outras estações do metrô gaúcho e também servir de modelo para outros sistemas do país para incrementar a mobilidade urbana em condições similares.

O projeto contempla a implantação de 1 km de via elevada, a construção de duas estações de embarque e desembarque, a aquisição de dois veículos (150 e 300 lugares) e operação 100% automatizada. A estrutura do projeto contempla o pacote tecnológico, via elevada, material rodante e estações, seu percentual de conclusão geral é de 62%, com previsão de término em 2012.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ - NÃO APLICÁVEL

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - NÃO APLICÁVEL

Os Programas inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA) não estão sob a responsabilidade da TRENSURB.

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
15	301	1295	20CW	A	3	Unidade	787	516	787
15	301	1295	2004	A	3	Unidade	3.102	2.479	3.102
15	365	1295	2010	A	3	Unidade	180	137	168
15	306	1295	2012	A	3	Unidade	1.186	1.020	1.062
15	331	1295	2011	A	3	Unidade	582	441	570
15	128	1295	6438	A	3	Unidade	960	773	133
15	122	1295	0110	OP	3	*NA	-	-	-
15	453	1295	7L64 -0056	P	1	% de execução física	100,00	23,03	100,00%
15	453	1295	2843	A	3	Unidade	164.239	170.567	186.975
15	122	1295	2272	A	3	*NA	-	-	-
15	453	1295	10T9	P	3	% de execução física	4,00	2,83	2%
15	453	1295	13US	P	1	% de execução física	100,00	82,35	-
15	453	1295	5174	P	3	% de execução física	2,00	0,185	1%
15	131	1295	4641	A	3	*NA	-	-	-
15	453	1078	1O34	P	3	% de execução física	31,00	8,66	4%
28	846	0901	0022	OP	3	*NA	-	-	-
28	846	0901	002F	OP	3	*NA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

*NA – Não aplicável.

Quadro A.2.2.1 - Execução Financeira das Ações Realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2012 R\$
15	301	1295	20CW	A	3	Unidade	141.605,00	141.605,00	141.605,00
15	301	1295	2004	A	3	Unidade	3.977.376,00	2.567.784,00	3.972.000,00
15	365	1295	2010	A	3	Unidade	402.288,00	358.053,00	384.000,00
15	306	1295	2012	A	3	Unidade	6.302.580,00	6.195.347,00	6.360.000,00
15	331	1295	2011	A	3	Unidade	490.368,00	415.608,00	480.000,00
15	128	1295	6438	A	3	Unidade	300.000,00	87.548,00	100.000,00
15	122	1295	0110	OP	3	*NA	2.630.000,00	2.478.880,00	2.799.300,00
15	453	1295	7L64 -0056	P	1	Execução	220.500.000,00	177.690.986,00	123.412.000,00
15	453	1295	2843	A	3	Unidade	154.095.666,00	132.382.414,00	69.843.278
15	122	1295	2272	A	3	*NA	15.708.340,00	12.743.532,00	12.622.779,00
15	453	1295	10T9	P	3	Execução	50.000,00	0,00	150.000,00
15	453	1295	13US	P	1	Execução	26.850.000,00	12.694.254,00	-
15	453	1295	5174	P	3	Execução	40.000,00	0,00	150.000,00
15	131	1295	4641	A	3	*NA	600.000,00	119.242,00	100.000,00
15	453	1078	1O34	P	3	Execução	3.100.000,00	0,00	300.000,00
28	846	0901	0022	OP	3	*NA	16.313.498,00	15.929.688,00	10.500.000,00
28	846	0901	002F	OP	3	*NA	100.000,00	50.186,00	500.000,00

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

*NA – Não aplicável.

A proposta orçamentária da TRENSURB para o exercício de 2011 objetivou o cumprimento das ações governamentais previstas para a empresa.

A Lei Orçamentária Anual, de nº 12.381, publicada em 09/02/2011, estimou a receita e fixou a despesa para TRENSURB no montante de R\$ 383.558.223,00 para o exercício de 2011. No decorrer do ano com as movimentações correspondentes a créditos suplementares, remanejamentos e cancelamentos, totalizou o valor de R\$ 451.631.721,00 do qual executamos o montante de R\$ 440.798.519,23 correspondente a 97,61%.

Cabe ressaltar que a TRENSURB no ano de 2011, encontrava-se com o orçamento contingenciado até a segunda quinzena de novembro, na ordem de 15%, conforme Decreto 7.445 de 1º de março de 2011, fato que comprometeu a execução das ações.

A análise crítica de cada ação será elencada no decorrer do capítulo 2.3.3.

2.3.3 Programa 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Tabela II - Dados Gerais do Programa 1295

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito.
Objetivos Específicos	Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir suas gestões para os governos locais.
Gerente do programa	Francisco Carlos Caballero Colombo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Humberto Kasper
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Porto Alegre.
Público-alvo (beneficiários)	População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Principais Ações do Programa na TRENSURB:

20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;

2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados;

2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados;

6438 – Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos;

0110 – Contribuição à Previdência Privada;

7L64 – Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS;

2843 – Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros;

2272 – Gestão e Administração do Programa;

10T9 – Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre/RS.

13US – Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel;

5174 – Modernizações do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS;

4641 – Publicidade de Utilidade Pública.

2.3.3.1. Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tabela III - Dados gerais da ação 20CW

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

No ano de 2011, 516 empregados realizaram Exames Periódicos, o que representou o cumprimento de 65,57% da previsão inicial. O Total de exames médicos periódicos, não alcançou o valor Previsto, tendo em vista 152 Exames demissionais realizados neste ano, diminuindo assim o número de Periódicos, bem como problemas com o atual sistema de convocação e pelas escalas de trabalho existentes na empresa, que indisponibiliza a imediata realização dos exames periódicos.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 0,00 (Fonte SIAFI).

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é pessoa beneficiada.

Tabela IV - Metas e Resultados da ação 20CW no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 141.605,00	R\$ 141.605,00	100,00%
FÍSICA	787	516	65,57%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.2. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tabela V - Dados Gerais da ação 2004

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

A Assistência Médica Complementar é realizada através de contrato com a UNIMED, onde são oferecidos aos empregados e dependentes, serviços e consultas em todas as especialidades médicas, exames laboratoriais, radiológicos e hospitalização em leitos semi-privativos, desde sua implantação, em novembro de 2008. A grande vantagem deste plano, além da qualidade dos serviços é a perspectiva de levá-lo, com todas as vantagens, para a aposentadoria.

A assistência odontológica é realizada pelo Serviço Social da Indústria - SESI em sua sede ou em uma Unidade Móvel instalada na empresa. O convênio com o SESI existe desde a fundação da empresa, há 25 anos, e, em outubro de 2010, houve a mudança no sistema de atendimento, passando a ser efetuado através de cartão magnético, o que trouxe mais comodidade ao empregado.

No ano de 2011, 2.479 empregados e dependentes, em média, utilizaram mensalmente o benefício, o que representou o cumprimento de 79,92% da previsão inicial. Este resultado está atrelado com o número significativo de demissões no ano de 2011, ao qual representam no desligamento dos empregados ao plano de saúde. Cabe salientar que a adesão ao plano não é

obrigatória, e que no início do exercício de 2011 a expectativa de 500 adesões (titulares e dependentes), não se concretizaram. As admissões realizadas não influenciaram significativamente no quantitativo

Sobre a meta financeira, foram executados 64,56% do orçamento previsto. Este resultado está atrelado ao percentual físico, que reflete o não atingimento de metas na sua totalidade.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 79,49% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 593.947,60 (Fonte SIAFI).

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é pessoa beneficiada.

Tabela VI - Metas e Resultados da ação 2004 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 3.977.376,00	R\$ 2.567.784,00	64,56%
FÍSICA	3.102	2.479	79,92%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.3 Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tabela VII - Dados gerais da ação 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente na Remuneração do empregado, a partir do pedido de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Esta ação, controlada administrativamente pela empresa, contempla aos empregados que possuem filhos menores de 07 anos de idade, assim como dependentes com necessidades especiais em qualquer idade.

Em 2011 houve a previsão de benefícios a 180 empregados, com o valor definido na Lei Orçamentária de R\$ 402.288,00. A meta física cumpriu-se com a demanda existente no exercício de 76,11% do previsto e a execução financeira ficou em 89,00% da meta prevista.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 0,00 (Fonte SIAFI).

Os resultados apresentaram uma redução em relação aos valores executados, em virtude da previsão orçamentária ter considerado uma maior admissão de novos empregados advindos do último concurso público, considerando 1 dependente por empregado, o fato não se concretizou no ano. Complementando o crescimento do saldo de demissões maiores em 2011.

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é a criança atendida.

Tabela VIII - Metas e Resultados da ação 2010 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 402.288,00	R\$ 358.053,00	89,00%
FÍSICA	180	137	76,11%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.4 Ação 2012 – Auxílio alimentação aos servidores e empregados

Tabela IX - Dados gerais da ação 2012

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Esta Ação é controlada administrativamente pela empresa, na qual disponibiliza o auxílio alimentação aos seus empregados.

Em 2011 houve a previsão de fornecimento de alimentação para 1.186 beneficiários, sendo que em média 1.020 usufruíram deste benefício, o que representa 86,00% de realização sobre a previsão.

O resultado da execução física e financeira atingida é reflexo da previsão do número de empregados projetados para 2011, no qual a meta foi definida com base nas novas contratações ocorridas e no saldo de empregados no período.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 6.302.580,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 107.233,09 (Fonte SIAFI).

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta ação é o servidor beneficiado.

Tabela X - Metas e Resultados da ação 2012 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 6.302.580,00	R\$ 6.195.347,00	98,30%
FÍSICA	1.186	1.020	86,00%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.5 Ação 2011 – Auxílio transporte aos servidores e empregados

Tabela XI - Dados gerais da ação 2011

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB

Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Ação controlada administrativamente pela empresa, na qual disponibiliza o auxílio-transporte para seus empregados.

Em 2011 houve a previsão de fornecimento mensal de auxílio-transporte para 582 empregados, sendo que em média 441 usufruíram deste benefício, representando 75,77% de realização sobre a previsão. Na previsão do orçamento de 2011 estão incluídas as admissões previstas para o ano, porém nem todos os novos contratados utilizam do benefício oferecido.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 490.368,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 88,83% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 19.992,96 (Fonte SIAFI).

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é servidor beneficiado.

Tabela XII - Metas e Resultados da ação 2011 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 490.368,00	R\$ 415.608,00	84,75%
FÍSICA	582	441	75,77%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.6 Ação 6438 – Capacitação de recursos humanos para transportes coletivos urbanos

Tabela XIII - Dados gerais da ação 6438

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar e treinar empregados com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, da produtividade em suas atribuições, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos, bem como despesas relacionadas ao deslocamento e estadia de empregados, quando os eventos forem realizados em outras localidades, e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas e Gestão do Conhecimento.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

No ano de 2011 foram elaborados 144 projetos de treinamento, com destaque aos treinamentos: Programa de Atualização Pós Afastamento - PAPA, Brigada de Incêndio, Reciclagem em TUE e Programas de Integração de Novos Empregados.

No período, obteve-se a participação de 2.148 treinados, considerando a participação do servidor em mais de um treinamento realizado. No total, foram efetuadas 27.173 horas de treinamento, apresentando uma média de 25,76 horas de treinamento por empregado ativo no ano.

Destacaram-se, entre os projetos executados, as atividades descritas abaixo:

FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES: através do *Programa de Desenvolvimento Gerencial*, treinamento continuado que buscou capacitar e aperfeiçoar o trabalho de Gerentes, Chefes e Supervisores, especialmente em temas como delegação, feedback e gerenciamento de equipes e projetos. Destaca-se também o *Workshop de Reuniões Produtivas*, onde foi possível orientar os líderes quanto à conduzir reuniões de forma clara e objetiva, além de controle de agendas;

FOCO NA CAPACITAÇÃO TÉCNICA: realização de cursos específicos da área técnica, a fim de qualificar os empregados para o exercício de suas atividades e atender à legislação vigente. Destacam-se os treinamentos em *Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - NR 10 Básico*, *Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - NR 10 Reciclagem*, *Curso Complementar-Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades - NR 10 Avançado*, *Brigada de Incêndio*;

FOCO NA INTEGRAÇÃO DE NOVOS EMPREGADOS: atuação em projetos destinados a recepção e ambientação dos novos empregados ao novo ambiente de trabalho, através de ciclo de palestras realizadas por representantes das principais áreas da empresa e Visita Guiada à Manutenção (OFICINAS), Operação (TUE, ESTAÇÃO e CCO) e Administração (PRÉDIO ADMINISTRATIVO), Dinâmicas orientadas por psicóloga, além de outras atividades. Destacam-se os Treinamentos de Integração realizados nos períodos de: agosto, outubro de dezembro de 2011;

FOCO NA CAPACITAÇÃO DE NOVOS EMPREGADOS (OPERAÇÃO): realização de treinamentos cujo objetivo é capacitar os novos empregados para iniciarem suas atividades nos cargos de Assistentes Operacionais – Padrão 01 – Processo de Estações e Assistentes Operacionais – Padrão 01 – Segurança Metroviária, admitidos através de Concurso Público. Destacam-se os Treinamentos de Integração realizados nos períodos de: agosto, outubro de dezembro de 2011;

FOCO NA ATUALIZAÇÃO DE EMPREGADOS: criação e implementação do *PAPA – Programa de Atualização Pós Afastamento*, cujo intuito foi atualizar os empregados quanto a normas, procedimentos, indicadores e demais atividades desenvolvidas na TRENSURB;

FOCO NA MULTIPLICAÇÃO DO CONHECIMENTO: através de programas ministrados por empregados da TRENSURB, a fim de esclarecer dúvidas, padronizar procedimentos e compartilhar informações. Destacam-se as atividades continuadas *PAGC – Programa de Atualização em Gestão de Contratos* e o *PARH – Programa de Atualização em Recursos Humanos*.

FOCO NA RECICLAGEM DE CONHECIMENTO: realização de cursos destinados a promover uma atualização nos conhecimentos e nas ações necessárias em determinadas áreas e ocasiões. Pode-se destacar os cursos de *Reciclagem em TUE* (para os operadores de trem) e o *Curso de Atualização para o CCO* (para os operadores do centro de controle operacional).

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 300.000,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 29,46% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 825,00 (Fonte SIAFI).

Essa ação teve sua utilização abaixo das demais despesas do grupo de custeio. Isto ocorreu em virtude da necessidade de cortes estabelecida pelo contingenciamento do orçamento, contudo a empresa manteve os projetos de capacitação de treinamentos internos, conforme listados acima.

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é servidor beneficiado.

Tabela XIV - Metas e Resultados da ação 6438 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 300.000,00	R\$ 87.548,00	29,18%
FÍSICA	960	773	80,52%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.7 Ação 0110 – Contribuição à Previdência Privada

Tabela XV - Dados gerais da ação 0110

Tipo	Operações especiais
Finalidade	Assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações.
Descrição	Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com o Decreto 606/92.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

É um plano de benefícios criado com a finalidade de proporcionar uma renda adicional ao empregado da TRENSURB que complemente sua previdência oficial. O Plano é administrado pelo Banco do Brasil.

No ano de 2011, manteve-se uma média de 173 participantes inscritos no plano de previdência privada. Esta ação não é compulsória para adesão.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 2.600.000,00 para esta ação e aprovação de crédito adicional R\$ 30.000,00, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 94,25% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 0,00 (Fonte SIAFI).

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XVI - Metas e Resultados da ação 0110 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 2.630.000,00	R\$ 2.478.880,00	94,25%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.8 Ação 7L64 – Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS

Tabela XVII - Dados gerais da ação 7L64 - 0056

Tipo	Atividade
Finalidade	Concluir a implantação da Linha 1, estendendo a operação do metrô desde São Leopoldo até Novo Hamburgo (3ª etapa). A 1ª etapa, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul foi concluída em 1985 e a 2ª etapa, até São Leopoldo foi concluída em 2000. A geração de empregos e atração de indústrias, principalmente no setor calçadista, criou, na região metropolitana, um importante pólo econômico no eixo norte, compreendendo os municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, e cidades vizinhas. Enquanto São Leopoldo e Canoas destacam-se como principais centros educacionais da região, Novo Hamburgo apresenta características industriais e forte setor de serviços. À necessidade de suprir os deslocamentos entre esses dois pólos, e deles com Porto Alegre, justifica esta ampliação da Linha 1, além de constituir-se em importante alternativa à BR-116, no que tange ao seu atual estado de saturação. Constituir-se-á ainda em importante fator de otimização dos investimentos anteriores, pelo maior aproveitamento das instalações e equipamentos existentes e redução dos custos operacionais.
Descrição	Implantação de 9,3 km de metrô, em via elevada, linha dupla, bitola 1,60 m, 4 estações. Inclui a execução das obras civis e o fornecimento e instalação dos sistemas fixos operacionais (energia, rede aérea, sinalização e controle, telecomunicação e sistemas auxiliares). As simulações operacionais realizadas apontam para a necessidade de prever a aquisição de 05 (cinco) TUE's, em acréscimo à frota existente de 25 (vinte e cinco) TUE's.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEPRO – GERÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Expandir a empresa.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Com início de execução efetiva em fevereiro de 2009, a partir da sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a obra tem se caracterizado por um ritmo notável, conforme destacado nos balanços periódicos das obras inscritas no PAC. Toda em elevado, a obra tem extensão de 9,3 km e 5 novas estações. Beneficiará diretamente 30 mil usuários do transporte público e está gerando 1,2 mil empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação está orçado em R\$ 934,1 milhões de reais, sendo executado, até dezembro de 2011, 80,00% do total da obra (percentual acumulado).

As obras civis da primeira etapa de implantação (São Leopoldo – Santo Afonso) estão concluídas. A implantação dos sistemas operacionais foi concluída no final do mês de dezembro 2011. Previsão de início dos testes de integração dos Sistemas Operacionais para a segunda quinzena de Janeiro. Também está previsto a conclusão da pista oeste (sistema viário) da Avenida Mauá em fevereiro/12.

Na segunda etapa de implantação (Santo Afonso – Novo Hamburgo), seguem as obras de implantação da via elevada entre as Estações FENAC e Novo Hamburgo. As obras das estações Industrial e FENAC, do lançamento de Via Permanente e Rede Aérea no trecho 6, e da

canalização do Arroio Luiz Rau estão em andamento. Foram concluídas as fundações da Estação Novo Hamburgo e de toda via elevada.

A operação comercial para as duas primeiras estações (Rio dos Sinos e Santo Afonso) está prevista para o início do primeiro semestre de 2012, e o término das obras para outubro de 2012.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 178.500.000,00 para esta ação e aprovação de crédito adicional R\$ 42.000.000,00, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 42.809.013,81 (Fonte SIAFI).

O produto é projeto executado, sendo que a unidade de medida é a porcentagem de execução física. A obra tem se caracterizado por um ritmo notável, sendo considerada uma das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executadas com maior rapidez, ultrapassando a meta estabelecida de 25,20% para o ano de 2011.

As medições físicas realizadas não são acumuladas (índices mensais), portanto o percentual de execução no final do ano será abaixo da LOA (100%), na qual foi registrada equivocadamente. A previsão inicial correta é de 25,20% (100%), sendo destes realizado 23,03% (91,30% executado da previsão). Os percentuais de conclusão da obra foram recalculados devido a inclusão de serviços complementares destacando os serviços para canalização do Arroio Luiz Rau, conclusão da Estação Industrial e sistema viário junto a Av. Mauá (Termo Aditivo a partir do 2º semestre de 2011).

Fonte de financiamento: 100 (recursos do tesouro nacional).

Tabela XVIII - Metas e Resultados da ação 7L64 – 0056 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 220.500.000,00	R\$ 177.690.986,00	80,59%
FÍSICA	100,00	23,03	23,03%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.9 Ação 2843 – Funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros

Tabela XIX - Dados gerais da ação 2843

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Maceió, Natal e Porto Alegre, otimizar o atual padrão de serviço e atender as condições de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.

Descrição	Operacionalização dos trens e das oficinas; manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas e dos prédios operacionais; conservação de estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; contratação de mão-de-obra de terceiros para serviços de limpeza e segurança; aquisição de bilhetes de bloqueio automáticos; despesas de energia elétrica de tração, combustível e outros, serviços gerais de revitalização e de adequação do arranjo físico interno e externo das estações da Linha 1, objetivando a manutenção e preservação das condições de uso das instalações e a agregação de novos serviços e/ou funções, vinculados às demandas operacionais ou às estratégias de busca de novas receitas financeiras, pela exploração de espaços comerciais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEORF – GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Integrante em todos os Objetivos Estratégicos da TRENSURB.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

A TRENSURB busca, constantemente, o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados aos seus usuários, tendo como finalidade a prestação de um serviço eficiente, com valorização e respeito às pessoas, provendo a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização do sistema.

Com 26 anos de funcionamento a TRENSURB prioriza a manutenção dos trens e dos serviços nas estações, obtendo-se altos índices de aprovação, conforme comprovado na pesquisa de satisfação. A manutenção dos TUE's (Trens de unidade elétrica) que prestam o serviço do transporte de passageiros contribui fortemente para o índice de regularidade do serviço, que em 2011 atingiu o percentual de 99,58%.

A medição do desempenho da manutenção é obtida através do Índice de Quilometragem Média Percorrida por Ocorrência de Avarias da Frota – MKBF, onde o resultado é expresso em quilômetros por avaria, o que significa que se busca aumentar sempre esse índice. A quilometragem média entre avarias demonstra a qualidade do serviço de manutenção dos trens, o que impacta diretamente no serviço ofertado à população e permite analisar e agir proativamente sobre avarias que se repetem e que passam a necessitar ações preventivas, alterando a programação das manutenções existentes. Em 2011 a média do índice MKBF - Níveis A, B e C foi de 3.494,58.

A revisão geral dos trens: A cada 600 mil quilômetros de circulação o que equivale a, aproximadamente, 05 (cinco) anos de uso dos trens, a TRENSURB realiza um trabalho de manutenção preventiva incluindo adequações e algumas modernizações necessárias. Em 2011, foram revisados seis trens.

Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações. Os dados obtidos são utilizados para diversas análises gerenciais que permitem, por exemplo, redimensionar a oferta de trens, ajustar intervalos entre trens, aumentar o conforto e a segurança dos passageiros. Foram transportados 50.980.063 passageiros (bloqueios de

entrada) em 2011, sendo 4,71% superior a quantidade de Passageiros Transportados em 2010, correspondendo a um incremento de 2.294.742 passageiros.

Nas despesas de custeio, o desempenho desta ação foi de 99,49% da sua meta, sendo que houve um remanejamento de R\$ 3.532.087,00 dos seus recursos para utilização como investimento.

Na utilização dos recursos destinados a Investimentos, o resultado de desempenho desta ação foi de 100,00% da sua meta, salientando-se que esta ação recebeu o remanejamento de R\$ 3.532.087,00 de custeio para cumprir o contrato de substituição dos freios microprocessados e para obter recursos para atender a reforma da Estação Aeroporto.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 137.895.666,00 para esta ação e aprovação de crédito adicional no valor total de R\$ 16.200.000,00, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 96,05% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 15.621.070,00 (Fonte SIAFI).

Os recursos para investimentos tiveram origem nas fontes 100 (recursos do tesouro nacional), 250 (recursos próprios) e 280 (Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente – Financeiros Diretamente Arrecadados).

O produto desta Ação é passageiro transportado (média / dia útil). A média de passageiros transportados no ano de 2011, em dias úteis, atingiu a marca de 170.567 passageiros, sendo 5,98% superior a média de passageiros transportados, em dias úteis, no ano de 2010, correspondente a um incremento de 9.621 passageiros/dia. A maior média de passageiros transportados em 2011, em dias úteis (entrada), foi atingida em setembro, com o valor de 180.968 passageiros/dia útil, o que representa uma diferença de 22,43% com relação ao mês com menor demanda observada (janeiro), refletindo a sazonalidade da variação da demanda do sistema. A variação positiva da demanda observada em relação às metas estabelecidas pode ser observada ao longo do ano, resultado direto da manutenção dos patamares tarifários do sistema, aliado à retomada do crescimento econômico dos municípios lindeiros ao trem. Como resultado direto, desta ação, pode-se verificar o aumento de 4,71% da demanda total realizada em 2011 em relação a 2010, observando-se picos mensais específicos, consequência de antecipação ou adiantamento de feriados ou eventos geradores de demanda em relação aos últimos anos.

Tabela XX - Metas e Resultados da ação 2843 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 154.095.666,00	R\$ 132.382.414,00	85,91%
FÍSICA	164.239,00	170.567,00	103,85%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.10 Ação 2272 – Gestão e administração do programa

Tabela XXI - Dados gerais da ação 2272

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEORF – GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Integrante em todos os Objetivos Estratégicos da TRENSURB.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Em termos de Investimentos a ação obteve uma dotação orçamentária de R\$ 800.000,00, no qual foi executado o 100,00% de empenho.

Em Outros Custeios a ação obteve uma dotação orçamentária de R\$ 14.908.340,00, sendo também empenhada a execução de 100,00% dos recursos.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00%. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 3.121.754,00.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 15.708.340,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 2.964.808,00 (Fonte SIAFI).

Os investimentos foram executados com recursos da fonte 250 (recursos próprios) e fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXII - Metas e Resultados da ação 2272 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 15.708.340,00	R\$ 12.743.532,00	81,13%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.11 Ação 10T9 – Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS

Tabela XXIII - Dados gerais da ação 10T9

Tipo	Atividade
Finalidade	Reduzir os custos de operação e manutenção dos sistemas operacionais e prediais, promovendo a melhoria de desempenho por meio da utilização de energia elétrica de modo racional e eficiente.
Descrição	Atualização tecnológica de sistemas operacionais e prediais com a implantação das melhorias no ajuste da contratação de Energia Elétrica, conversão de energia de frenagem dos trens para realimentação do sistema, sincronização de todo o sistema de tração dos trens, controle conjugado de demanda, e modernização predial.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEPRO – GERÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Reduzir e racionalizar gastos.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Esta ação envolve cinco contratos, que fazem parte do Programa de Eficientização Energética da TRENSURB.

- Serviços de reforma buscando a eficiência energética do 6º andar do prédio administrativo da TRENSURB.
- Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais para eficientização da iluminação das plataformas nas estações (Fátima e Petrobrás), em conformidade com o projeto básico.
- Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais para eficientização da iluminação das plataformas nas estações (Rodoviária, Niterói, Mathias Velho, Esteio), em conformidade com o projeto básico.
- Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais para eficientização da iluminação das plataformas nas estações (Aeroporto, Anchieta, Luis Pasteur), em conformidade com o projeto básico.
- Serviços de consultoria para elaboração de parecer técnico e especificações técnicas para reforma do sistema de climatização do prédio administrativo.

A dotação orçamentária para a ação do Projeto de Eficiência Energética obteve o destino de R\$ 50.000,00 para 2011, sendo empenhado o 100,00% de execução dos recursos.

No ano de 2011 foi dada continuidade a eficientização energética das plataformas das estações, sendo concluídas as estações Niterói, Rodoviária e Mathias Velho. Nos prédios, administrativo e de apoio, foram realizadas substituições de luminárias e lâmpadas por modelos mais eficientes nos WC's e copas, nas salas da Diretoria de Administração e Finanças, na biblioteca e nas salas de arquivos.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 50.000,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor total de R\$ 50.000,00 (Fonte SIAFI).

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto esta Ação é o projeto executado, sendo a unidade de medida em porcentagem de execução física.

Tabela XXIV - Metas e Resultados da ação 10T9 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	0,00%
FÍSICA	4,000	2,830	70,75%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.12 Ação 13US – Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel

Tabela XXV - Dados gerais da ação 13US

Tipo	Projeto
Finalidade	Aumentar sensivelmente a capilaridade do sistema metroviário troncal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e, em consequência, elevar a taxa de ocupação dos carros do metrô, aprimorando a eficiência do serviço ofertado.
Descrição	Trata-se da Implantação do Sistema APM (automated people mover) Aeromóvel para conexão da Estação Aeroporto da TRENSURB ao Terminal Novo do Aeroporto Salgado Filho. Os “APM” são um conjunto de tecnologias de transporte que possuem como características gerais, veículos relativamente leves, de pequena e média capacidade e com operação 100% automatizada. São operados em via elevada, de forma a criar um novo espaço urbano de circulação, acima dos obstáculos por ventura encontrados ao nível do solo, e geralmente sem a necessidade de intervenções onerosas e/ou desapropriações acarretando assim um custo mais baixo do que outras intervenções convencionais. Serão 2 estações de embarque/desembarque à uma distância aproximada de 1Km entre si, e interligadas por uma via elevada esbelta, onde circularão 2 veículos com capacidade nominal de 150 e 300 passageiros e, com espaço adicional para bagagens e provisões de acessibilidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEMOB – GERÊNCIA DE MOBILIDADE
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Expandir a empresa.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Esta ação tem a finalidade de aumentar sensivelmente a capilaridade do sistema metroviário troncal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e como consequência, elevar a taxa de ocupação dos carros do metrô, aprimorando a eficiência do serviço ofertado.

O objetivo é de alcançar por meio da adoção de uma tecnologia nacional e inovadora, o conceito de um “elevador horizontal”, cuja função é de unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo pulsante de demanda, estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô.

Este é considerado um projeto-piloto, modelo que poderá vir a ser reproduzido em outras estações do metrô gaúcho e, mais além, em outros sistemas do país para incrementar a mobilidade urbana. Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito.

O projeto contempla a implantação de 1 km de via elevada, a construção de duas estações de embarque e desembarque, a aquisição de dois veículos (150 e 300 lugares) e operação 100% automatizada. A estrutura do projeto contempla o pacote tecnológico, via elevada, material rodante e estações, seu percentual de conclusão geral é de 62%, com previsão de término em julho de 2012. Ação replanejada para 2012, devido às interferências identificadas do primeiro trecho na obra.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00%. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 14.351.366,00.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 26.850.000,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor de R\$ 14.155.746,00 (Fonte SIAFI).

A fonte de financiamento: 100 (recursos do tesouro nacional).

Tabela XXVI - Metas e Resultados da ação 13US no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 26.850.000,00	R\$ 12.694.254,00	47,28%
FÍSICA	100,000	82,350	82,35%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.13 Ação 5174 – Modernização do sistema de trens urbanos de Porto Alegre – RS

Tabela XXVII - Dados gerais da ação 5174

Tipo	Projeto
Finalidade	Proporcionar à população da Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema metro-ferroviário de superfície modernizado, visando à melhoria da mobilidade urbana, da qualidade de vida e da redução do tempo e do custo dos deslocamentos.
Descrição	Substituição de equipamentos que estão no limite de obsolescência e agregação de novas tecnologias para melhoria da produtividade e qualidade dos serviços ofertados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEPRO – GERÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Modernizar instalações, equipamentos e sistemas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Esta ação envolve três contratos, que fazem parte do programa de modernização do sistema TRENSURB:

- Fornecimento e implantação de um sistema microprocessado de freio nas unidades que integram a frota: A TRENSURB finalizou, no dia 17 de setembro de 2011, a troca dos freios de sua frota de trens. O Setor de Oficina (Seofi) da empresa realizou a colocação do novo sistema de freios microprocessados em todos os 25 veículos da frota. A implantação havia iniciado em 2006 e, neste ano, foram cinco os veículos atualizados, sendo o Trem Unidade Elétrica (TUE) 120 o último deles. Com a modernização, a TRENSURB economiza nos custos de manutenção, melhora a resistência das rodas dos trens, aumenta a quilometragem média entre falhas (MKBF) e reduz o tempo médio de reparo (MTTR). Além disso, a mudança proporciona uma frenagem mais suave, precisa e confiável. O novo dispositivo: Os freios microprocessados possuem sistema eletrônico com comando eletropneumático, cujos sinais enviados pelos sensores são interpretados e transformados no acionamento de atuadores. A novidade substitui o antigo sistema CS-1, composto por aproximadamente 50 válvulas acionadas por comando pneumático, de difícil manutenção.
- Implantação de um novo sistema de bilhetagem eletrônica, em substituição ao sistema atual. Adequação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica para interoperabilidade com o sistema de transporte da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA: A implantação da bilhetagem eletrônica tem como objetivo criar condições para desenvolver a interoperabilidade com os demais sistemas em operação na cidade de Porto Alegre e demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Dessa forma, a fim de dar prosseguimento às ações necessárias à interoperabilidade dos sistemas de transporte da Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2010 foi iniciada a implementação da integração operacional e tarifária entre o Sistema Integrado Metropolitano – SIM e o Transporte Integrado – TRI, a implantação do passe antecipado e a implantação das gratuidades que contempla os seguintes usuários: Idosos acima de 65 anos, PPNE's (Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais), Metroviários, Permissionários, Brigada

Militar, Oficiais de justiça, Prestadores de Serviços, Crianças maiores de 6 anos e Cartões de Serviços. Todos os idosos que possuem idade superior a 65 anos, já cadastrados no Sistema TRI e os usuários cadastrados no sistema SIM podem utilizar os dois sistemas com o mesmo cartão. Em julho de 2011 foi implantado o sistema de Vale-Transporte através de cartões Smartcard, concomitantemente com a implantação da interoperabilidade entre a TRENSURB e todos os ônibus de Porto Alegre, com vantagens tarifárias para os usuários desses dois sistemas. A interoperabilidade dos sistemas SIM e TEU, continua em análise buscando compatibilizar as duas tecnologias. As próximas etapas dizem respeito à integração com os municípios de Canoas, Sapucaia do Sul, Esteio, São Leopoldo e Novo Hamburgo, através de cartão eletrônico, implantação do cartão unitário e implantação das máquinas de venda automática de cartões.

- O projeto multimídia é uma solução de telecomunicação baseada em conceito avançado de convergência digital. Trata-se de uma plataforma de comunicação eletrônica que abrange entre outros itens, a centralização do circuito fechado de TV no centro de controle operacional. A implantação do sistema multimídia está com 90% de conclusão total do projeto. Com a indisponibilidade de recursos em 2011, a projeção é de finalização no ano de 2012.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 40.000,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor total de R\$ 40.000,00 (Fonte SIAFI).

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é sistema modernizado, sendo a unidade de medida em porcentagem da execução física.

Tabela XXVIII - Metas e Resultados da ação 5174 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	0,00%
FÍSICA	2,000	0,185	9,25%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.3.14 Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tabela XXIX - Dados gerais da ação 4641

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB

Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GECIN – GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação do cliente e da sociedade.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Com o objetivo de atender os propósitos da Missão, Visão e Valores, que compõe a Gestão Estratégica da TRENSURB, os setores de Comunicação Social e Relações Comunitárias, através da Gerência de Comunicação Integrada, buscaram, ao longo do ano, através da informação, dos programas sociais, eventos e diversas ações desenvolvidas, contribuir para a promoção da mobilidade urbana e inclusão social.

O Setor de Comunicação Social acompanha diariamente as notícias veiculadas em jornais, emissoras de rádio e televisão da Região Metropolitana de Porto Alegre, considerando seu impacto sobre a imagem da empresa e o volume financeiro que a mídia espontânea representa para a TRENSURB. Buscando divulgar as ações e realizações da empresa para a comunidade e a sociedade, foram produzidos textos, imagens e sugestões de pauta para os veículos de comunicação e mídia em geral, gerando mídia espontânea nos diversos veículos de comunicação da região, do Estado e do País.

O Informativo Institucional “Notícias na Linha” é fixado nos painéis das Estações e interior dos Trens, abordando temas de interesse dos usuários.

Notícias, informações operacionais, administrativas e institucionais são atualizadas na página da Internet da TRENSURB, com o número de 238.015 acessos em 2011.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 600.000,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor total de R\$ 480.760,32 (Fonte SIAFI).

Em função do volume reduzido de verba para publicidade no ano de 2011, houve baixo investimento na marca da empresa, contanto apenas com o esforço de mídia espontânea.

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXX - Metas e Resultados da ação 4641 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 600.000,00	R\$ 119.242,00	19,87%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.4 Programa 1078 – Nacional de Acessibilidade

Tabela XXXI - Dados gerais do programa 1078

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade.
Objetivos Específicos	Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida
Gerente do programa	Antônio José do Nascimento Ferreira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Humberto Kasper
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

Principais Ações do Programa na TRENSURB:

1034 – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS à Acessibilidade Universal.

2.3.4.1 Ação 1034 – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS à Acessibilidade Universal

Tabela XXXII - Dados gerais da ação 1034

Tipo	Projeto
Finalidade	Propiciar aos sistemas de trens urbanos, administrados e operados pelo Governo Federal, condições de acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e portadoras de deficiências.
Descrição	<p>Adequação dos sistemas de trens urbanos nas(os): Estações: Adequação das rampas, instalação de elevadores, adequação de corrimões, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braile, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, criação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em linguagens por sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial para embarque, eliminação de espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas.</p> <p>Entornos das Estações e Terminais: Calçadas (largura, condições de manutenção, rampas de acesso), eliminação/remanejamento de barreiras (telefones públicos, árvores, gelo baiano, barreiras tipo "capa cegos", lixeiras, extintores de incêndio, placas de comunicação), travessias com sinais sonoros.</p> <p>Trens: Assentos especiais e locais para cadeiras de rodas, melhorias nas comunicações visuais e sonoras, nivelamento trem x plataforma, piso diferenciado, eliminação do espaço entre o trem e a plataforma.</p> <p>Prédios Administrativos e Oficinas: Vagas de estacionamento preferenciais, calçadas de acesso, eliminação de barreiras, rampas de acesso, comunicação visual (braile e libras), piso diferenciado, sanitários acessíveis, mobiliário de recepção, assentos preferenciais, bebedouros.</p> <p>Capacitação de Pessoal Operacional e Recepcionistas: Treinamento em Braile, Libras, atendimento a deficientes, revisão de normas incluindo acessibilidade ao cão guia.</p>

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEMOB – GERÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Oferecer soluções de mobilidade urbana e contribuir para a inclusão social.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

A Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal contempla os projetos e as obras necessárias para prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização do sistema através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas.

A meta de tornar todo o Sistema TRENSURB acessível inclui a adequação do Pátio, estações e trens de acordo com as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, assim como o Decreto nº 5.296/2004. Este decreto fixou o prazo para a adequação total até o ano de 2014 para as empresas de administração pública, independente da relação custo- benefício em termos econômico-financeiros.

No ano de 2011 foram iniciadas as obras de acessibilidade do passeio ligando a Estação Aeroporto a Área Administrativa da TRENSURB, totalizando 81,60% de conclusão. Os projetos estão sendo executados gradativamente conforme disponibilidade orçamentária.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 3.100.000,00 para esta ação, considerando o Orçamento Anual Financeiro 2011, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 3,23% de realização. Restando para o RAP 2012 (valor empenhado – valor liquidado) o valor total de R\$ 100.000,00 (Fonte SIAFI). Essa ação apresentou baixo percentual de execução em razão do montante de R\$ 3.000.000,00 ser proveniente de emenda parlamentar que não teve limite disponibilizado para execução.

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta ação é o projeto executado, sendo a unidade de medida em porcentagem da execução física.

Tabela XXXIII - Metas e Resultados da ação 1034 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 3.100.000,00	R\$ 0,00	0,00%
FÍSICA	31,000	8,660	27,94%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.5 Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tabela XXXIV - Dados gerais do programa 0901

Tipo de programa	Operação Especial
Objetivo geral	Cumprimento de Sentença Judicial
Objetivos Específicos	Cumprimento de Sentença Judicial
Gerente do programa	-
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Humberto Kasper
Indicadores ou parâmetros utilizados	-
Público Alvo	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.5.1 Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Tabela XXXV - Dados gerais da ação 0022

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Transitadas em Julgado, devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
Descrição	Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença Judicial Transitada em Julgado.
Objetivo Específico	Pagamento de decisões judiciais relativas a sentenças transitadas em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEJUR – GERÊNCIA JURÍDICA

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

A Ação 0022 é uma operação especial.

Cumpriu-se 97,65% da meta financeira prevista, executando-se R\$ 15.929.688,00 de orçamentariamente previsto de R\$ 16.313.498,00.

Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXXVI - Metas e Resultados da ação 0022 no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 16.313.498,00	R\$ 15.929.688,00	97,65%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.3.5.2 Ação 002F – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Tabela XXXVII - Dados gerais da ação 002F

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Pagar condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
Descrição	Pagamento de condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
Objetivo Específico	Pagamento de decisões pecuniárias vincendas a cargo de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEJUR – GERÊNCIA JURÍDICA

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

A Ação 002F é uma operação especial.

Cumriu-se 50,19% da meta financeira prevista, executando-se R\$ 50.186,00 de orçamentariamente previsto de R\$ 100.000,00.

Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXXVIII - Metas e Resultados da ação 002F no exercício

META	LOA + Crédito	Liquidado	Liquidado / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 100.000,00	R\$ 50.186,00	50,19%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
<i>Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A</i>	<i>56201</i>	<i>275060</i>

Fonte: SIAFI

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	346.263.522	344.666.276			90.477.919	78.647.602	
	PLOA	92.074.006	90.021.521			90.477.919	78.647.602	
	LOA	92.074.006	90.021.521			90.477.919	78.647.602	
CRÉDITOS	Suplementares	17.043.498	16.891.242				34.207	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados					3.532.087	700.000		
Outras Operações								
Total		109.117.504	106.912.763			86.945.832	77.981.809	

Fonte: SIAFI

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	232.656.298	172.440.793					
	PLOA	232.656.298	172.440.793					
	LOA	201.006.298	176.579.781					
CRÉDITOS	Suplementares	54.532.087	149.061.087					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		23.330.584						
Outras Operações			3.000.000					
Total		255.538.385	305.310.284					

Fonte: SIAFI

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	436.741.441	168.669.123	232.656.298	172.440.793		
	PLOA	182.551.925	168.669.123	232.656.298	172.440.793		
	LOA	182.551.925	168.669.123	201.006.298	176.579.781		
CRÉDITOS	Suplementares	17.043.498	16.925.449	54.532.087	149.061.087		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	3.532.087	700.000		23.330.584		
Outras Operações					3.000.000		
Total		196.063.336	184.894.572	255.538.385	305.310.284		

Fonte: SIAFI

Análise Crítica da Programação Orçamentária 2011

Analisando a programação orçamentária para o exercício de 2011, verifica-se que os recursos disponibilizados inicialmente através da Lei 12.381/2011, não cobriram plenamente as despesas de pessoal e encargos sociais sendo necessária a suplementação através de créditos adicionais. No total foram R\$ 17.043.498,00 acrescidos ao orçamento original, resultando no montante de R\$ 109.117.504,00. Dos recursos disponíveis, foram utilizados 93,61% com despesas de pessoal e encargos sociais e 97,36 dos recursos destinados ao Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado demonstrando, a plena utilização dos recursos recebidos.

Comparando com orçamento aprovado em 2010, constata-se que o principal acréscimo ocorreu no grupo de Outras Despesas Correntes, sendo que os valores das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais mantiveram-se próximos nos dois exercícios e notou-se um decréscimo nas despesas com investimento, proveniente da liberação de um valor menor para as despesas com a obra de expansão do sistema de Trens Urbanos até o Município de Novo Hamburgo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, obra esta integrante do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Outra consideração diz respeito ao cancelamento parcial de dotação orçamentária para transferir recursos que estavam alocados na ação 2843 – Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de custeio para investimento, utilizados em sua integralidade, atingindo plenamente a meta proposta.

Já nas despesas de capital, evidencia-se a manutenção da ação 7L64 - Expansão e Melhoria da Malha Ferroviária, tendo sido previsto inicialmente o limite de R\$ 178.500.000 mil e ao final do exercício, através da disponibilização de créditos adicionais, no valor de R\$ 42.000.000 mil, chegou-se ao montante de R\$ 220.500.000 mil, sendo este recurso totalmente utilizado.

Assim, desse modo, conclui-se que neste grupo de despesa, a programação orçamentária atendeu plenamente as necessidades previstas, uma vez que todos os recursos disponibilizados

foram utilizados de maneira a atender todas as necessidades surgidas no decorrer do exercício, sendo alocados em atividades e projetos definidos na LOA 2011.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.7 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - NÃO APLICÁVEL

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	788.359	695.475	162.352	299.488
Tomada de Preços	2.207.942	1.458.992	750.938	345.904
Concorrência	232.967.384	282.924.946	183.136.163	232.386.757
Pregão	35.746.006	32.726.654	28.556.569	27.795.689
Concurso				
Consulta	14.150			
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.500.780	3.001.831	1.122.749	1.993.420
Inexigibilidade	44.555.886	29.061.590	30.692.185	26.349.422
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	1.870	10.320	1870	8.310
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	103.174.540	105.213.546	84.590.093	84.170.389
Diárias	156.656	325.046	156.656	325.046
Outros	19.684.946	20.887.354	279.987	

Fonte: SIAFI

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Vencimento e Vant. Fixas	56.658.866	53.471.563	56.658.866	53.471.563			55.474.540	52.427.368
Obrigações Patronais	24.837.502	19.751.814	24.837.502	22.719.815			23.250.301	19.751.814
Sentenças Judiciais	15.083.624	16.003.851	15.083.624	19.751.814			15.083.624	14.659.519
Demais elementos do grupo	6.594.547	15.986,336	6.594.547	9.270.372			6.594.547	15.986.336
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros	69.898.685	61.193.389	56.994.938	53.170.479	12.903.748	8.288.296	54.879.520	52.066.833
Material de Consumo	12.390.110	8.485.383	8.054.467	6.564.776	4.335.703	1.920.607	7.635.180	6.436.880
Obrigações Tribut. e Contributivas	1.504.143	1.181.559	1.258.596	1.075.825	245.546	341.013	1.223.121	834.796
Demais elementos do grupo	1292.659	2.299.213	18.777.597	13.041.414	71.671	448.459	1.214.407	2.511.013

Fonte: SIAFI

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
Obras e Instalações	228.962.801	271.495.087	177.920.750	229.719.459	51.042.051	41.775.628	177.556.765	226.113.472
Aquisição de Imóveis	12.231.618	13.000.000	11.121.171	1.083.971	4.900.000	13.000.000	11.121.171	4.110.761
Equipamento e Mat. Permanente	6.279.725	7.719.965	4.064.591	6.789.916	2.215.135	3.696.760	3.731.718	1.041.411
Demais elementos do grupo	5.064.238	5.024.643	59.431.871	59.646.348	1.229.541	1.149.758	44864	24.202
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A lei 12.381/2011, estimou a receita e fixou as despesas da TRENSURB para o exercício de 2011 e entre outras coisas, estabeleceu valores que em sua maioria foram suficientes para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da Empresa.

Podemos destacar na execução orçamentária algumas alterações que foram significativas para que pudéssemos encerrar o exercício com todas as metas cumpridas. Entre elas citamos o crédito adicional no valor total de R\$ 68.043.498,00, que foi de fundamental importância para a execução orçamentária. Dentro deste montante, podemos destacar o crédito adicional no valor de R\$ 16.230.000,00, destinado ao pagamento de Pessoal e Encargos sociais, sem o que não seria possível a quitação dos encargos sociais gerados pela folha de pagamento, o crédito disponibilizado para a ação 7L64 – Expansão e Melhoria dos sistemas de Trens Urbanos, no valor de R\$ 42.000.000,00, para dar cobertura às obras de expansão da malha metroferroviária, trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo, também o crédito de R\$ 9.000.000,00, destinado ao pagamento dos contratos firmados com empresas responsáveis pelas obras de implantação do sistema de veículos sobre trilhos elevados – AEROMÓVEL, e ainda o remanejamento de recursos no montante de R\$ 3.532.087,00 da ação 2843 – Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, de custeio para investimento. Quanto a modalidade inexigibilidade, as despesas liquidadas e pagas, sofreram uma alteração significativa, devido a emissão de nota de empenho para dar cobertura ao contrato de implantação do sistema de veículos sobre trilhos elevados – Aeromóvel.

Podemos destacar ainda, o valor de R\$ 3.000.000,00, disponibilizados na LOA 2011, que não foram utilizados, por serem oriundos de emenda parlamentar, o que interfere no percentual de execução da dotação orçamentária.

Quanto aos aspectos negativos na gestão orçamentária, relacionamos a publicação do Decreto 7.445/2011, e da portaria MP nº 23, que determinaram um corte de 15% nos limites orçamentários para a movimentação de empenho no exercício. Este corte obrigou a Empresa fazer uma reanálise na execução da despesa, deixando de realizar algumas despesas em detrimento de outras. Mesmo com a liberação dos recursos no final do exercício, aquelas despesas que necessitavam de tempo para serem finalizadas, deixaram de ser feitas por não haver tempo hábil para sua realização.

No que diz respeito a eventos positivos na gestão orçamentária, podemos citar que mesmo com os R\$ 3.000.000,00 de emenda parlamentar, não utilizados e os cortes impostos pelo Decreto 7.445/2011, pode-se realizar 97,60% de todos os recursos disponibilizados para o exercício, as solicitações de créditos adicionais ao orçamento vigente foram atendidas em sua plenitude e ainda levando-se em conta todas as dificuldades por falta de orçamento, devemos destacar a eficácia na utilização dos recursos orçamentários disponíveis, como um fato de relevância em uma economia estável.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Conforme orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011 da Portaria TCU Nº 123, de 12 de maio de 2011, não é necessário à discriminação dos quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação - NÃO APLICÁVEL

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras				

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - NÃO APLICÁVEL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros								
Material de Consumo								
Obrig. Tribut. e Contributivas								
Demais elementos do grupo								

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - NÃO APLICÁVEL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.4.7 Indicadores Institucionais

Com o uso do BSC, a tradução da estratégia da organização em objetivos estratégicos específicos permitiu o entendimento claro das suas prioridades, e ainda, organizado em um mapa estratégico representou a importância das unidades organizacionais e da participação individual na definição dos indicadores, estabelecimento das metas e respectivos planos de ação.

Os objetivos representam o que deve ser alcançado e o que é crítico para o sucesso da empresa. Para cada objetivo é estabelecido um conjunto de indicadores que demonstram como será medido e acompanhado o sucesso no alcance dos mesmos.

A definição dos indicadores e suas respectivas metas são realizadas pela gerência de planejamento em conjunto com as unidades organizacionais através de reuniões. No processo de revisão das metas são analisados os dados históricos dos indicadores, considerando os objetivos estratégicos da empresa e também os dados comparativos de empresas do mesmo segmento.

Cada indicador possui metas que representam o nível de desempenho ou a taxa de melhoria necessária. A partir do desempenho dos indicadores, e para que as suas metas possam ser alcançadas, são definidos planos de ação/projetos.

Todos os planos de ação são inseridos no SGE – Sistema de Gestão Estratégica, tornando a estratégia perceptível na medida em que simplifica o processo, ligando a estratégia aos planos tático e operacional, e traduzindo-a em indicadores globais, gerenciais e setoriais. Estes indicadores devem ser motivadores com possibilidades concretas de alcance e superação, considerando os recursos necessários para tal.

Os indicadores abaixo relacionados são denominados "indicadores globais" aplicado no atual modelo de gestão.

Tabela XXXIX - Indicadores Globais

Perspectiva	Objetivos	Indicadores
Financeira	Aumentar a Receita	Receita Comercial Receita Operacional de Transportes Outras Receitas Operacionais Receita Financeira Total
	Buscar a Sustentabilidade	Taxa de Cobertura Operacional
	Reduzir e Racionalizar Gastos	Custo com Energia Elétrica de Tração Despesa com Consumo de Materiais Total Despesas com Pessoal Total Despesas com Serviços de Terceiros Total Despesas com Serviços de Utilidade Pública Total Outras Despesas Total Despesas com Viagens
Clientes, Mercado e Sociedade	Aumentar a participação no mercado	Receita Comercial
	Expandir a empresa	Percentual de Conclusão da L1 SO-NH Percentual de conclusão do Sistema Aeromóvel
	Aumentar a satisfação do cliente e sociedade	Índice de reclamações por Milhão de Passageiros Transportados Índice de Satisfação geral
	Garantir a sustentabilidade universal	Grau de Atendimento a Legislação de Acessibilidade
	Oferecer soluções de mobilidade urbana e contribuir para inclusão social	Comprometimento da renda dos usuários com transporte Passageiros Transportados

Processos Internos	Qualificar o atendimento	Índice de Satisfação dos usuários quanto ao Atendimento Tempo de Resposta da Central de Atendimento
	Modernizar instalações equipamentos e sistemas	Atualização tecnológica dos ativos de TI
	Prospectar e desenvolver novos negócios	Receita Comercial
	Assegurar a melhoria do desempenho	Índice de Pontualidade do Serviço Disponibilidade Operacional dos Sistemas Fixos Disponibilidade Operacional Dos Trens Índice de Regularidade do Serviço - Viagens Realizadas MKBF - Quilometragem Média Entre Avarias - Níveis A B C
	Implantar a gestão da qualidade	Índice de Satisfação Geral
Aprendizado e Conhecimento	Aumentar a satisfação dos empregados	Índice de Absenteísmo Total Índice de Satisfação dos Empregados
	Desenvolver a política de gestão de pessoas	Número de Horas de Treinamento por Empregado

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Os indicadores globais são estabelecidos com o objetivo de acompanhar e impulsionar a implantação das estratégias e auxiliar na tomada de decisão da alta direção. Este grupo de indicadores compõe o cálculo da árvore do BSC. Estão sempre vinculados às Perspectivas e Objetivos com atribuições de peso.

Todos indicadores devem ser mensuráveis e especificar quantidades, prazos, estágios de projetos, qualidade, índices, valores, etc. Devem ser motivadores com possibilidades concretas de alcance e superação, considerando os recursos necessários para tal.

Destacamos abaixo o conjunto de indicadores globais que melhor representam o resultado operacional e financeiro da empresa:

• **Taxa de Cobertura:** A Taxa de Cobertura é o principal índice financeiro da TRENSURB e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. Este indicador de desempenho representa a sustentabilidade econômica na relação entre suas receitas próprias e as despesas para seu funcionamento. Sendo assim, este indicador é calculado a partir da divisão do valor das Receitas Operacionais pelas Despesas Operacionais;

• **Passageiros transportados:** Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações. Esses são repassados diariamente ao centro de controle operacional (CCO) que os disponibiliza no Diário Operacional, estratificados por horários e estações. Os dados obtidos são utilizados para diversas análises gerenciais que permitem, por exemplo, redimensionar a oferta de trens, ajustar intervalos entre trens, aumentar o conforto e a segurança dos passageiros;

• **Receitas e despesas:** Grupo de contas, composto pelas principais contas de receitas e despesas da empresa, distribuídas da seguinte forma. A receita operacional de transportes é a receita obtida com a venda de bilhetes (unitários e de integração) e representa 87% do total de receitas. A receita comercial com o objetivo de ampliar as receitas da empresa é obtida através de exploração publicitária e comercial, além de serviços como fibra óptica e máquinas dispensadoras de produtos e valores. A receita financeira são receitas decorrentes de aplicações financeiras, operações de crédito, alienação de ativos e outras. As despesas públicas correspondem a “dependência” de recursos, e devem necessariamente constar no orçamento anual para permitir a sua execução. O acompanhamento dessas despesas é realizado mensalmente através da contabilidade da Empresa,

(Sistemas SIAFI e PLACOMP), atendendo as legislações de Empresa de Economia Mista e de Sociedade Anônima. Com esses dados (ou informações) são calculados dois outros indicadores que dimensionam o custo e a receita por passageiro transportado, necessário para comparar desempenhos, da empresa ao longo do tempo e também com outras operadoras de metrô. Além disso, permitem a análise individual da evolução das despesas, principalmente as de maior relevância, como por exemplo, custo de pessoal e de energia de tração;

• **Índice Satisfação dos usuários:** A TRENSURB realiza anualmente a Pesquisa de Satisfação e Perfil dos Usuários da TRENSURB, através de empresa contratada. O estudo da satisfação e do perfil dos usuários da TRENSURB foi realizado entre os dias 17 e 23 de outubro de 2011, com os usuários de todas as 17 (dezesete) estações. A metodologia consistiu em uma pesquisa quantitativa estratificada, com aplicação de um questionário estruturado e padronizado, composto por questões fechadas, dicotômicas, escalares e de múltipla escolha, obteve-se também o índice de satisfação geral, de 91,6%. Considerado um excelente índice no serviço prestado a população;

• **Índice de Regularidade:** mede o grau de atendimento das necessidades operacionais, relacionando o número de viagens realizadas com viagens programadas, controladas e registradas pelo Centro de Controle Operacional. É de extrema utilidade, pois permite analisar a eficiência do sistema operacional como um todo, controlando a oferta de trens e, em conjunto com a área de manutenção, buscar soluções para problemas que tendem a se repetir e causar atrasos e perdas de viagens, que em última análise causam transtornos aos usuários do sistema;

• **MKBF:** é a quilometragem média entre avarias que demonstra a qualidade do serviço de manutenção dos trens, o que impacta diretamente no serviço ofertado à população. É obtido pela relação entre as avarias constatadas e o total de quilômetros rodados no mês. Sua análise permite analisar e agir proativamente sobre avarias que se repetem e que passam a necessitar ações preventivas, alterando a programação das manutenções existentes.

2.4.7.1 Taxa de Cobertura

O Índice da Taxa de Cobertura representa a sustentabilidade econômica da TRENSURB na relação entre suas receitas próprias e as despesas para seu funcionamento. Este índice demonstra a eficiência dos processos da empresa, perante sua atividade fim, ou seja, o transporte de passageiros.

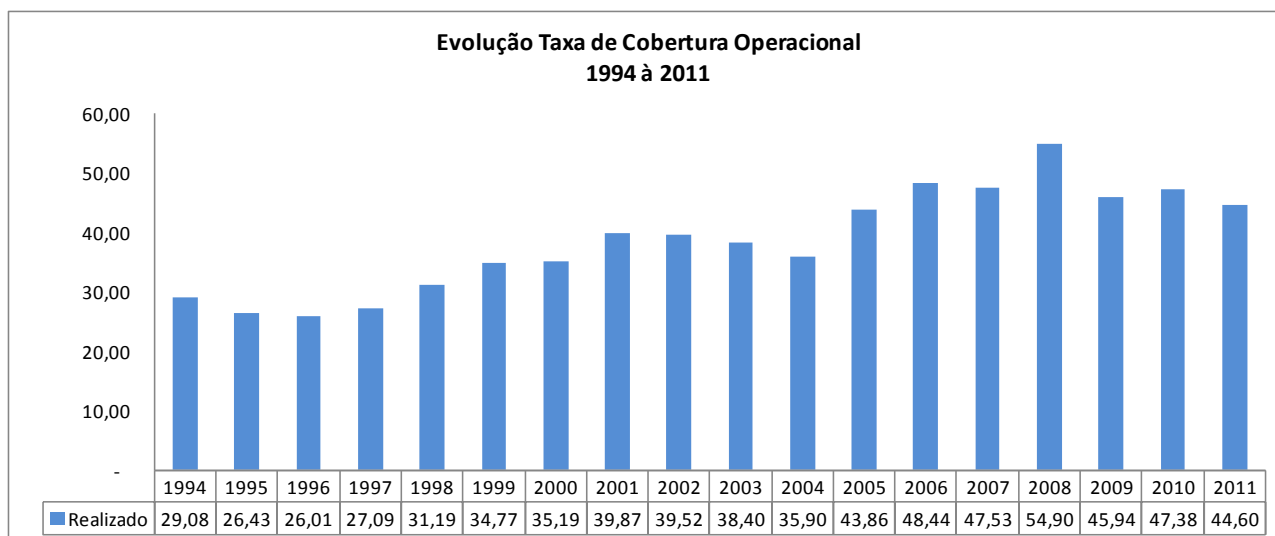
A forma de cálculo de obtenção do Índice da Taxa de Cobertura é o Total de Receitas, exceto as de subvenção, dividido pelo Total de Despesas de Funcionamento, desconsiderando as depreciações, amortizações e provisões. É medido em percentual de cobertura.

Esses dados são obtidos a partir dos balancetes mensais, sob a responsabilidade da Gerência de Contabilidade e Patrimônio.

Tendo em vista o aumento no grupo de contas de despesas de 3,80% e a redução de 2,29% no total de receitas, no ano de 2011 houve uma redução no índice da Taxa de Cobertura Operacional, que passou de 47,38% em 2010 para 44,60% em 2011.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da taxa de cobertura operacional desde o ano de 1994.

Figura III – Gráfico Evolução do Índice da Taxa de Cobertura Operacional



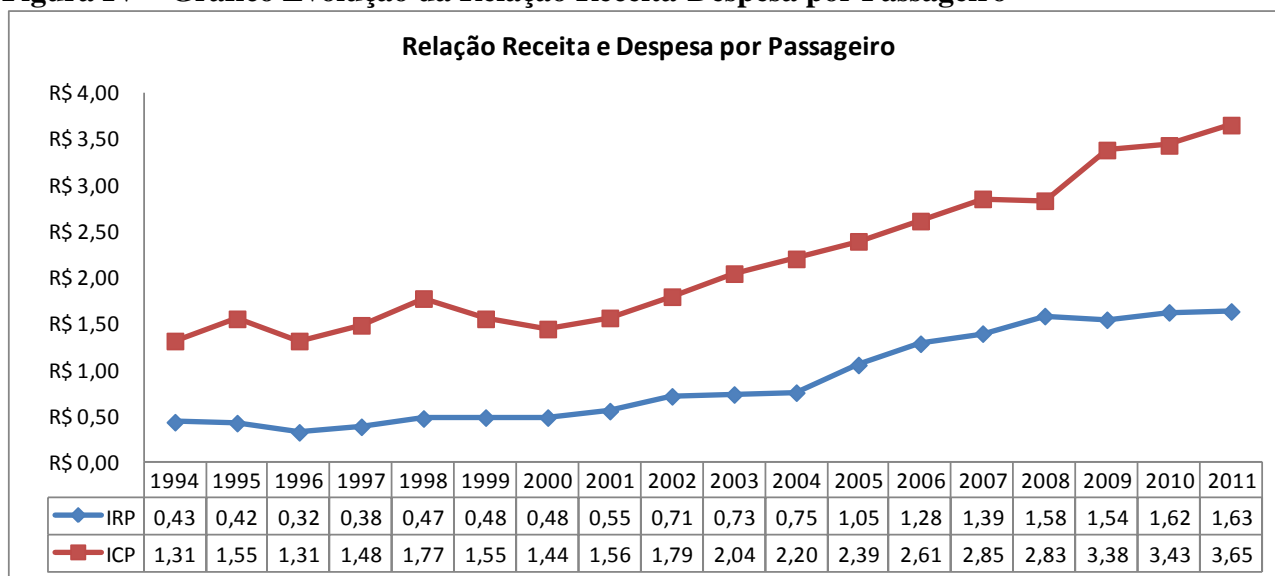
Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

A representação da receita e da despesa pode ser expressa pelo Índice de Receita por Passageiro (IRP) e pelo Índice de Custo por Passageiro (ICP).

A forma de cálculo da receita por passageiro transportado é a divisão do total de receita própria, exceto a receita de subvenção, pelo total de bilhetes vendidos. Para o cálculo da despesa por passageiro transportado utiliza-se a divisão do total de despesa de funcionamento pelo total de bilhetes vendidos. Esses dados são obtidos dos controles existentes na GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio) e GEORF (Gerência de Orçamento e Finanças).

O gráfico abaixo apresenta a evolução ao longo dos anos desta relação.

Figura IV – Gráfico Evolução da Relação Receita-Despesa por Passageiro



Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

2.4.7.2 Passageiros Transportados

Foram transportados 50.980.063 passageiros em 2011, sendo 4,71% superior a quantidade de Passageiros transportados em 2010, correspondendo a um incremento de 2.294.742 usuários. A média de passageiros transportados no ano de 2011, em dias úteis, atingiu a marca de 170.567 passageiros, 5,98% superior à média, em dias úteis, no ano de 2010, o que corresponde a um aumento de 9.621 passageiros. Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações.

Composta por uma frota de 25 Trens Unidades Elétrica (TUE's), cada um com quatro carros e com capacidade média para transportar 1.080 passageiros, a empresa opera seus serviços no horário compreendido entre 5h e 23h20min, durante todos os dias do ano.

A principal ação de inclusão social da TRENSURB é a oferta de uma tarifa social que contribui significativamente para a mobilidade urbana da RMPA.

A tabela abaixo demonstra a evolução do número de passageiros transportados ao longo dos anos, média de dias úteis, média sábado e média domingo.

Tabela XL - Evolução dos Passageiros Transportados pela TRENSURB

PERÍODO	NÚMEROS PASSAGEIROS	VARIAÇÃO PERCENTUAL	MÉDIA DIA ÚTIL	MÉDIA SÁBADO	MÉDIA DOMINGO
1985 - 2000	545.229.293	-	122.824	75.652	49.200
2001	39.552.401	4,81%	130.784	80.883	51.465
2002	41.293.660	4,40%	133.866	83.706	52.915
2003	44.683.279	8,21%	144.844	89.884	54.666
2004	48.984.940	9,63%	158.783	99.936	62.804
2005	47.251.208	-3,54%	155.064	96.597	57.175
2006	45.787.217	-3,10%	151.460	89.857	53.940
2007	45.334.541	-0,99%	149.068	88.495	50.673
2008	47.035.760	3,75%	154.111	90.256	52.368
2009	44.404.858	-5,59%	150.640	85.925	50.396
2010	48.685.321	9,64%	160.946	93.121	53.949
2011	50.980.063	4,71%	170.567	96.040	54.882
TOTAL	1.049.222.541	-	148.580	89.196	53.703

Fonte: Diário Operacional TRENSURB

No ano de 2011, a TRENSURB transportou seu bilionésimo usuário.

2.4.7.3 Receitas no Exercício

Os indicadores de receita operacional de transportes e receitas extra-operacionais medem o quanto a empresa obtém de suas atividades. Os dados são obtidos a partir dos controles contábeis e englobam o cálculo para o indicador da Taxa de Cobertura. Esses números são analisados pelas áreas estratégicas da empresa que acompanham o seu desempenho mensalmente.

A receita é composta pelos seguintes itens:

a) Receita Operacional de Transportes

É a receita obtida pela atividade operacional específica da empresa, ou seja, trata-se da receita obtida diretamente pela venda dos serviços prestados (bilhetes unitários e de integração).

Em 2011 a Receita Operacional de Transportes apresentou uma redução de 5,31% em relação ao ano de 2010, esta redução se deve a queda na venda de bilhetes em 2011 e está relacionada ao primeiro estágio da Adequação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica para interoperabilidade com o sistema de transporte da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA.

A tabela abaixo demonstra os resultados do ano de 2011, mês a mês, comparados com os mesmos períodos de 2010.

Tabela XLI - Total da Receita Operacional de Transportes

Receita Operacional de Transportes	2010	2011	VARIAÇÃO %
jan	4.863.231,81	5.060.662,39	4,06%
fev	5.243.028,16	5.884.592,46	12,24%
mar	5.008.776,88	4.763.157,07	-4,90%
abr	6.247.484,50	4.374.209,33	-29,98%
mai	6.487.477,61	6.844.289,19	5,50%
jun	5.900.160,45	5.171.027,11	-12,36%
jul	5.047.289,80	5.320.160,71	5,41%
ago	7.032.365,00	6.412.309,45	-8,82%
set	5.884.809,43	4.561.474,74	-22,49%
out	5.462.376,47	5.906.973,18	8,14%
nov	6.562.116,36	5.769.914,16	-12,07%
dez	6.350.284,20	6.301.852,79	-0,76%
Totais	70.089.400,67	66.370.622,58	-5,31%

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

As tabelas a seguir demonstram a evolução dos itens que compõem a receita operacional da empresa.

Tabela XLII - Bilhetes Vendidos

TIPO DE BILHETES	2011												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Utilização - Cartão SIM	28.741	26.905	39.301	39.997	44.668	40.668	33.927	42.265	42.458	48.227	50.986	49.271	487.414
Utilização - Cartão TRI	0	0	0	0	0	0	134.657	247.768	324.474	492.352	573.314	598.480	2.371.045
Unitário	1.779.669	1.814.062	1.885.007	1.962.567	2.278.648	1.908.344	1.894.733	1.843.652	1.514.419	1.620.487	1.615.975	1.616.735	21.734.298
Integração Canoas	1.088.965	983.927	950.912	898.175	1.251.599	995.835	988.699	1.246.573	943.005	1.043.725	1.042.230	1.092.593	12.526.238
Integração Porto Alegre	31.390	39.025	59.067	37.895	61.732	44.780	44.009	31.616	3.001	0	0		352.515
Integração Esteio/Sapucaia	534.942	722.233	586.762	436.343	798.434	627.229	650.142	793.955	543.284	707.207	644.771	650.495	7.695.797
Integração Novo Hamburgo	14.600	28.800	14.488	4.335	9.477	4.162	23.770	19.001	14.319	14.406	19.517	19.699	186.574
Integração São Leopoldo	0	0	0	0	0	0	0	0	2.000	1	22.742	19.163	43.906
Integração Sta Rita	46.555	57.359	37.519	49.583	49.367	62.500	48.442	69.033	51.083	69.114	49.604	63.089	653.248
Integração Unisinos	28.479	21.563	58.041	42.689	53.563	48.274	23.464	62.245	34.688	60.107	64.644	44.982	542.739
Total	3.553.341	3.693.874	3.631.097	3.471.584	4.547.488	3.731.792	3.841.843	4.356.108	3.472.731	4.055.626	4.083.783	4.154.507	46.593.774
TIPO DE BILHETES	2010												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Utilização - Cartão SIM	6.274	11.613	29.255	31.095	38.247	39.922	38.742	47.505	45.769	46.150	44.444	37.230	416.246
Unitário	1.717.635	1.624.905	1.858.289	2.003.804	2.040.339	1.955.304	2.012.024	2.191.173	2.083.243	2.066.480	2.114.677	2.152.197	23.820.070
Integração Canoas	995.983	934.169	1.109.852	1.160.016	1.269.930	1.159.300	1.007.424	1.268.475	1.061.374	956.696	1.305.501	1.056.677	13.285.397
Integração Porto Alegre	45.173	41.137	60.062	34.529	58.326	60.264	50.469	57.532	49.938	63.475	46.886	63.748	631.539
Integração Esteio/Sapucaia	561.543	635.895	597.435	747.129	725.589	697.831	562.080	912.455	656.206	643.437	700.473	694.481	8.134.554
Integração Novo Hamburgo	19.843	14.052	10.336	20.098	25.292	19.812	19.899	15.119	29.925	9.913	20.113	15.109	219.511
Integração São Leopoldo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Integração Sta Rita	36.759	59.426	39.935	63.914	62.975	59.480	53.655	50.382	51.337	61.297	49.863	65.900	654.923
Integração Unisinos	17.963	29.830	60.739	58.235	65.943	46.796	35.686	64.584	39.927	72.911	38.871	38.970	570.455
Total	3.401.173	3.351.027	3.765.903	4.118.820	4.286.641	4.038.709	3.779.979	4.607.225	4.017.719	3.920.359	4.320.828	4.124.312	47.732.695

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

As tarifas integradas sofreram reajustes no ano de 2011, devido ao aumento das tarifas dos ônibus urbanos e intermunicipais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A tarifa unitária da TRENSURB não sofreu reajuste.

A tabela a seguir demonstra os valores de tarifa praticados no exercício de 2011 em todas as linhas integradas, em relação ao ano de 2010, bem como as parcelas que remuneram os operadores das linhas e a TRENSURB.

Tabela XLIII - Valor das Tarifas Comparativo 2010-2011

Bilhete	Ano	Tarifa	Valor TRENSURB	Valor Ônibus
Unitário TRENSURB	2011	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 0,00
	2010	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 0,00
Porto Alegre (Carris / Conorte)	2011	R\$ 3,96	R\$ 1,53	R\$ 2,43
	2010	R\$ 3,75	R\$ 1,54	R\$ 2,21
Canoas (Vicasa)	2011	R\$ 3,10	R\$ 1,08	R\$ 2,02
	2010	R\$ 2,85	R\$ 1,13	R\$ 1,72
Esteio/Sapucaia – (Real)	2011	R\$ 3,35	R\$ 1,19	R\$ 2,16
	2010	R\$ 3,20	R\$ 1,17	R\$ 2,03
Unisinós - Central	2011	R\$ 1,70	R\$ 1,27	R\$ 0,43
	2010	R\$ 1,70	R\$ 1,27	R\$ 0,43
Nova Santa Rita – Via Nova	2011	R\$ 3,70	R\$ 1,22	R\$ 2,48
	2010	R\$ 3,55	R\$ 1,20	R\$ 2,35
São Leopoldo - Central	Início em out/2011	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 0,00
Novo Hamburgo – Central	2011	R\$ 4,35	R\$ 1,70	R\$ 2,65
	2010	R\$ 4,20	R\$ 1,70	R\$ 2,50

Fonte: GEMOB (Gerência de Mobilidade)

A tabela abaixo demonstra a vantagem tarifária para os usuários que varia de 2,90% até 58,02%, decorrentes de convênios firmados entre a TRENSURB e as empresas de ônibus que operam as integrações.

Tabela XLIV - Benefícios Tarifários com os Bilhetes de Integração

Município / Empresa	Tarifa Integração TRENURB	Tarifa Ônibus Intermunicipal	Economia para o usuário
Integração Porto Alegre (Carris e Conorte)	R\$ 3,96	R\$ 4,40	-10,00%
Integração Canoas (Vicasa)	R\$ 3,10	R\$ 3,10	0,00%
Integração Nova Santa Rita (Via Nova)	R\$ 3,70	R\$ 4,50	-17,78%
Integração Esteio e Sapucaia do Sul (Real)	R\$ 3,35	R\$ 3,45	-2,90%
Integração Unisinos (Central)	R\$ 1,70	R\$ 4,05	-58,02%
São Leopoldo - Central	R\$ 3,50	R\$ 4,70	-25,53%
Integração Novo Hamburgo (Central)	R\$ 4,35	R\$ 5,75	-24,35%

Fonte: GEMOB (Gerência de Mobilidade)

A maior parte dos usuários utiliza o sistema de integração, 55,90%, conforme apresentado na Pesquisa de Satisfação e Perfil dos usuários da TRENURB de 2011. O grau de satisfação geral com o sistema de integração está em 59,5%.

Os estudantes da instituição UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) possuem um benefício tarifário maior que 50,0% em relação ao ônibus intermunicipal Porto Alegre – São Leopoldo. Esse benefício é decorrente de contrato que a Universidade mantém com a Empresa Central, que permite que a tarifa dessa integração seja igual à tarifa do bilhete unitário da TRENURB.

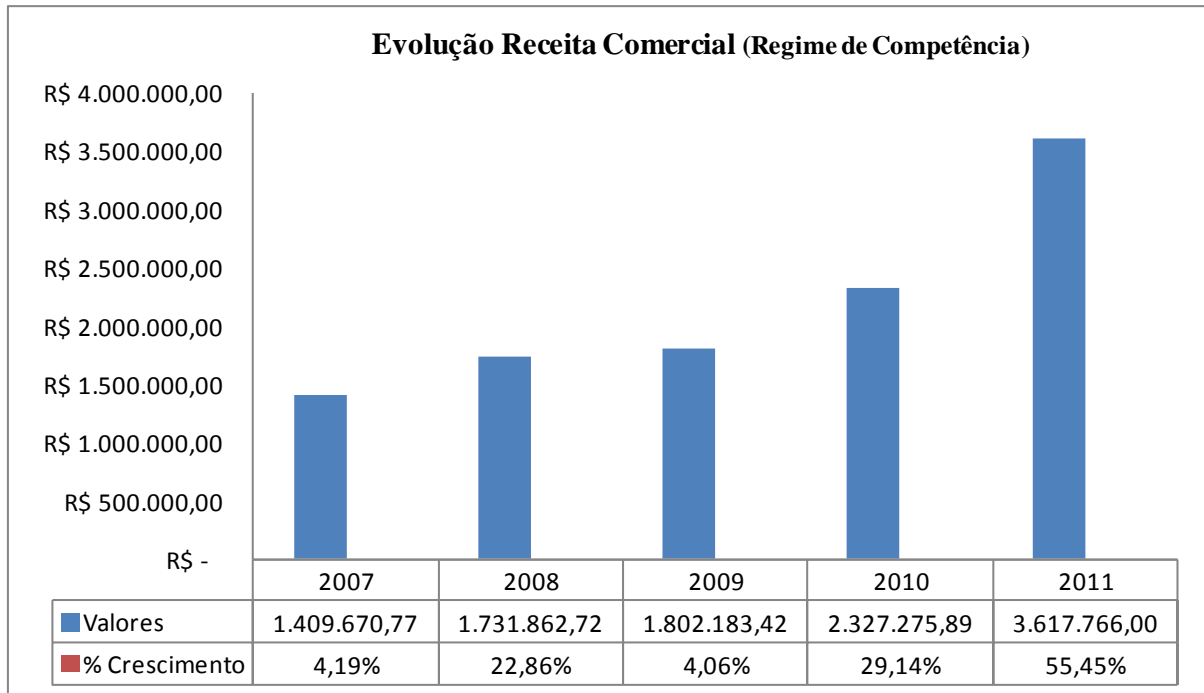
A TRENURB segmentou o seu mercado de clientes em dois tipos: Pagantes e Isentos. Os usuários que possuíram isenção tarifária em 2011 representaram aproximadamente 7% do total de passageiros transportados, que entre eles são considerados os próprios empregados da TRENURB, pessoas com deficiência física, idosos e crianças, oficiais de justiça, fiscais e auditores do trabalho e policiais militares. Os usuários pagantes representaram 93% passageiros transportados.

b) Receitas extra-operacional (Financeira, Comercial e Outras)

É toda receita oriunda de atividades não relacionadas com a atividade principal da empresa, tais como: aluguéis e concessões, editais, produtos diversos, recuperação de depósitos recursais, entre outras.

A receita comercial (contabilizada através do Regime de Competência) é o somatório das receitas de exploração publicitária e comercial, além de serviços como fibra óptica e máquinas dispensadoras de produtos e valores.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da Receita Comercial e seu percentual de crescimento dos últimos cinco anos.

Figura V – Gráfico Evolução da Receita Comercial

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégia)

2.4.7.4 Despesas no Exercício

As despesas são obtidas através dos controles contábeis. O controle e acompanhamento detalhado das contas de custeio está estruturado e desdobrado com indicadores ao nível das unidades organizacionais, com foco na redução das despesas e uso eficiente dos recursos.

A conta contábil é constituída por:

a) Despesas com pessoal

Esta conta contábil evidencia todas as despesas relacionadas à remuneração fixa e variável e os encargos sociais.

b) Despesas com viagens

Nesta conta contábil são lançados todas as despesas relacionadas à diárias, hospedagem e passagens.

c) Serviços de Terceiros

Os valores contabilizados nesta conta contábil tratam dos serviços contratados.

d) Consumo de Materiais

Corresponde ao consumo de todos os materiais por regime de competência, tanto os adquiridos para estoque, como os de repasse considerando também aqueles necessários para execução do serviço contrato por terceiros.

e) Energia de Tração

Essa despesa está relacionada ao sistema de abastecimento de energia elétrica de tração, o qual é responsável pela alimentação elétrica para a movimentação dos trens.

f) Serviço de Utilidade Pública

Nesta conta contábil são lançadas as despesas referentes à energia elétrica predial, consumo de água e as despesas de telefone. Todas as despesas referem-se ao pátio de manutenção, prédio administrativo e estações.

g) Outras Despesas

São classificados nesta conta contábil os tributos e contribuições, condenações trabalhistas e demais despesas. Ressalta-se que o item condenações trabalhistas referem-se ao pagamento de ações judiciais que não foram provisionadas em razão da classificação de risco

Em 2011 as despesas para funcionamento cresceram 3,80% em relação ao ano de 2010.

As Tabelas a seguir apresentam os três grupos de despesas de maior representatividade e sua variação ao longo dos dois últimos anos: Despesa com Pessoal, Serviços de Terceiros e Custo com Energia Elétrica de Tração.

Tabela XLV - Despesas com Pessoal

Descrição	2010	2011	Variação
Despesas com Pessoal (remuneração)	R\$ 89.438.451,04	R\$ 91.960.931,04	2,82%
Despesas com Horas Extras	R\$ 4.050.694,24	R\$ 1.859.467,20	-54,10%
Despesas com Assistência Médica	R\$ 1.908.983,53	R\$ 2.260.131,02	18,39%
Despesas com Assistência Odontológica	R\$ 449.797,50	R\$ 349.696,70	-22,25%
Outras Despesas com Assistência Médica	R\$ 519.801,58	R\$ 783.973,64	50,82%
Total	R\$ 96.367.727,89	R\$ 97.214.199,60	0,88%

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

O aumento nas Remunerações é reflexo de Acordos Coletivos com todos os Sindicatos que atuam na TRENSURB e reflexos nos respectivos encargos sociais, provisões de férias e 13.º Salário. Cabe destacar a redução de mais de 50% nas despesas com Horas Extras. Acréscimo em despesas médicas deve-se ao reajuste no contrato da Unimed e inclusão contrato Urgetrauma em outras despesas médicas.

Tabela XLVI - Despesas com Serviços de Terceiros

Serviços de Terceiros	2010	2011	Variacã o
Serv.Tec. Prof. Asses.,Cons. e Auditoria	1.580.710,50	1.283.509,23	-18,80%
Serviço de Vigilância	1.541.154,37	762.742,52	-50,51%
Serviço de Transporte de Valores	1.335.450,64	1.392.022,27	4,24%
Serviço de Limpeza	4.153.643,25	4.568.052,73	9,98%
Serviço de Manutenção e Conservação	11.169.574,77	17.697.285,18	58,44%
Manutenção Sistema Proc. de Dados	2.172.333,77	2.970.525,15	36,74%
Propaganda e Publicidade	1.333.991,86	114.704,98	-91,40%
Custo de Implantação e operação BE	3.244.458,52	2.410.823,78	-25,69%
Outros Serviços de Terceiros	2.827.591,31	2.527.111,32	-10,63%
TOTAIS	29.358.908,99	33.726.777,16	14,88%

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

Em 2011 a Despesa com Serviços de Terceiros obteve um aumento de 14,88% em relação ao ano de 2010.

Cabe ressaltar neste grupo que algumas despesas tiveram redução significativa por encerramento de contrato, tais como: Propaganda e publicidade e Serviço de vigilância, assim como em outros casos a acréscimos em consequência de reajuste por repactuação ou ingresso de novos contratos e objetos de contrato, como é o caso de Serviço de Engenharia e Manutenção de obras civis, Serviço de engenharia e Manutenção da Via Permanente e Serviço de Engenharia e Manutenção dos TUE's.

Tabela XLVII - Total Custo Energia Elétrica de Tração

Custo Energia de Tração	2010	2011	Variacão
janeiro	R\$ 1.351.571,13	R\$ 1.312.656,91	-2,88%
fevereiro	R\$ 1.345.886,83	R\$ 1.343.324,65	-0,19%
março	R\$ 1.342.153,83	R\$ 1.362.927,21	1,55%
abril	R\$ 1.492.708,99	R\$ 1.499.450,13	0,45%
maio	R\$ 1.440.955,63	R\$ 1.598.959,63	10,97%
junho	R\$ 1.444.663,29	R\$ 1.651.211,95	14,30%
julho	R\$ 1.500.834,42	R\$ 1.613.057,01	7,48%
agosto	R\$ 1.510.004,57	R\$ 1.601.054,25	6,03%
setembro	R\$ 1.388.755,43	R\$ 1.645.437,56	18,48%
outubro	R\$ 1.481.300,94	R\$ 1.636.625,24	10,49%
novembro	R\$ 1.454.847,93	R\$ 1.629.012,76	11,97%
dezembro	R\$ 1.338.911,23	R\$ 1.582.787,96	18,21%
Totais	R\$ 17.092.594,22	R\$ 18.476.505,26	8,10%

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

O aumento de 8,10% em relação ao ano de 2010 se deve em razão do reajuste tarifário pela fornecedora de energia.

2.4.7.5 Satisfação dos Usuários

Visando melhorar, manter, aprimorar e suprir deficiências no seu atendimento, a TRENSURB realiza anualmente a Pesquisa Socio-Econômica e de Nível de Satisfação dos Usuários com o objetivo de identificar o perfil sócio-econômico dos mesmos e avaliar o grau e satisfação em relação ao nível de serviços oferecidos, procurando obter dados que identifiquem as potencialidades do seu sistema operativo, como também as fragilidades, que após análise são tomadas as providências necessárias para a solução dos problemas.

O estudo da satisfação e do perfil dos usuários da TRENSURB foi realizado entre os dias 17 e 23 de outubro de 2011, com os usuários de todas as 17 (dezesete) estações. A metodologia consistiu em uma pesquisa quantitativa estratificada, com aplicação de um questionário estruturado e padronizado, composto por questões fechadas, dicotômicas, escalares e de múltipla escolha, obteve-se também o índice de satisfação geral, de 91,6%. Considerado um excelente índice no serviço prestado a população. Foram entrevistados 1.500 usuários, sendo 1.257 realizadas em dias úteis e 243 em dias não úteis.

Para a segunda fase da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa qualitativa com grupo de referência estratificada (total de 07 usuários) de diferentes cidades, realizada no Instituto Pesquisas de Opinião, no dia 05 de novembro de 2011.

A evolução ao longo dos anos da Satisfação Geral apresentou os seguintes resultados:

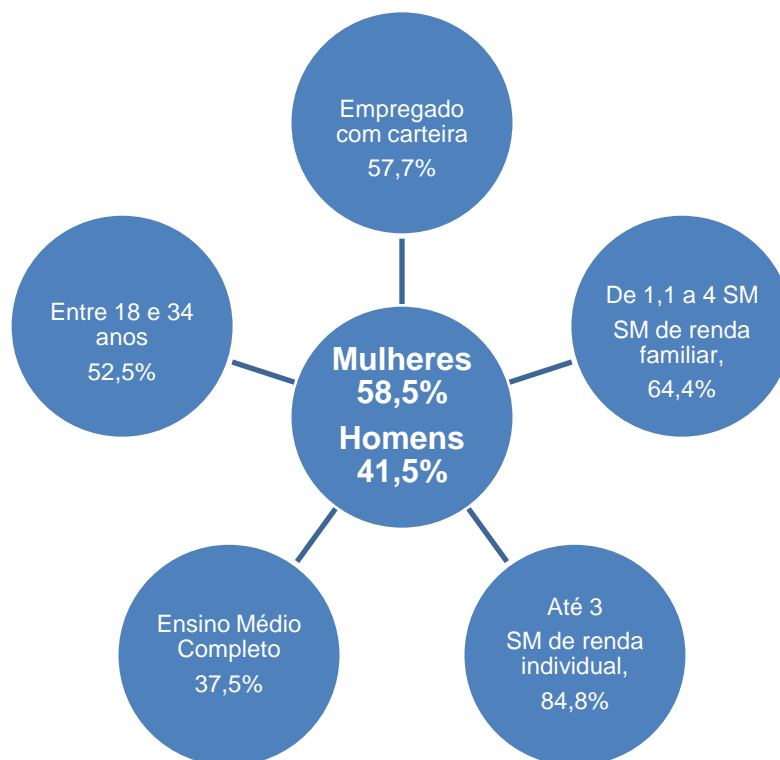
Tabela XLVIII - Análise por ano de realização das pesquisas

AVALIAÇÃO PESQUISA SATISFAÇÃO GERAL DOS USUÁRIOS	2003	2005	2007	2008	2009	2010	2011
INSATISFEITO	1,80	-	0,20	0,60	0,40	1,00	1,30
POUCO SATISFEITO	2,90	3,30	3,40	6,40	6,00	7,10	7,10
SATISFEITO	76,30	68,30	67,50	71,00	76,40	76,00	78,80
MUITO SATISFEITO	19,00	28,50	28,00	22,00	17,20	15,90	12,80
GRAU DE SATISFAÇÃO	95,30	96,70	95,50	93,00	93,60	91,90	91,60

Fonte: IPO (Instituto Pesquisas de Opinião)

Obs.: O índice de Satisfação Geral é uma pergunta formulada diretamente.

Em relação ao perfil socioeconômico dos usuários do sistema TRENSURB, são consideramos os itens de gênero, faixa etária, grau de escolaridade, situação ocupacional, renda individual e familiar. A composição de perfil dos usuários da TRENSURB, identificada na pesquisa de satisfação e perfil, realizada em 2011, é em sua maioria composto por pessoas entre 18 e 34 anos, ensino médio completo que trabalham com carteira assinada e possuem renda individual e familiar de até três salários mínimos, conforme figura abaixo.

Figura VI – Perfil dos Usuários

Fonte: IPO (Instituto de Pesquisa de Opinião)

Os itens mostrados na tabela a seguir são referentes ao grau de satisfação dos usuários proposto de forma individual por item de avaliação.

Tabela XLIX - Grau de satisfação usuários da TRENSURB em relação aos itens avaliados

Análise do grau de satisfação (Satisfeito + Muito satisfeito) de todos os itens avaliados	Anos	
	2010 (%)	2011 (%)
Iluminação nos trens	94,0	95,4
Funcionários dos trens (piloto)	86,0	92,1
Limpeza no interior dos trens	91,2	91,4
Limpeza nas estações	89,8	91,4
Comunicação visual	83,0	89,4
Funcionários da catraca	84,8	87,9
Iluminação nas estações	78,8	87,7
Segurança no interior dos trens	77,4	86,3
Segurança no interior das estações	79,8	84,7
Funcionários da bilheteria	77,8	84,7
Funcionários da segurança	90,0	84,1
Conservação dos trens	86,4	83,9
Instalações comerciais	80,8	82,9
Tempo de espera nos guichês	73,2	77,9
Segurança na entrada e saída das estações	59,8	74,1
Escada rolante	51,2	71,2
Intervalo de tempo entre Trens	68,4	69,9
Segurança nas passarelas	49,4	68,0
Banheiros	49,0	61,9
Elevadores	43,6	61,8
Lotação nos trens	31,6	43,6
Escada fixa **	79,4	-
Pintura **	77,8	-
Lixeiras **	75,8	-
Bancos **	71,2	-
Média geral de todos os itens*	73,2	79,5

Fonte: IPO (Instituto de Pesquisa de Opinião)

Nota: *Para o cálculo da satisfação geral não é considerado a questão de satisfação geral declarada pelos usuários da TRENSURB, mas a média de todos os itens avaliados. A análise é realizada considerando a variável “indiferente”.

** Itens não avaliados em 2011.

Os usuários entrevistados apontam a TRENSURB como um meio de transporte rápido/ágil, seguro, espaço físico (maior número de passageiros), mais econômico e pontual.

O principal motivo que justifica a utilização do trem é a “rapidez” (82,1%), e o preço (37,1%). A integração dos bilhetes é também um dos principais pontos positivos.

Tabela L - Análise comparativa do motivo de utilização do trem

Motivos	Anos	
	⁽¹⁾ 2010 (%)	⁽¹⁾ 2011 (%)
Rapidez	73,6	82,1
Preço	45,6	37,1
Regularidade/Pontualidade	19,2	7,7
Segurança pessoal	13,6	7,3
Conforto	9,2	7,3
Proximidade da Estação	18,2	5,8
Limpeza	3,0	2,5
Outro/Única opção	10,4	5,9
Não sabe	--	0,2
Total percentual	192,8	155,9
Total de Casos	500	1500

Fonte: IPO (Instituto de Pesquisa de Opinião)

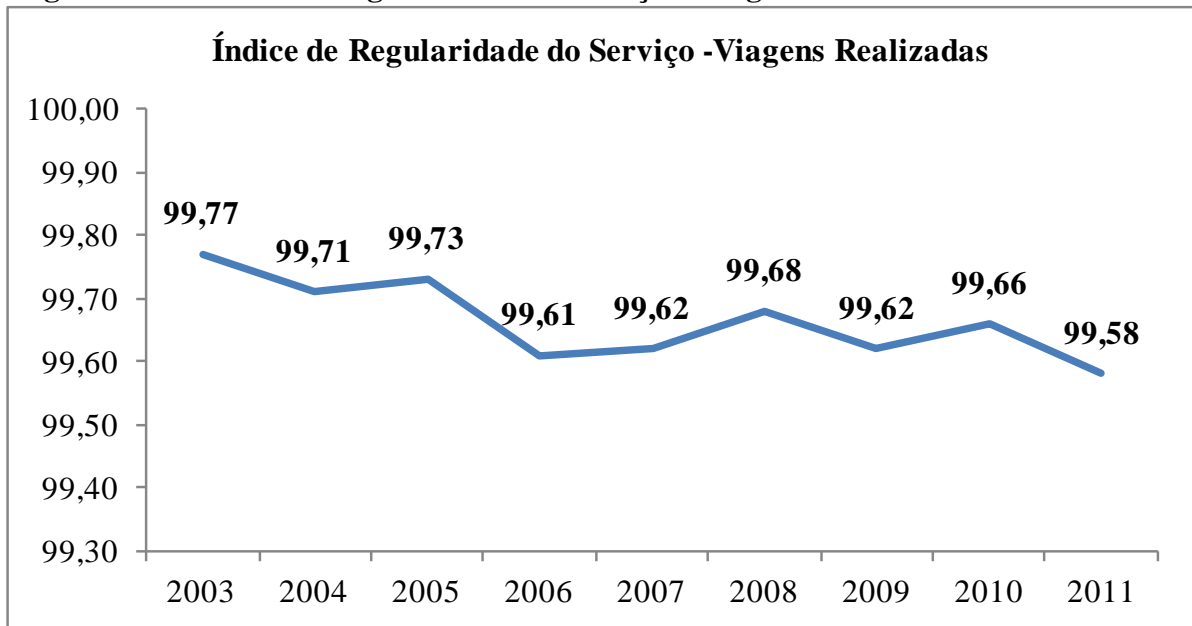
⁽¹⁾ Respostas múltiplas = até 03 opções de respostas.

2.4.7.6 Indicadores Operacionais

a) Índice de Regularidade do Serviço: um dos indicadores que refletem a qualidade operacional da TRENSURB é o Índice de Regularidade do Serviço, obtido através da relação entre as viagens realizadas e as viagens programadas, que alcançou em 2011 o índice médio de 99,58%. Um aspecto que impacta fortemente nesse índice é a qualidade da manutenção realizada nos trens que prestam o serviço do transporte de passageiros.

Das 82.622 viagens programadas, foram realizadas 82.283. Destaca-se que o índice de Regularidade ficou abaixo das metas estabelecidas nos meses de fevereiro (101 viagens perdidas), junho (65 viagens perdidas) e novembro (42 viagens perdidas), em virtude de ocorrências de Avaria na Rede Área e Obstruções na Via.

O gráfico abaixo demonstra a variação no Índice de Regularidade do Serviço – viagens realizadas desde o ano de 2003.

Figura VII – Índice de Regularidade do Serviço – Viagens Realizadas

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

b) MKBF Níveis A, B e C: uma maneira de medir o desempenho da manutenção é pelo Índice de Quilometragem Média Percorrida por Ocorrência de Avarias da Frota - MKBF. Quanto maior for este índice, melhor é a qualidade da manutenção, a média de 2011 foi de 3.494, destacando-se o mês de novembro, com 4.551 km por avaria.

A tabela a seguir demonstra a comparação de 2010 em relação ao ano de 2009.

Tabela LI - MKBF - Comparativo 2010-2011

MKBF - Níveis A, B e C	2010	2011	Variação
jan	3767,00	2764,00	-26,63%
fev	3586,00	2984,00	-16,79%
mar	3413,00	3257,00	-4,57%
abr	3506,00	2469,00	-29,58%
mai	3177,00	4114,00	29,49%
jun	3336,00	3567,00	6,92%
jul	3242,00	2653,00	-18,17%
ago	4493,00	4067,00	-9,48%
set	3294,00	3164,00	-3,95%
out	3136,00	4029,00	28,48%
nov	3246,00	4551,00	40,20%
dez	3108,00	4316,00	38,87%
Média	3442,00	3494,58	1,53%

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

A medição é obtida pela divisão da quilometragem percorrida pelo número de falhas contatadas nos níveis A, B e C (falhas ou irregularidades com o material rodante que prejudiquem a normalidade da operação e/ou segurança do sistema, provoquem atrasos, supressões de viagens ou interrupções no tráfego). Esse indicador é calculado e controlado pela Gerência de Manutenção.

2.4.7.7 Levantamento Socioambiental

O sistema de transporte metroviário caracteriza-se como um meio estruturador do transporte público. Devido a sua alta capacidade e a sua via exclusiva, possibilita que os demais modos de transporte, que transitam nas vias rodoviárias, tenham uma maior velocidade e para tanto, menor consumo de combustível. Paralelamente contribui com a redução do número de acidentes, com a diminuição de mortes nos acidentes fatais, com os gastos de manutenção das vias públicas, com a redução da expansão das vias, com a economia de queima de combustíveis não renováveis (petróleo) e com a redução da poluição, entre outros benefícios.

Ao desenvolver seu serviço de transporte, a TRENSURB utiliza energia limpa e renovável contribuindo para a redução da poluição ambiental. Paralelamente a empresa contribui com a redução do número de acidentes, também contribui com a diminuição dos gastos de manutenção das vias públicas, custos com saúde pública e diretamente junto ao usuário, nas economias de benefício tarifário e de gratuidade, para determinada camada da população.

Os indicadores econômicos de um sistema de transporte estão vinculados às externalidades que são geradas e que agridem ou possam influenciar o meio ambiente.

Funcionando desde 1985, a empresa é um importante instrumento de qualificação socioambiental. Estima-se que o uso do modal metroferroviário na Região Metropolitana de Porto Alegre representou uma economia de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões para sociedade.

A TRENSURB somente no ano de 2011 transportou 50.980.063 milhões de passageiros, deixando de ser executadas um total de 1.012.809 milhões viagens/ano de ônibus, o que corresponde a 4.109 viagens em dia útil.

Evitou-se a emissão de 3.153 toneladas de dióxido de carbono, 536 toneladas de hidrocarbonos, 205 toneladas de óxido de nitrogênio, 6,14 toneladas de óxido de enxofre e 6,82 toneladas de particulados. Concretizou-se uma economia de 10.368 milhões de litros de óleo diesel e 9.095 milhões de horas em tempo de viagem.

Contabilizou-se uma economia total de R\$ 119,78 milhões a partir da estimação dos custos unitários das externalidades. O valor médio do óleo diesel passou de R\$ 1,98 para R\$ 1,99 (valor médio em Porto Alegre, no dia 31/12/2011).

A tabela abaixo apresenta, para efeito comparativo, as economias auferidas pela comunidade provenientes das economias geradas pela introdução do modal metroviário.

Tabela LII - Quadro Resumo Indicadores Econômicos

Itens considerados	Unidade	2010		2011	
		Quantidades	R\$	Quantidades	R\$
Demanda anual	passageiros/ano	48.685.321,00		50.980.063,00	
Demanda média mensal	passageiros/mês	4.057.110,08		4.248.338,58	
Necessidade de frota adicional de ônibus sem o trem	km/mês	2.171.291,48		2.273.633,49	
Dióxido de carbono	toneladas/ano	3.010,71	R\$ 9.201.039,29	3.152,62	R\$ 10.730.888,64
Hidrocarbonos	toneladas/ano	511,73	R\$ 20.296.490,17	535,85	R\$ 23.671.171,17
Nox	toneladas/ano	195,94	R\$ 25.486.804,63	205,17	R\$ 29.724.475,01
Sox	toneladas/ano	5,86	R\$ 940.363,43	6,14	R\$ 1.096.716,90
Partículas	toneladas/ano	6,51	R\$ 9.568.438,61	6,82	R\$ 11.159.375,15
Custo dos Acidentes com Ônibus					
Danos Materiais			R\$ 1.566.456,53		R\$ 1.826.909,98
Custo dos Acidentes com Automóveis					
Danos materiais			R\$ 1.348.893,12		R\$ 1.573.172,49
Vítimas não fatais			R\$ 762.342,18		R\$ 889.096,19
Vítimas Fatais			R\$ 173.615,60		R\$ 202.482,52
Economia tempo de viagem	horas	8.685.165,92	R\$ 15.664.565,25	9.094.533,97	R\$ 18.269.099,84
Economia de litros de Diesel	Milhões de litros	9.901.089,15	R\$ 19.604.156,52	10.367.768,73	R\$ 20.631.859,77
TOTAIS EMMILHÕES - R\$			R\$ 104,61		R\$ 119,78

EM 2010 US\$ 1 = R\$ 1,67. Em 31/12/2011, US\$ 1 = R\$ 1,86. Valor do diesel em dez/11 = R\$ 1,99

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento)

Cabe lembrar que não estão calculadas as economias provenientes da redução dos custos dispensados pela manutenção do sistema viário e da redução do consumo de combustível dos veículos particulares.

3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
275060	289.395.490-15	138.186,60	138.186,60	0,00	0,00
275060	221.793.210-15	85.704,91	0,00	0,00	85.704,91
275060	420.021.170-04	44.038,51	0,00	0,00	44.038,51
275060	295.787.360-53	288.023,00	0,00	0,00	288.023,00
275060	411.109.009-53	85.266,37	0,00	0,00	85.266,37
275060	254.678.320-34	128.179,27	0,00	0,00	128.179,27
275060	400.384.080-15	161.460,06	0,00	0,00	161.460,06
275060	239.148.900-53	337.705,93	0,00	0,00	337.705,93
275060	296.417.130-00	140.953,34	0,00	0,00	140.953,34
275060	209.850.370-91	9.756,83	0,00	0,00	9.756,83
275060	378.883.820-53	32.891,75	0,00	0,00	32.891,75
275060	414.753.050-87	223.121,62	0,00	0,00	223.121,62
275060	163.549.310-20	37.022,94	0,00	0,00	37.022,94
275060	264.152.080-04	0,00	0,00	6.763,33	6.763,33
275060	187.577.740-72	0,00	0,00	137.383,12	137.383,12
275060	157.430.470-49	0,00	0,00	51.990,39	51.990,39
275060	397.894.030-20	0,00	0,00	324.841,10	324.841,10
275060	440.193.350-87	0,00	0,00	88.027,39	88.027,39
275060	281.216.940-00	0,00	0,00	4.763,21	4.763,21
275060	422.827.480-34	0,00	0,00	119.415,74	119.415,74
275060	403.733.630-87	0,00	0,00	240.360,34	240.360,34
275060	214.610.900-91	0,00	0,00	231.776,13	231.776,13
275060	441.524.690-72	0,00	0,00	172.886,19	172.886,19
275060	394.842.620-15	0,00	0,00	151.999,85	151.999,85
275060	428.237.730-53	0,00	0,00	353.031,07	353.031,07
275060	160.945.650-53	0,00	0,00	9.059,24	9.059,24
275060	240.471.040-00	0,00	0,00	161.265,00	161.265,00
275060	168.415.140-68	0,00	0,00	125.077,60	125.077,60
275060	416.993.350-87	0,00	0,00	12.939,84	12.939,84
275060	143.313.570-15	0,00	0,00	60.493,17	60.493,17
275060	457.000.010-04	0,00	0,00	476.948,96	476.948,96
275060	298.201.620-68	0,00	0,00	38.280,49	38.280,49
275060	383.748.110-72	0,00	0,00	163.578,73	163.578,73

Tesouro Nacional (Fonte 0100). Contudo, desde 2010 a Justiça do Trabalho tem realizado penhoras de crédito diretamente na empresa que realiza a conferência diária da venda de bilhetes, obrigando que o recolhimento seja feito em conta específica com a devida comprovação. Esta prática gera este problema de registro de insuficiência de fundos, uma vez que não existe possibilidade de emissão empenho destas despesas na fonte 0250 – Recursos Próprios, já que orçamentariamente e financeiramente estão previstas na fonte 0100 – Tesouro Nacional.

Assim que o mandado é recebido a área jurídica adota as providências necessárias para regularização do processo, ou seja, quando possível, providencia o pagamento da ação e a liberação da penhora. Entretanto, como a liberação financeira só é realizada após a instrumentalização do processo no sistema de acompanhamento processual (Process), regulamentado pela Portaria nº546 emitida pelo Ministério das Cidades no dia 28/12/2009, nem sempre é realizado de forma rápida, visto que muitos processos ainda não se encontram nas fases definidas pela mencionada portaria.

Esta modalidade de penhora esta sendo adotada por diversos juízes da 4ª região do TRT, fato que eleva o valor registrado no passivo por insuficiência de créditos, sendo que a UJ não tem condições de prever esta situação.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	10.040.762,75	53.008,76	9.842.297,56	145.456,43
2009	7.407.244,94	-	7.303.528,49	103.716,45
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	70.620.521,45	4.542.119,24	70.893.590,54	5.621.231,65
2009	98.701.649,18	1.485.578,81	88.352.974,64	10.652.907,08
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

O expediente de restos a pagar é utilizado pela TRENSURB, para saldar os compromissos assumidos com empresas contratadas, no que tange ao pagamento das notas fiscais com vencimento em janeiro, porém com o mês de competência em dezembro do ano anterior, para que não causem um impacto muito grande no orçamento do ano subsequente. É utilizado também na aquisição de serviços/matérias onde é empenhado o valor total da despesa, mas que tem seu desembolso por mais de um exercício.

Cabe destacar, que grande parte do orçamento inscrito em restos a pagar é oriundo das notas de empenho emitidas para as obras de expansão da linha, trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo e também para Implantação do projeto Aeromóvel. Ambas as obras com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

A existência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro, ocorre devido as contratações de obras, bens e serviços que envolvam grandes somas de recursos e projetos. Estas contratações por envolverem grande soma e valores e também interessados, quando da sua homologação, requerem um certo cuidado ao se dar a ordem de início de serviços, fato este pode demorar algum tempo, principalmente quando se tratam de pedidos de aditivos contratuais e garantias que geralmente tem um prazo de doze meses.

O eventos positivos da gestão de restos a pagar para a empresa está no fato de que se estes recursos não fossem transferidos de um exercício para outro, causaria um grande transtorno na execução da despesa no ano subsequente, pois teríamos que empenhar novamente uma despesa que já havia sido prevista, deixando assim de utilizar o orçamento aprovado para o ano, nas despesas que já estavam previstas quando da elaboração de proposta orçamentária.

5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 Disposição da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1186	1119	106	173
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1186	1118	106	173
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	1186	1119	106*	173

Fonte: CAGED (Cadastro geral de empregados e desempregados)

*Considerando 40 Aprendizes.

5.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	12
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	06
1.2. Exercício de Função de Confiança	02
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis). RE 382 RE 1089 (Cedência autorizada pelo MP. Amparo Legal: Parágrafo 6º Art. 93 Lei 8112/90). RE 110 (CC. Amparo Legal: Decreto 2355/87 e Decreto 2410/88). RE 1082 (Requisitado pela AGU. Amparo Legal: Art. 47 da Lei Complementar nº 73 de 10/02/93, c/c o Artigo 5º da Lei nº 8682/93).	04
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	1
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	15

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	23	24	5	5
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo	23	24	5	5
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	135	133	133	133
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	135	133	133	133
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	158	157	138	138

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

O provimento dos Cargos de Confiança de Gabinete da Presidência e Gerência Jurídica estão autorizados em duas modalidades: servidor de carreira vinculado ao órgão ou empregado sem vínculo.

Atualmente as Funções Gratificadas Gabinete de Presidência e Gerência Jurídica são ocupadas por servidores sem vínculo.

5.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	178	126	284	371	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	178	126	284	371	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	14	12	53	48	3
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas	14	12	53	48	3
3. Totais (1+2)	192	138	337	419	32

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

5.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo			77	102	621	172	13		
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			77	102	621	172	13		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão			1	7	62	41	22		
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas			1	7	62	41	22		
3. Totais (1+2)			78	109	683	213	35		

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS - NÃO APLICÁVEL

5.2.1 Qualificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria - NÃO APLICÁVEL

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de Dezembro - NÃO APLICÁVEL

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)		

5.2.2 Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada - Situação apurada em 31/12 - NÃO APLICÁVEL

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 - NÃO APLICÁVEL

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1.Integral		
1.2.Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)		

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	65	65	64	68	571.641,41
1.1 Área Fim	7	3	6	5	45.818,64
1.2 Área Meio	58	62	58	63	525.822,77
2. Nível Médio	69	69	64	66	305.512,82
2.1 Área Fim	18	20	18	23	90.057,63
2.2 Área Meio	51	49	46	43	215.455,19
3. Total (1+2)	134	134	128	134	877.154,23

Fonte: Sistema CIEE para pagamento da Bolsa Auxílio para os estagiários.

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Em R\$ 1,00

Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	28.770.937,70	293.367,83	4.216.247,87	13.748.937,17	538.937,41	3.327,76	5.775.297,80	0	15.083.624,15	68.430.677,69
	2010	28.986.186,82	435.040,64	4.432.824,62	12.149.773,63	735.288,89	0	7.667.359,54	0	7.092.667,64	61.499.141,78
	2009	23.897.364,92	325.238,12	4.045.035,61	9.291.805,62	513.315,02	0	9.129.037,65	0	13.215.887,67	60.417.684,61
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	357.931,99	0	32.860,86	19.291,37	0	0	12.925,00	0	0	423.009,22
	2010	287.719,77	0	27.840,38	36.762,59	0	0	126.845,64	0	0	479.168,38
	2009	234.423,03	0	25.969,76	32.236,14	1375,08	0	8428,29	0	0	302.432,30
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011		620.750,27							620.750,27
	2010		1.126.122,79							1.126.122,79
	2009		742.670,51							742.670,51
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011		6.357.600,22							6.357.600,22
	2010		4.275.456,00							4.275.456,00
	2009		2.123.324,40							2.123.324,40

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) e SIAFI

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1 Informações sobre Terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.9 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada - NÃO APLICÁVEL

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Quadro A.5.10 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados - NÃO APLICÁVEL

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados - NÃO APLICÁVEL

Quadro A.5.11 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados - NÃO APLICÁVEL

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

5.5.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A													
UG/Gestão: Setor de Administração de Contratos - SEACO						CNPJ: 90.976.853/0001-56							
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	07.120.030/2008	07.725.673/0001-58	24/11/2008	22/11/2012	12	12					P
2011	L	O	01.120.011/2011	07.454.361/0001-57	16/03/2011	16/03/2012	13	13	1	1			A
2008	L	O	07.120.011/2008	87.252.938/0001-87	12/06/2008	11/06/2012	118	118					P
2007	L	O	07.120.006/2008	00.976.595/0001-15	13/05/2008	25/05/2012	18	18					P
2007	V	O	07.120.001/2008	92.653.666/0001-67	18/01/2008	17/01/2013	27	27					P

Fonte: SEACO (Setor de Administração de Contratos)

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão – NÃO OCORREU NO PERÍODO

Quadro A.5.13 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra – NÃO OCORREU NO PERÍODO

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móveis*
11. *Manutenção de bens imóveis*
12. *Brigadistas*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*
14. *Outras*

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Absenteísmo

O índice de absenteísmo tem como objeto medir percentualmente a quantidade de horas em que o empregado deixa de exercer suas funções por faltas justificadas ou não, com exceção dos seguintes eventos: aposentadoria por invalidez, afastados por doenças e acidentes (atestados maiores que 15 dias), liberados para o sindicato, contratos suspensos e licenças não remuneradas.

Meta – Manter o decréscimo do índice em análise.

Tabela LIII - Índice de Absenteísmo

Ano	2009	2010	2011
Absenteísmo (%)	1,52	1,35	0,81

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégia)

Acidentes de trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicadores: Taxa de frequência e Taxa de Gravidade de acidentes de trabalho.

Tem como objetivo classificar a empresa utilizando-se a taxa de frequência e a taxa de gravidade conforme o número de acidentes do trabalho e dias perdidos de acordo com os padrões estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Meta – Manter o conceito “MUITO BOA” na taxa de frequência e retornar ao conceito “MUITO BOA” na taxa de gravidade de acidentes de trabalho. Padrão – Organização Internacional do Trabalho – OIT

Tabela LIV - Padrões OIT para Acidentes de Trabalho

CONCEITO	TAXA DE FREQUENCIA	TAXA DE GRAVIDADE
MUITO BOA	0 A 20	0 A 500
BOA	20 A 40	500 A 1000
REGULAR	40 A 60	1000 A 2000
PÉSSIMA	ACIMA DE 60	ACIMA DE 2000

Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Classificação da empresa conforme padrão – OIT.

Tabela LV - Histórico Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho

ANO	TAXA DE FREQUENCIA	CONCEITO	TAXA DE GRAVIDADE	CONCEITO
2009	13,19	MUITO BOA	217,58	MUITO BOA
2010	13,68	MUITO BOA	287,17	MUITO BOA
2011	16,52	MUITO BOA	3006,92	PÉSSIMA

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégia)

Conforme o Quadro 1 do item 3.4.4 da NBR 14.280, em caso de morte de trabalhador em decorrência de acidente de trabalho, devem ser debitados 6.000 dias, considerados para o cálculo da Taxa de Gravidade.

Ocorreu um acidente de trabalho fatal em 05/05/2011, na subestação de energia São Luís da TRENSURB, envolvendo um empregado, vítima de eletrocussão. Os 6.000 dias debitados em decorrência desse acidente fatal, somados aos dias perdidos devido a outros acidentes de menor gravidade (sem morte nem incapacidade permanente), resultaram em uma elevada Taxa de Gravidade no ano de 2011, superior aos valores dos anos anteriores.

Após o acidente de trabalho fatal supracitado, a TRENSURB adotou e vem adotando diversas ações, a fim de evitar a ocorrência de acidentes semelhantes.

A Comissão Técnica para Análise de Acidente de Trabalho, criada pela empresa para analisar as causas do referido acidente, apontou diferentes oportunidades de melhoria, incluindo melhorias em documentação, em treinamento dos trabalhadores e em estruturas físicas e tecnológicas, das quais muitas já foram implantadas e outras encontram-se em fase de estudo e/ou implementação. Também foi criado um Grupo de Trabalho para estudo e atendimento da Norma Regulamentadora 10 (NR 10), intitulada Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, o qual tem debatido, estudado e dado prosseguimento ao assunto. Com tais ações, a TRENSURB busca a melhoria das condições de trabalho proporcionadas aos seus empregados, especialmente nas instalações e serviços em eletricidade, e a prevenção de outros acidentes de trabalho relacionados às mesmas causas e de tamanha amplitude.

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de Acidentes de Trabalho por Ano, Tipo, número absoluto e número de empregados.

Tabela LVI - Quantitativo de Acidentes de Trabalho

ANO	Com Afastamento	Sem Afastamento	Trajeto	Doenças do Trabalho	Total	Média de Empregados
2009	18	13	7	0	38	1128
2010	23	12	11	0	46	1091
2011	26	14	9	0	49	1085

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

Rotatividade (turnover)

O indicador de rotatividade de pessoal mede a relação entre desligamentos (voluntários ou involuntários) e admissões.

Tabela LVII - Rotatividade anual

Ano	2009	2010	2011
Rotatividade (% acumulado)	9,52	12,55	9,95

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégia)

Tabela LVIII - Admissões e Demissões

Ano	2009	2010	2011
Admissões	47	213	111
Demissões	13	61	173

Fonte: CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregado)

A visão da empresa tem como pilares ser estruturadora da mobilidade urbana, referência no transporte de passageiros, atuando com responsabilidade socioambiental, em permanente expansão e atualização tecnológica. Considerando esta visão estratégica e limites orçamentários a empresa delineou seus projetos de desenvolvimento. As expansões projetadas exigiram a adoção maior da estrutura administrativa (área meio) e (área operacional) mais adequada as respectivas demandas respeitando o limite total de 1186 empregados, delimitado através de portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os desligamentos ocorridos no ano em análise, foram em sua maioria de forma voluntária (pedidos de demissão) e motivados pelo grande número de vagas abertas em concursos públicos na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Meta – Redução do índice.

Satisfação e Motivação dos empregados

A pesquisa de clima organizacional auferiu o índice de satisfação dos empregados. O resultado da pesquisa é obtido através de pergunta direta e segmentada por cargo, sexo, tempo de empresa e setor. Os objetos mensurados são: relações de trabalho, condições físicas de trabalho, comunicação interna, benefícios, salário, imagem da empresa, liderança, motivação, valorização do empregado, desenvolvimento e orientação para resultados.

Após tabulação e análise de dados de pesquisas anteriores a empresa desenvolveu alguns planos de ação entre eles podemos citar no ano de 2010 a implantação do Centro de Saúde e Bem Estar o qual disponibiliza aulas de Ioga, Musculação, Pilates entre outros com o acompanhamento de professores especializados que visa proporcionar melhor a qualidade de vida ao empregado. Em 2011, a empresa foi reconhecida com o Prêmio Top Ser Humano 2011, da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS). Esta premiação destaca exemplos de gestão de pessoas e desenvolvimento humano.

Meta – Manter/Aumentar os índices alcançados.

Tabela LIX - Índice de Satisfação dos Empregados

ANO	MÉDIAS (%)
2009	58
2010	70
2011	54

Fonte 1: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Fonte 2: Pesquisa de Clima

Percebe-se um decréscimo no índice de 2011 quando comparado ao resultado obtido na Pesquisa de Clima Organizacional de 2010. Próximo a realização da pesquisa, do referido ano, houve a implantação de um novo Plano de Cargos e Salários, repercutindo diretamente na elevação da satisfação dos empregados.

6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011

Valores em R\$ 1,00

Quadro A.6.1 Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre R/S									
CNPJ: 90.976.853/0001-56					UG/GESTÃO: 275060/27208				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	001/2009	89814693/0001-60	34.900.000		4.9000.000	34.900.000	14/12/09	13/12/11	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A						
CNPJ: 90.976.853/0001-56						
UG/GESTÃO: 275060/27208						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício, independente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso			01	4.900.000	13.000.000	17.000.000
Totais			01	4.900.000	13.000.000	17.000.000

Fonte: SIAFI

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigorão em 2011 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso	0	0	34.900.000	0,00	100%
Totais	0	0	34.900.000	0,00	100%

Fonte: SIAFI

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Quadro A.6.4 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo De Cooperação e de Contratos de Repasse - NÃO OCORREU NO PERÍODO

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

6.2.1 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse – NÃO OCORREU NO PERÍODO

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
	Montante repassado (R\$)				
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

6.3 ANÁLISE CRÍTICA

No exercício de 2009 a TRENSURB repassou para a Prefeitura o valor de R\$ 17.000.000,00, como parte de um montante maior de R\$ 30.000.000,00, decorrente de um TERMO DE COMPROMISSO firmado entre TRENSURB, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO e SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO do MINISTÉRIO DAS CIDADES (na condição de agente interveniente), recursos estes, destinados à realização de obras, serviços e implantação de infraestrutura em área própria do município de São Leopoldo/RS, bem como a construção de unidades habitacionais para o reassentamento de famílias interferentes com a faixa de

implantação da obra, (ocupações irregulares), em especial com o Sistema Viário de Entorno. As obras são vistoriadas pela Superintendência de Desenvolvimento e Expansão, através Gerência de Projetos e obras que envia técnicos in loco para fiscalizar o andamento do projeto.

Em 2010, a TRENURB repassou os R\$ 13.000.000,00, restantes do termo de compromisso, que foram destinados à desapropriação de imóveis interferentes com a obra iniciada em 2009, mas que, contrariamente à situação anterior, possuem a titularidade comprovada da área.

Em 2011, foi firmado o primeiro termo aditivo em que são partes os mesmos integrantes, com o intuito de repassar a importância de R\$ 4.900.000,00, aos recursos financeiros originais, passando o valor global do termo para R\$ 34.900.000,00. O Aditivo está baseado na correspondência do Município OFGABPREF 257/11 e amparado nas justificativas técnicas que instruem o processo nº 2502/2009.

7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL SOBRE SIASG



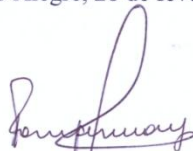
Ministério das
Cidades



Declaração

Eu, Vanessa Gonçalves Pompermayer Menezes, CPF nº 978.326.180-00, Gerente de Orçamento e Finanças, exercido na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2012.



Vanessa Gonçalves Pompermayer Menezes
CPF nº 978.326.180-00
Gerente de Orçamento e Finanças - GEORF

8 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

Quadro A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR			
(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos (CONSAD/CONFIS)	Obrigados a entregar a DBR	6	5	8
	Entregaram a DBR	0	0	3
	Não cumpriram a obrigação	6	5	5
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	CC: 05 FG: 133	CC: 05 FG: 133	CC: 24 FG: 133
(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR	CC: 03 FG: 123	CC: 03 FG: 123	CC: 20 FG: 123
	Não cumpriram a obrigação	CC: 02 FG: 10	CC: 02 FG: 10	CC: 04 FG: 10

Fonte: GEREH (Gerência de Recursos Humanos) e Arquivo

* Não considerados Suplentes. Diretores já foram considerados nas 133 funções de confiança

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Em 01 de Junho de 2011 houve a Designação do novo Diretor-Presidente, com isso ocorreu exoneração e designação dos cargos de confiança, por isso ocorreu à repetição das quantidades de FG's na coluna final do exercício da função ou cargo.

A quantidade correta de funções comissionadas obrigadas a entregar a DBR no final do exercício de 2011 é de 157 empregados, conforme demonstrado acima 14 empregados não cumpriram esta obrigação.

9 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: As análises foram realizadas pela área de Planejamento Estratégico em conjunto com representantes da unidade de Auditoria Interna da TRENSURB.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento)

Fonte: AUDIN (Auditoria Interna)

10 INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Nas licitações para contratações de serviços de engenharia no que se refere a utilização e descarte de materiais é determinado para a execução dos serviços, que todos os materiais deverão ser armazenados em local apropriado, devendo ser abrigado e seco, todo o entulho deve ser removido diariamente e transportado para destinação adequada, não se admite o acúmulo nas dependências da TRENSURB, bem como, a contratada deverá se responsabilizar pela limpeza permanente dos locais reformados.</p> <p>Nas aquisições que envolvem processos de extração, por exemplo, de pedra britada para lastro ferroviário deve-se seguir as recomendações da NBR 5564/1991 da ABNT (Via férrea - Lastro Padrão) e também, especificações técnicas de propriedade física e de tolerâncias.</p>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Nos processos licitatórios de descarte, é exigência legal a apresentação das licenças ambientais em atendimento no que segue: <p>Lubrificantes: Autorização da ANP, Licença Ambiental de Coletor. Resolução CONAMA 362/2005 – dispõe sobre as diretrizes para o recolhimento e destinação de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado – OLUC. Portaria ANP 125- Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado. Portaria ANP 127- Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado.</p> <p>Madeira: Cumprimento da NBR 7118, que substitui a NBR 7511.</p> <ul style="list-style-type: none"> Lei nº 7804/89 - Licenciamento Ambiental do Fornecedor; Lei nº 6938 de 31/08/1981 - necessidade de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras; Portaria Interministerial nº 292 de 28/04/1989 - exigência de registro de produtos e demais atividades ligadas ao setor; Instrução Normativa nº 132, de 10 de novembro de 2006 - restrição de uso de alguns produtos químicos; Instrução Normativa IBAMA (IN) nº 5 de 20/10/1992 - estabelece e detalha os procedimentos para o registro de produtos preservativos de madeira; 				X	

<ul style="list-style-type: none"> •Instrução Normativa nº 96/2006 - obrigação de registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental; •Portaria 253/06 - exigência ao fornecedor de DOF em substituição a ATPF, para o controle de produtos e subprodutos de origem florestal; •Resolução CONAMA 237/97 - exigência de Licença de Operação do Fornecedor; •Decreto Estadual nº 35.439, de 18 de agosto de 1994 - Regulamenta a obrigatoriedade da manutenção e da formação de florestas próprias plantadas para os consumidores de matéria-prima florestal; (Verificar Aplicabilidade). •Lei Estadual nº 9519/92, de 21/01/92 - Código Florestal do Rio Grande do Sul. 					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Durante o ano de 2011, foram reformados 30 banheiros e instalados equipamentos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água, como sendo: Válvulas de Descarga para Mictório (Temporizada); Torneiras de lavatório com fechamento automático (Temporizada) e, Válvulas de descarga dupla.</p> <p>Também foi desenvolvido Projeto de Eficientização energética das plataformas de 10 estações e contrato em andamento de outras 2 estações, no qual o contrato compreendeu o fornecimento e instalação do sistema de iluminação das plataformas das estações da TRENSURB para diminuição do consumo de energia, melhoria da iluminância e atendimento às normas técnicas atuais, com o objetivo de atualizar tecnologicamente os sistemas operacionais e prediais, buscando a redução de custos de operação e manutenção e melhoria de desempenho através da utilização da energia elétrica de modo racional e eficiente.</p> <p>Os equipamentos e Projetos em face das recentes reformas não se têm mensurado o impacto na redução do consumo de ambos.</p> <p>Substituição das lâmpadas fluorescentes tubulares por Lâmpada Tubular Led 100% recicladas e isentas de mercúrio.</p>				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>Cartuchos Remanufaturados para impressoras diversas.</p>				X	
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim. Contratação de locação de veículos leves, bi combustíveis. 				X	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <p>Todos modelos de cartuchos de tinta e toner, utilizados em impressoras, são obrigatoriamente manufaturados. Tal procedimento tem gerado menor desembolso bem como estimula o reaproveitamento das embalagens.</p>				X	
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				X	
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X

<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>A TRENSURB tem como estratégia buscar sua sustentabilidade, sendo uma das ações o gerenciamento das contas de água e luz, com acompanhamento dos gestores. Campanhas visando a diminuição o consumo de água e energia elétrica, são desenvolvidas constantemente, como exemplo, no Dia Mundial da Água houve a distribuição de materiais gráficos mostrando estatísticas e chamando atenção para as diferentes utilidades da água, também foram realizadas ações em parceria com o Greenpeace e lançada matéria especial no Jornal interno com título: “Você limpa a água? Além disto, foram apresentados filmes, realizadas palestras e exposições que marcaram o Dia Mundial da Água na TRENSURB. A TRENSURB conta com um Grupo de Trabalho de Gestão Ambiental que desenvolve campanhas constantes de conscientização, quanto ao consumo de energia desenvolveu uma “<i>Blits</i>” no qual o objetivo foi entregar etiqueta de porta, em papel reciclável, com dicas de economia que trazia os dizeres: “Seja agente faça: apague as luzes ao sair da sala, desligue os computadores...”. Também foi realizada palestra aos empregados tratando da Eficientização Energética em casa e no trabalho.</p>				X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>O Balanço Socioambiental editado desde 2000 possui edição anual, demonstrando todas as ações socioambientais realizadas pela TRENSURB. Anualmente o Seminário de Ética, Responsabilidade Social e Meio Ambiente conta com um conjunto de palestras e vem sendo realizado desde 2009, neste mesmo ano foi inaugurado o “Ecoponto”, que é utilizado para a coleta de óleo de cozinha, pilhas e baterias. A Intranet e o informativo interno – Notícias TRENSURB, levam a conhecimentos do público interno e visitantes, as ações desenvolvidas pela TRENSURB que visam conscientizar a necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais, além de outros temas.</p>				X
Considerações Gerais:				
<p>Os quesitos foram respondidos pela área de Suprimentos e pela Comissão Permanente de Licitação.</p> <hr/> <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

Fonte 1: GESUP (Gerência de Suprimento e Apoio)

Fonte 2: COPEL (Comissão Permanente de Licitação)

11 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	Município de Porto Alegre/RS	03	03
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"		
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - NÃO APLICÁVEL

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"		
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
275060		10	4	n/a	n/a	n/a	R\$ 3.071,52	R\$ 0,00
Total							R\$ 3.071,52	R\$ 0,00

Especificações:

Município de Porto Alegre – RS
 Processo Administrativo TRENSURB - Nº 1637/99
 Processo SPU - GRU/RS Nº 04902.001076/2008-13
Cessão de Uso - Pátio Diretor Pestana – RFFSA
 Portaria Nº 308/MPO, de 29.09.2008 - DOU, Seção I de 1º. 10.2008

03 Terrenos - Área Total com Benfeitorias - 108.692.658 m²
Área I - 70.194.188m², junto à Av. Ernesto Neugebauer, com:
 Prédio - A - 634.00m²
 Prédio - B - 1.166.00m²
 Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154959

Área II - 12.910.00m², nesga central com confrontação com o lado Oeste da Área de Lazer da TRENSURB
Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154960

Área III -25.588.47m², nesga do lado Leste (antigo Depósito de Trilhos e Prédio da Estação Diretor Pestana)
Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154961

Análise Crítica:

- A Superintendência Comercial da TRENSURB está discutindo com a SPU/RS a melhor forma de obtenção da cessão definitiva ou aquisição das áreas acima mencionadas.
- Os valores registrados nas despesas de manutenção referem-se à taxa de coleta de lixo da área.
- Em virtude de deficiências no Sistema de cadastro dos bens do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, os bens da TRENSURB não estão cadastrados no SPIUnet. As pendências para permitir os registros estão sendo tratadas em conformidade com o requerido no Acórdão 7273/2010 do TCU, 2ª Câmara.
- RIP: Não foi criado código Registro Imobiliário Patrimonial pela TRENSURB, não há registro neste programa, pelas deficiências relatadas acima.

OBS: Há um único bem cadastrado para teste, que será retificado assim que o sistema for modificado.

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

12 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.12.1 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	8 (oito) Analistas de sistemas (servidores) 2 (dois) administrativos nível médio (servidores) 8 (oito) terceirizados on site				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
1. Respondido pelo Gerente de Informática, subsidiado de informações pelo quadro de Analistas de Sistemas da unidade de TI, quando necessário.					
2. Nos itens 10 e 11, acima, ainda existem contratos mais antigos que não contemplam a exigência de acordos de nível de serviço. Na medida em que estão sendo substituídos por novos estão acrescentadas estas exigências e sua gestão.					

LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: GEINF (Gerência de Informática)

13 CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

14 RENÚNCIAS TRIBUTÁVEIS

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

15 DELIBERAÇÕES DO TCU E RECOMENDAÇÕES DO OCI

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	007.524/2010-2	538/2011 PL	9.1	DE	Of. 42/2011-TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. Determinar, com fundamento no art. 43, inciso II, da lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Lino Sérgio do Lago Fantuzzi para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste Acórdão, razões de justificativa acerca das seguintes irregularidades:</p> <p>9.1.1. Aprovar Boletins de Medição contendo serviços não previstos contratualmente, em desacordo com o art. 66 da Lei 8.666/1993, com o item 9.2 do acórdão 2.450/2007 - Plenário e com a cláusula 5, parágrafo 13, do Contrato 080.70.037/2007 – TRENSURB;</p> <p>9.1.2. Aprovar Boletins de Medição contendo serviços que, além de não previstos contratualmente, configuram aumento de preço total do contrato e aplicação de BDI superior ao pactuado, em descumprimento aos itens 9.2.1 e 9.2.6 do Acórdão 2.450/2007-Plenário, e em desacordo com a cláusula 5, parágrafo 13 do Contrato 08.070.037/2007 – TRENSURB;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEPRO					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES 0066/2011 respondendo a solicitação.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	007.524/2010-2	538/2011 PL	9.2	DE	Of. 42/2011-TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Descrição da Deliberação:					
9.2. Determinar oitiva do Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste Acórdão, manifestação acerca dos achados de auditoria relatados nos itens 9.1.1 e 9.1.2;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEPRO					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES 0066/2011 respondendo a solicitação.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	003.392/2011-2	1.901/2011 1ª Câmara	-	DE	Of. 429/2011-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Descrição da Deliberação:					
Dar conhecimento do Acórdão 1901/2011 – 1ª Câmara que considerou improcedente denúncia da empresa Trivale.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COPEL					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado para conhecimento da área responsável pelo SICAU (Sistema de Controle de Auditoria) da referida decisão..					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	013.598/2011-2	2.161/2011 PL	9.1	DE	Of. 408/2011-TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1.1 Registrar em termo aditivo as alterações realizadas no projeto da obra de expansão, as consequentes alterações na Planilha de Quantitativos e quaisquer outras alterações ocorridas no contrato 08.070.037/2007, dando a devida publicidade ao mesmo.</p> <p>9.1.2. Inclua no Termo Aditivo as devidas justificativas técnicas para alterações realizadas, as memórias de cálculo dos quantitativos previstos e as composições unitárias dos preços adotados;</p> <p>9.1.3. Encaminhe a este Tribunal cópia do Termo Aditivo firmado;</p> <p>9.1.4. Registre futuras alterações no Contrato 08.070.037/2007 ou em qualquer outro contrato assinado pela TRENSURB em termos aditivos e dê publicidade conforme determinado pela Lei 8.666/1993;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEPRO					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES-0162/2011 respondendo a solicitação.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	013.598/2011-2	2.161/2011 PL	9.2	DE	Of. 409/2011-TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. Determinar à Secob-4 que, com fundamento no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, realize oitiva da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.- TRENSURB, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência deste Acórdão, justificativas para:</p> <p>9.2.1. A inclusão da ampliação de sistema viário e da canalização do arroio Luiz Rau nas medições do Contrato 08.070.037/2007, fato que atenta contra a obrigatoriedade de realização de licitação para contratação de obras, insculpida no art. 2º da Lei 8.666/1993, além de constituir caso de alteração de contrato não previsto no art. 65 da mesma Lei.</p> <p>9.2.2. A realização de significativas alterações no projeto da obra de expansão do Metrô de Porto Alegre/RS, com mudanças nas qualidades funcionais e estéticas das estações e alterações de quantitativos de serviços tendentes a aumentar o valor total da obra, implicando em descumprimento do item 9.2.1 do Acórdão nº 2.450/2007 - TCU - Plenário;</p> <p>9.2.3. A inclusão de serviços com preços acima dos referenciais de mercado nas obras de expansão do Metrô de Porto Alegre/RS;</p> <p>9.2.4. Os quantitativos dos serviços de Sondagem, Tapume, Calçadas em Concreto, Base de Brita, Imprimação, Revestimento com CBUQ, Fresagem Descontínua a Frio, Meio Fio e Tubos de Polietileno de Alta Densidade apresentados nas "Planilhas de Quantitativos para a conclusão da obra";</p> <p>9.2.5. Os quantitativos de Sondagem medidos em duplicidade ou sem laudo que comprove sua realização, ou a comprovação da devida glosa dos mesmos, sem prejuízo de eventual responsabilização dos gestores encarregados das medições; e</p> <p>9.2.6. A inclusão dos serviços de reforma de locomotiva GE U4B e de vagão plataforma.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEPRO					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES-0184/2011 respondendo a solicitação.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	007.077/2010-6	3290/2010 2°C.	1.4.4	DE	Of. 557/2010 TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
Dar conhecimento e adoção de medidas do Acórdão 7273/2010 no item 1.4.4 que determinou à CBTU e à TRENSURB que façam inventário completo e individualizado de todos os bens imóveis ainda não cadastrados no SPIUnet, adotando as providências legais e/ou administrativas cabíveis para sua regularização jurídica, de acordo com as características próprias de cada bem e de forma que eles se tornem aptos a serem cadastrados no SPIUnet. Ato contínuo, procedam aos devidos cadastramentos dos imóveis no SPIUnet, na medida em que sua situação jurídica for sendo regularizada, informando a este Tribunal, nos próximos relatórios de gestão, as medidas que estão sendo adotadas.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES e DIRAF/GECOP.					958
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Registram-se os atos mais recentes da TRENSURB-GECOP visando atender o disposto no Acórdão 7273/2010 do TCU - 2ª Câmara que pede os registros dos bens imóveis da TRENSURB no SPIUNET: Em síntese aguarda-se o agrupamento de bens relacionados em REGISTRO ÚNICO nas Prefeituras e Registros de Imóveis. Neste momento se busca espaço na agenda do topógrafo que presta serviço à TRENSURB para realizar as medições solicitadas pela Prefeitura do município de Canoas (indispensável para os registros). Dentre as 44 áreas pendentes de regularização no município de Canoas 23 já foram resolvidas. No total ainda existem 67 áreas/benfeitorias para regularização. Há também iniciativas de regularização em outros municípios especialmente Esteio que em breve apresentarão bons resultados. Em dezembro de 2011 emitiu-se email para a Secretaria do Patrimônio da União – SPU dando conta da atualização dos atos da TRENSURB. Assim que o primeiro registro de agrupamento retornar das prefeituras será solicitada a adequação do SPIUnet.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As dificuldades conforme relatada na burocracia e morosidade dos órgãos envolvidos na regularização e também na inclusão de dados no sistema.					

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	20111170	3.1.3.1	Of. nº36879/2011/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR -
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Incluir nos processos de licitação dispensa ou inexigibilidade envolvendo a contratação de obras e serviços orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários em consonâncias com o inciso II, do § 2º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Compras - SECOM			958
Síntese da providência adotada:			
Inseriu-se na minuta dos Projetos Básicos (modelo utilizado na elaboração dos Projetos Básicos que serão incorporados aos processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade) visando contratação de serviços no Sistema Notes o seguinte texto: “OBSERVAÇÃO: Nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade envolvendo a contratação de obras e serviços, é imprescindível que exista orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários em consonância com o inciso II, do § 2º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93.”.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota de Auditoria 20111170/01		e-mail de 19/09/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Efetuar contratação por meio de inexigibilidade de licitação somente nos casos em que for comprovada a inviabilidade de competição, em consonância com o caput do art. 25, da Lei nº 8.666/93. Aprimorar as rotinas de conferência e encaminhamento dos documentos integrantes dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, com o intuito de evitar equívocos do enquadramento legal utilizado, por ocasião da formalização de documentos de autorização e homologação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência Jurídica - GEJUR			958
Síntese da providência adotada:			
O enquadramento utilizado sob o fundamento da inexigibilidade de licitação para o presente caso restou observado as regras previstas na legislação do procedimento licitatório, bem como da Decisão 439/1998 do Tribunal de Contas da União.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao final do Exercício

Quadro A.15.4 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	20111170	1.1.1	Of. 6879/2011/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
1. Elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) da TRENSURB.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Informática - GEINF			958
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Gerência de Informática – GEINF criou grupo de trabalho que elaborou o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI / Plano Diretor de Tecnologia da Informação / PDT, o plano foi apresentado ao Comitê Gestor de TI – CGTI em reunião ocorrida do dia 20/12/2011 e devidamente aprovado. Nesta mesma data o coordenador do comitê enviou ao Gabinete da Presidência (GAPRE) o PDTI aprovado pelo Comitê Gestor de TI, através da CI CGTI – 0002/2011, e solicitou que fosse pautada em reunião da DIREX sua apreciação e aprovação. Em reunião da Diretoria Executiva – DIREX, no dia 06/01/2012, o PDTI foi apresentado, sendo decidido que o documento teria sua análise aprofundada, inclusive pela área Jurídica, visando à compatibilização do mesmo com o Plano de Negócios da TRENSURB para os próximos quatro anos, que está em fase final de conclusão. Após esta reanálise, o PDTI será submetido à aprovação da DIREX.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Plano Estratégico de TI já vem sendo implementado na empresa o que falta é a formalização do processo que está em tramitação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	20111170	1.1.1	Of. 6879/2011/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
01. Formalizar a Política de Segurança da Informação (PSI) e implementá-la por meio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Informática - GEINF			958
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foi aberto o processo administrativo nº 03494/2011, para contratação de consultoria que desenvolva a política, normas e procedimentos relativos à Segurança da Informação. Em reunião da diretoria Executiva – DIREX do dia 06/01/2012, o projeto foi apresentado, apreciado e aprovado. A partir desta aprovação, o processo segue tramitação normal visando à contratação dos serviços. O processo irá para licitação em abril/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O projeto básico já estava elaborado visando à contratação de empresa para estabelecimentos de procedimentos e normas relativos à Segurança da Informação com a recomendação da CGU o mesmo já foi priorizado na DIREX.			

16 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

16.1 INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

01. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 325 – Balanço de 2010
Data do Relatório de Auditoria	28/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Valores a recuperar com possibilidade remota de recebimento.
Comunicação Expedida/Data	Processo 0679/2011 – 11/03/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerencia de Recursos Humanos/GEREH – Setor de Pessoal - SEPES
Descrição da Recomendação	Providenciar esforços com vistas à cobrança dos valores que ainda encontram-se pendentes de ressarcimento e nos casos em que esgotadas as tratativas de cobrança, adotar os procedimentos necessários para a baixa contábil (RED 0004/2007) ou cobrança judicial.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Gerencia de Recursos Humanos/GEREH – Setor de Pessoal - SEPES
Síntese das providências adotadas	Aberto processo administrativo nº 1805/2011 solicitando baixa contábil dos valores abaixo discriminados com exceção do valor atribuído para o empregado Roberto Lima RE 1589 que permanece no quadro de empregados da TRENSURB.
Síntese dos resultados obtidos	As providencias foram tomadas no sentido da regularização da conta.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Os valores se referiam a ex-empregados apresentando dificuldade em encontrar os mesmos para solicitar regularização.

02. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 325 – Balanço de 2010
Data do Relatório de Auditoria	28/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.5 – Provisão para Contingência Trabalhista
Comunicação Expedida/Data	Processo 0679/2011 – 11/03/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de planejamento – GEPLA, Gerência Jurídica – GEJUR, Gerência de Contabilidade – GEOCOP, Gerência de Recursos Humanos – GEREH, Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF.
Descrição da Recomendação	Recomendamos que às áreas envolvidas no controle da provisão do Passivo Contingente elaborarem norma e procedimento geral com vistas a definir/consensuar conceitos de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 25, definindo as responsabilidades, os procedimentos, as orientações e os fluxos de trabalho das áreas para atender a legislação pertinente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de planejamento – GEPLA, Gerência Jurídica – GEJUR, Gerência de Contabilidade – GEOCOP, Gerência de Recursos Humanos – GEREH, Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF.	
Síntese das providências adotadas	
A Norma foi elaborada e Publicada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi criado um fluxo com atribuições de atividades e responsabilidades que esta sendo seguido.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

03. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 325 – Balanço de 2010
Data do Relatório de Auditoria	28/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.6 – Permissionário inadimplente
Comunicação Expedida/Data	Processo 0679/2011 – 11/03/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF.
Descrição da Recomendação	Providenciar esforços com vistas à cobrança dos valores que ainda encontram-se pendentes de ressarcimento, evitando a morosidade de cobrança e nos casos em que esgotadas as tratativas de cobrança, adotar os procedimentos administrativos necessários para a baixa contábil (RED 0004/2007) ou cobrança judicial.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF.	
Síntese das providências adotadas	
Todos os esforços para a cobrança administrativa restaram viabilizados sendo que não obtivemos êxito. Em relação à cobrança judicial tendo em vista o princípio da economicidade dos recursos públicos e nos termos da RED 004/2007 será encaminhado parecer jurídico para providenciar a deliberação da baixa contábil conforme a recomendação da AUDIN.	
Síntese dos resultados obtidos	
A baixa foi deliberada conforme ATA DIREX 934 e ATA CONSAD 367	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Registros muito antigos na contabilidade pendentes de cobrança prejudicam o ressarcimento dos valores.	

04. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 325 – Balanço de 2010
Data do Relatório de Auditoria	28/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.7 – Infrações de Trânsito pendentes de ressarcimento
Comunicação Expedida/Data	Processo 0679/2011 – 11/03/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF,
Descrição da Recomendação	Adotar mecanismos de controles internos para identificar, por exemplo, o condutor, a existência do veículo na frota, processo, e, também, a necessidade da análise dos fluxos deste processo, os procedimentos as responsabilidades a serem adotadas para cada área envolvida na identificação e cobrança.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF,	
Síntese das providências adotadas	
Quanto aos valores pendentes de exercícios anteriores (2004, 2005, etc.) o SEPAR está realizando um trabalho de tentativa de cobrança dos valores. Quando não há êxito os processos são devidamente documentados e encaminhados a Gerência Jurídica para sua análise quanto à viabilidade de cobrança judicial. Ocorrendo em inviabilidade econômica ou jurídica de cobrança judicial o processo é encaminhado a Direx para baixa contábil conforme estabelece a RED 004/2007. Em paralelo a esta ação que visa extinguir pendências antigas estamos trabalhando juntamente com a GEPLA na normatização do processo definindo competências prazos e fluxos.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus controles internos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Pendências que possuem registros muito antigos tornam-se de difícil ressarcimento.	

05. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 326 – Folha de Pagamento
Data do Relatório de Auditoria	15/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 - Diferenças nos valores pagos referente a 13º Salário
Comunicação Expedida/Data	Processo 1026/2011 - 11/04/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos - GEREH / Setor de Pessoal – SEPES
Descrição da Recomendação	Proceda a revisão dos parâmetros do sistema sigam web, quanto aos eventos relativos a 13º salário, bem como realize a posterior revisão quanto aos pagamentos e ressarcimentos das diferenças encontradas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos - GEREH / Setor de Pessoal – SEPES	
Síntese das providências adotadas	
Os parâmetros do sistema Sigam Web foram revisados.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus controles internos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

06. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 326 – Folha de Pagamento
Data do Relatório de Auditoria	15/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2 - Pagamento de Adicional Noturno e Adicional de Periculosidade a empregados transferidos de Setor.
Comunicação Expedida/Data	Processo 1026/2011 - 11/04/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos - GEREH / Setor de Higiene e Segurança do trabalho - SESET
Descrição da Recomendação	Adote procedimentos quanto a verificação da continuidade da situação de risco a que estavam expostos os empregados acima relacionados, em conformidade com o item 4.9 da NPG-PES-602.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos - GEREH / Setor de Higiene e Segurança do trabalho - SESET	
Síntese das providências adotadas	
Os empregados referidos foram transferidos para o SEAPO, após para o GEOPE e em seguida ao SEOPE onde então redefiniram as atividades diante disto foram realizadas novas SAPI as quais gerarão novos laudos.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área regularizou a remuneração dos empregados.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

07. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 327 - Treinamento
Data do Relatório de Auditoria	18/03/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 Banco de Competências
Comunicação Expedida/Data	Processo 1464/2011 – 23/05/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de treinamento - SETRE
Descrição da Recomendação	Recomendamos implantar um processo de Levantamento das Necessidades de Treinamento que considere, além do cargo do funcionário, o banco de competências que existe na empresa, tornando mais eficiente a capacitação do quadro de pessoal.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de treinamento - SETRE	
Síntese das providências adotadas	
Com a implantação do Sistema SIGAM - Módulo Treinamento esta contemplado o perfil de treinamento baseado nas funções e demandas legais de treinamentos. Consequentemente, teremos dados referente as competências funcionais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Alterou-se os critérios para o levantamento das Necessidades com a implantação do módulo treinamento o mesmo irá basear-se nos critérios propostos pela empresa e não apenas pela solicitação do empregado.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos que facilitaram a adoção de providências pelo gestor deve-se ao fato do setor dar início a informatização da informação o que deu maior a agilidade ao processo.	

08. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 327 - Treinamento
Data do Relatório de Auditoria	18/03/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2 Sistema Informatizado
Comunicação Expedida/Data	Processo 1464/2011 – 23/05/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de treinamento - SETRE
Descrição da Recomendação	Recomendamos a implantação de um banco de dados informatizado de treinamento, que resulte em maior tempestividade no fluxo das informações do setor de maneira atual e confiável, com a finalidade de atender às demandas de recursos humanos da empresa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de treinamento - SETRE	
Síntese das providências adotadas	
O Setor de Treinamento está implantando o Módulo Treinamento no Sistema Sigam Web o que dará conta do atendimento da recomendação da Auditoria.	
Síntese dos resultados obtidos	
Informações de treinamento em um banco de dados	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Com o relatório de Auditoria a área agilizou a implantação do módulo de treinamento para gerenciar suas atividades.	

09. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 328 - Orçamento
Data do Relatório de Auditoria	26/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Processo de Elaboração do Orçamento
Comunicação Expedida/Data	Processo 1788/2011 29/06/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Planejamento – GEPLA / Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF
Descrição da Recomendação	Quando da elaboração do orçamento atente para a adequada classificação dos projetos e atividades de acordo com a sua finalidade e descrição previstas no PPA, bem como promova uma maior interação entre as áreas envolvidas no processo de elaboração do Plano Plurianual.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Planejamento – GEPLA / Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF	
Síntese das providências adotadas	
Estamos elaborando a proposta orçamentária 2012 e estamos tendo maior atenção para não classificar despesas em desacordo com a finalidade da ação conforme descrição do PPA.	
Síntese dos resultados obtidos	
Proposta Orçamentária conforme descrição do PPA.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

10. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 329 – Contratos e Convênios
Data do Relatório de Auditoria	25/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1- Garantia Contratual
Comunicação Expedida/Data	Processo 1789/2011 – 29/06/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF / Setor de Administração de Contratos - SEACO
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área responsável exija, quando prevista no edital, o documento comprobatório da garantia contratual das empresas vencedoras dos certames no momento da assinatura do contrato, conforme orientação do Tribunal de Contas da União.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF / Setor de Administração de Contratos - SEACO	
Síntese das providências adotadas	
A CE-SEACO-0029/2010 juntada no processo com data de 28/12/2010 comprova que a garantia foi exigida em tempo hábil e atendida. Juntamos ao processo a autorização da Contratada que autoriza ao Banco do Brasil fornecer os extratos e saldos da conta-caução para a TRENSURB ratificando a vinculação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularização da execução contratual.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A garantia já existia, faltava anexar ao processo.	

11. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 329 – Contratos e Convênios
Data do Relatório de Auditoria	25/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2 Formas de Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro
Comunicação Expedida/Data	Processo 1789/2011 – 29/06/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF/ Gerência jurídica – GEJUR/ Setor de Administração de Contatos - SEACO
Descrição da Recomendação	Substituir, quando da celebração do aditamento, na cláusula décima terceira, a revisão de repactuação dos preços pela previsão de reajuste de preços, de acordo com o inciso III do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF/ Gerência jurídica – GEJUR/ Setor de Administração de Contatos - SEACO	
Síntese das providências adotadas	
Informamos que não foi concedido reajuste na renovação tendo sido prorrogado o prazo do contrato nos mesmo valores contratados inicialmente. Por outro lado estamos providenciando a reformulação da cláusula referente ao reajuste conforme recomendado.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus conhecimentos sobre reajustamento de contratos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O desconhecimento da área dos conceitos da IN 02/08 prejudicaram a imediata adoção de medidas.	

12. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 329 – Contratos e Convênios
Data do Relatório de Auditoria	25/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3 Publicação na Imprensa Oficial
Comunicação Expedida/Data	Processo 1789/2011 – 29/06/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF/ Setor de Administração de Contatos - SEACO
Descrição da Recomendação	Atentar ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993, e no art. 20 do Decreto 3.555/2000 no que tange à obediência do prazo legal fixado para publicação resumida de seus instrumentos de contrato e aditamentos na imprensa oficial.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF/ Setor de Administração de Contatos - SEACO	
Síntese das providências adotadas	
Faremos controle a fim de eliminar este descumprimento.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus controles internos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

13. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 329 – Contratos e Convênios
Data do Relatório de Auditoria	25/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Forma de Execução do Pagamento - SEACO
Comunicação Expedida/Data	Processo 1789/2011 – 29/06/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF/ Setor de Administração de Contatos - SEACO
Descrição da Recomendação	Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes e mantido o valor inicial, é indispensável a realização do aditamento, observando o artigo 65 da Lei de Licitações.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF/ Setor de Administração de Contatos - SEACO	
Síntese das providências adotadas	
Estamos cientes da situação e tomaremos providências para que tal fato não ocorra novamente em futuras contratações.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus conhecimentos para adequações necessárias na execução contratual.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Contrato já havia sido executado no período de realização da auditoria, contudo sem prejuízo ao erário.	

14. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 331 – Licitações e Compras
Data do Relatório de Auditoria	22/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Prazo de Contratação
Comunicação Expedida/Data	Processo 2588/2011- 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP/ Setor de Administração de Contratos – SEAPO/ Setor de Compras - SECOM
Descrição da Recomendação	Recomendamos a realização de procedimento licitatório para a próxima contratação de empresa que prestará serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos da academia pelo período de doze meses, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP/ Setor de Compras - SECOM	
Síntese das providências adotadas	
Existe hoje em andamento o pregão eletrônico 222/11 processo administrativo 0864/2011 para contratação de tais serviços. Estamos com dificuldade em encontrar empresas no mercado que prestem esses serviços de manutenção com documentação regularizada e que participem de licitações. O exemplo disso foram as duas licitações já ocorridas sem sucesso conforme relatado na resposta anterior. Assim que tivermos empresa apta a participação realizaremos a disputa.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área reforçou sua orientação para realização do certame licitatório.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Dificuldade de encontrar empresas aptas a participar do certame.	

15. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 331 – Licitações e Compras
Data do Relatório de Auditoria	22/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Modalidade de licitação
Comunicação Expedida/Data	Processo 2588/2011- 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP/ Gerência Jurídica - GEJUR/ Setor de Compras - SECOM
Descrição da Recomendação	Quando se tratar de bens e serviços comuns, atentar para o dever de utilização do pregão eletrônico, somente utilizando o pregão presencial quando for justificadamente comprovado, nos termos do Decreto nº 5.450/2005.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP/ Setor de Compras - SECOM	
Síntese das providências adotadas	
O processo 0512/2011 para aquisição de mesas e cadeiras teve seu pregão realizado na forma presencial com o intuito de melhor atender a área requisitante podendo assim ser feita a análise dos produtos oferecidos no momento da sessão pública. Obs.: em 2011 até setembro foram realizados mais de 100 pregões na TRENSURB sendo apenas 3 presenciais número esse que estamos diminuindo acentuadamente ano a ano.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área reforçou sua orientação quanto ao uso dos Pregões eletrônicos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A licitação já havia sido executada no período de realização da auditoria, contudo sem prejuízo ao erário.	

16. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 331 – Licitações e Compras
Data do Relatório de Auditoria	22/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Sanções Administrativas
Comunicação Expedida/Data	Processo 2588/2011- 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP/ Gerência Jurídica – GEJUR/ Setor de Administração de Contratos – SEACO/ Setor de Compras - SECOM
Descrição da Recomendação	Fazer constar nos editais de licitação a previsão de sanções para o caso de inadimplemento, atendendo o artigo 40, inciso III da Lei 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP/ Gerência Jurídica – GEJUR/	
Síntese das providências adotadas	
Em atendimento a recomendação acima restou oficializada por intermédio da CI GEJUR 1439/2011 as áreas gestoras e técnicas bem como os advogados da Gerência Jurídica para observar a presente recomendação quando da confecção de Editais de licitação e Contratos administrativos.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou a redação dos editais de licitação e dos contratos administrativos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

17. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 331 – Licitações e Compras
Data do Relatório de Auditoria	22/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Exigência de Marca no Procedimento Licitatório
Comunicação Expedida/Data	Processo 2588/2011- 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP/ Setor de Compras - SECOM
Descrição da Recomendação	Observe o disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, limitando a indicação de marca aos casos em que justificativas técnicas, devidamente embasadas e formalizadas, demonstrem que a alternativa adotada é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades da Administração, conforme Acórdão 1292/2003 Plenário do TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP/ Gerência Jurídica – GEJUR/ Setor de Compras - SECOM
Síntese das providências adotadas	O Setor de Materiais já emitiu as CI's 0492/2011 e 0493/2011 para todas as áreas usuárias para que atualizem esse dado, ou seja, para que registrem e justifiquem se esses itens ainda precisam ser das marcas indicadas originalmente - os itens que tiverem essa justificada de marca renovada pelas áreas usuárias continuarão sendo adquiridos com a exigência da marca indicada - os itens que não tiverem essa justificada de marca renovada pelas áreas usuárias passarão a ser adquiridos sem a exigência de marca.
Síntese dos resultados obtidos	A área aprimorou seus procedimentos licitatórios.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.

18. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 331 – Licitações e Compras
Data do Relatório de Auditoria	22/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.5 – Condições de Recebimento do Objeto
Comunicação Expedida/Data	Processo 2588/2011- 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP/ Gerência Jurídica – GEJUR/ Setor de Compras – SECOM/ Setor de Administração de Contratos - SEACO
Descrição da Recomendação	Deve-se fazer constar expressamente de todos os editais de licitação e respectivas minutas de contrato elaboradas, cláusula que trate do recebimento definitivo do objeto contratado em conformidade com o Acórdão 1025/2003 Plenário – TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP/ Setor de Compras - SECOM	
Síntese das providências adotadas	
A Adequação com a alteração recomendada foi efetuada nos editais e minutas de contrato	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou a redação dos editais de licitação e dos contratos administrativos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

19. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 331 – Licitações e Compras
Data do Relatório de Auditoria	22/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.6 – Pregão Eletrônico x SRP
Comunicação Expedida/Data	Processo 2588/2011- 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP/ Gerência Jurídica – GEJUR/ Setor de Administração de contratos – SEACO /Setor de Compras - SECOM
Descrição da Recomendação	Quando tratar-se de contratações previstas nas situações que se enquadram no artigo 2 do Decreto 3.931/2001, processar o certame licitatório através de SRP, atendendo o disposto no Acórdão 56/99 – Plenário do TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP/SEACO /Setor de Compras - SECOM	
Síntese das providências adotadas	
A contratação de empresa fornecedora de óleo lubrificante e graxas procedida através do processo 0439/2011 foi realizada por pregão para aquisição com entrega programada conforme necessidade da TRENSURB. As próximas contratações serão realizadas através de pregão por registro de preço.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área reforçou sua orientação de contratação por SRP.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Pregão Eletrônico já havia sido executado no período de realização da auditoria, contudo sem prejuízo ao erário	

20. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 332 - Sinalização
Data do Relatório de Auditoria	29/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Manutenção Preventiva
Comunicação Expedida/Data	Processo 2589/2011 – 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerencia de Sistemas – GESIS – Setor de Sinalização - SESIN
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a programação das manutenções preventivas seja realizada com periodicamente distinta, proporcionalmente à utilização dos equipamentos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerencia de Sistemas – GESIS – Setor de Sinalização - SESIN	
Síntese das providências adotadas	
Foram adequadas as manutenção preventivas conforme orientação ficando assim constituída Manutenção Quinzenal: Estação Mercado; Manutenção Mensal: Estações:Rodoviária , Farrapos, Niterói, Canoas, Esteio Sapucaia, São Leopoldo Manutenção Bimestral Estações:São Pedro, Aeroporto, Anchieta, Fátima, São Luiz, Petrobras, Luiz Pasteur, Unisinos.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus procedimentos de Manutenção.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

21. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 332 - Sinalização
Data do Relatório de Auditoria	29/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Estoque de Materiais
Comunicação Expedida/Data	Processo 2589/2011 – 26/09/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT / Gerência de Sistemas – GESIS / Setor de Sinalização - SESIN
Descrição da Recomendação	Recomendamos a implantação de um programa de gerenciamento de manutenção integrado com o almoxarifado, visando melhorias nos controles de estoque, bem como a comprovação dos materiais empregados nas manutenções corretivas e preventivas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Sistemas – GESIS / Setor de Sinalização – SESIN	
Síntese das providências adotadas	
A ordem de Serviço será emitida pelo Sistema Placomp – Módulo de Materiais;	
Síntese dos resultados obtidos	
Aprimoramento dos controles internos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos que facilitaram a adoção de providências para atender a recomendação esta no fato de não necessitar desenvolver um novo sistema e sim apenas utilizar o Módulo que já foi desenvolvido e esta disponível para a UO.	

22. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 333 – Reclamatórias Trabalhistas
Data do Relatório de Auditoria	16/09/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Depósitos Recursais – Extrato CEF
Comunicação Expedida/Data	Processo 3186/2011 – 21/11/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência Jurídica – GEJUR / Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF – Setor de Pagamentos e Recebimentos - SEPAR
Descrição da Recomendação	Solicitar para CEF um extrato onde conste também a data do depósito, para fins de conciliação desta conta e regularização dos valores liberados para saque.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF – Setor de Pagamentos e Recebimentos - SEPAR	
Síntese das providências adotadas	
A solicitação do Extrato foi realizada e já recebemos o mesmo, agora faremos a conciliação para regularização dos valores.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria na informação para regularização dos valores liberados para saque.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A CEF demorou para emitir o extrato com as alterações solicitadas.	

23. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Data do Relatório de Auditoria	31/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Especificação e Cadastro dos materiais armazenados
Comunicação Expedida/Data	Processo 3535/2011-29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais - SEMAT
Descrição da Recomendação	Providenciar a atualização de todo cadastro dos materiais do estoque, em conjunto com as UO's demandantes do SEMAT e levando em consideração a nomenclatura padrão dos materiais que existe atualmente no mercado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais - SEMAT	
Síntese das providências adotadas	
Todos os materiais QUE TEM GIRO DE ESTOQUE estão com as descrições atualizadas não tendo havido problemas para aquisições especificações desatualizadas ocorrem em itens que não tem política. De qualquer forma aguardamos que seja atendida a recomendação 1 deste item (4.1) que com um empregado de formação técnica (em conjunto com as UO's demandantes) atualizar a especificação de TODO o cadastro de materiais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria na informação para regularização dos itens de cadastro.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

24. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 334 – Gestão de Materiais
Data do Relatório de Auditoria	31/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Estoque de derivados de petróleo
Comunicação Expedida/Data	Processo 3535/11 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT
Descrição da Recomendação	Avaliar em conjunto com as áreas a possibilidade de comprar os produtos em vasilhames com quantidades menores, com a finalidade da entrega ser realizada com recipiente lacrado, evitando assim o processo de fracionamento do produto.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT /
Síntese das providências adotadas	Estamos providenciando na aquisição de bombas de transferência para lubrificantes para extração de óleos e lubrificantes em substituição ao atual processo de utilização de torneiras fixas em toneis. A aquisição desse material em embalagens de menor capacidade torna o preço mais elevado.
Síntese dos resultados obtidos	A área aprimorou seus sistemas de transferência de Líquidos.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	A existência no mercado de outros equipamentos de transferência para lubrificantes.

25. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 334 – Gestão de Materiais
Data do Relatório de Auditoria	31/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Posto de Abastecimento
Comunicação Expedida/Data	Processo 3535/11 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT / Setor de Segurança do Trabalho - SESET
Descrição da Recomendação	Sugerimos avaliar a contratação de um serviço de abastecimento dos veículos da empresa em substituição ao posto local, visto que existem alternativas mais econômicas e seguras como o sistema CTF (Controle Total de Frotas) considerando as vantagens da utilização de sistema informatizado para o controle do consumo de combustíveis.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT	
Síntese das providências adotadas	
SEAPO emitiu projeto básico nº 19/2011 integrante do Processo nº 0137/2012	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria nos processos internos operacionais e de segurança	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A direção da empresa já estava ciente do problema, providenciando a regularização da situação apontada pela Auditoria.	

26. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 334 – Gestão de Materiais
Data do Relatório de Auditoria	31/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Posto de Abastecimento
Comunicação Expedida/Data	Processo 3535/11 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT / Setor de Segurança do Trabalho - SESET
Descrição da Recomendação	Em havendo a contratação do serviço de abastecimento fora da empresa, a desativação do posto local deverá ser realizada de acordo com a legislação vigente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT / Setor de Segurança do Trabalho - SESET	
Síntese das providências adotadas	
Providenciado a contratação dos serviços de abastecimento o que possibilitará a desativação do posto interno local. A GEPRO está desenvolvendo projeto para desativação regulamentação conforme legislação e reaproveitamento da área	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria nos processos internos de segurança e ambiental.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A direção da empresa já estava ciente do problema, providenciando a regularização da situação apontada pela Auditoria.	

27. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 334 – Gestão de Materiais
Data do Relatório de Auditoria	31/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.6 – Consumo de Materiais nas UOs
Comunicação Expedida/Data	Processo 3535/11 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT /
Descrição da Recomendação	Que o SEMAT, em conjunto com as áreas, reconheça a existência dos subestoques com a finalidade de trazê-lo oficialmente para a composição do almoxarifado, restituindo o saldo dos materiais e sua contabilização da maneira adequada.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Setor de Materiais – SEMAT	
Síntese das providências adotadas	
Após os materiais serem requisitados tanto por RR (requisições remotas) quanto por OS (ordens de serviço) são baixados do estoque e ficam sob a responsabilidade do gestor da área requisitante. O SEMAT não tem como controlar esses chamados "subestoques" citados na constatação. As "sobras" (materiais quando não utilizados pelas UO's) quando devolvidas ao SEMAT retornam por RMA (remessa de material ao almoxarifado) e são reincorporados ao estoque e conseqüentemente ao patrimônio	
Síntese dos resultados obtidos	
A empresa esta avaliando a utilização do sistema Placomp Materiais para efetivo controle do consumo de matérias pelas UO's	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Conforme resposta da SEMAT, consideramos como atendida a recomendação, pois o setor isoladamente não tem condições (Sistema, pessoas) de controlar os subestoques existentes na empresa, e depende das outras áreas demandantes para tomar as providências necessárias.	

28. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Data do Relatório de Auditoria	04/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Verificação física dos bens
Comunicação Expedida/Data	Processo 0149/12 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP
Descrição da Recomendação	Proceder a identificação dos bens que estiverem sem a referida placa de identificação patrimonial.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP	
Síntese das providências adotadas	
Foram instaladas as placas patrimoniais dos bens referidos por esta AUDIN. Assim como em outros bens patrimoniais que se encontravam em situação similar. OBS - O armário da sala do CCO citado por esta Auditoria foi emplaquetado com o número de patrimônio é 5682.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus procedimentos para controle do patrimônio.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

29. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Data do Relatório de Auditoria	04/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Inventário Patrimonial dos bens não localizados
Comunicação Expedida/Data	Processo 0149/12 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP
Descrição da Recomendação	Sugerimos uma alteração no quantitativo de representantes patrimoniais nos setores da empresa que possuem um elevado número de bens em sua carga, a exemplo do Setor de Operações – SEOPE, de maneira que haja uma melhor proporcionalidade entre o quantitativo de bens localizados no setor com o número de representantes patrimoniais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP	
Síntese das providências adotadas	
Emitiu-se a CI GECOP-0022/2012 pedindo alteração no quantitativo de representantes patrimoniais das UOs com maior quantidade de bens (SEBES - SEMEL - SEMLE - SEOFI - SEOPE - SESIN – E SETRA e SEVIP) para que nenhum representante patrimonial tenha mais de 500 bens sob sua responsabilidade.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus procedimentos para controle do patrimônio.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A adoção de providências pelo gestor foi fator positivo na implementação imediata para resolução do problema.	

30. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Data do Relatório de Auditoria	04/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.4 - Depreciação
Comunicação Expedida/Data	Processo 0149/12 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP
Descrição da Recomendação	Atentar para que os bens somente sejam depreciados após instalados, postos em serviço ou em condições de produzir, de acordo com o estabelecido no art. 305, § 2º do RIR/1999.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP	
Síntese das providências adotadas	
Verificamos que o apontamento da AUDIN corresponde a um caso isolado de equívoco no registro de um bem quando de sua inclusão no patrimônio TRENSURB - Informa-se que os demais equipamentos de estoque são lançados na conta contábil 190126 que atende ao disposto no §2º do art. 305 do RIR/99.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus conhecimentos quanto a depreciação dos bens patrimoniais.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

31. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Data do Relatório de Auditoria	04/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.5 – Baixa Contábil
Comunicação Expedida/Data	Processo 0149/12 – 29/12/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio – GECOP / Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais - SEMAT
Descrição da Recomendação	Atentar para a correta classificação contábil dos bens conforme item 9.1.1 da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3/2008 – Manual de Despesa Nacional.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio – GECOP / Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais - SEMAT	
Síntese das providências adotadas	
Verificamos que o apontamento da AUDIN corresponde a um caso isolado de equívoco no registro de um bem quando de sua inclusão no patrimônio TRENSURB - A classificação realizada por esta GECOP atende à legislação pertinente.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área aprimorou seus conhecimentos quanto a contabilização dos bens patrimoniais	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

32. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº. 336 – Manutenção de Trens
Data do Relatório de Auditoria	28/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2 Nacionalização e desenvolvimento de novas peças
Comunicação Expedida/Data	Processo 0486/12 – 06/02/12
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Manutenção - GEMAN
Descrição da Recomendação	Envidar esforços visando o fortalecimento do Núcleo de Nacionalização - NUNAC, devido à importância estratégica que sua atuação tem, visto que cada produto nacionalizado ou desenvolvido internamente vai gerar melhorias no tempo de reposição das peças e economia significativa nos custos das aquisições.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Manutenção - GEMAN	
Síntese das providências adotadas	
A nova estrutura já aprovada em Direx transfere o NUNAC para o SUDEX o qual fará parte do Setor de Inovação Tecnológica com o objetivo de fortalecimento por se tratar de uma área estratégica para a empresa. Esperamos que dessa forma a recomendação esteja atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
A área reorganizou sua estrutura para fortalecer o NUNAC.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A reestruturação do organograma da TRENSURB contribuiu para que as atribuições da área fossem revistas.	

16.2 INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO

01. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 325 – Balanço de 2010
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Aumento do saldo da conta Assistência Médica Pré - Paga
Comunicação Expedida	Processo 0679/11 e Via SICAU
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Benefícios – SEBES.
Descrição da Recomendação	Adotar medidas saneadoras de modo a conter o prolongamento do saldo desta conta. Atualizar a norma para que a mesma possa atender as regras do novo plano, de modo a inibir situações não previstas na regra atual, e que impactam diretamente no prolongamento do saldo desta conta.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Benefícios – SEBES.	
Justificativas para o não atendimento	
A norma que trata da assistência médica foi enviada para a GEPLA e o GEJUR, após análise e recomendações das áreas responsáveis retornou para o SEBES para finalização e envio para publicação.	

02. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 325 – Balanço de 2010
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Controle Manual do Relatório de Inadimplência do Plano de Saúde
Comunicação Expedida	Processo 0679/11 e Via SICAU
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Benefícios – SEBES.
Descrição da Recomendação	Recomendamos o estudo para desenvolvimento de módulo para o gerenciamento do Plano de Saúde, a fim de otimizar o controle da arrecadação dos valores a serem restituídos pelos empregados e aposentados inadimplentes.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Benefícios – SEBES.	
Justificativas para o não atendimento	
Esta sendo desenvolvido módulo de assistência médica modalidade pré-pagamento no sistema SIGAMWEB para atender esta demanda. O prazo previsto para entrega foi alterado para janeiro/2012	

03. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 325 – Balanço de 2010
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Valores pendentes de ex-empregados bloqueados na Caixa Econômica Federal
Comunicação Expedida	Processo 0679/11 e via SICAU
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Pessoal – SEPES.
Descrição da Recomendação	Providenciar esforços com vistas à cobrança dos valores que ainda encontram-se pendentes de ressarcimento e nos casos em que esgotadas as tratativas de cobrança, a dotar os procedimentos necessários para a baixa contábil (RED 0004/2007) ou cobrança judicial.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Pessoal – SEPES.	
Justificativas para o não atendimento	
Aberto Processo administrativo 1.804/2011 – para cobrança dos valores, dificuldade em encontrar os ex-empregados.	

04. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 325 – Balanço de 2010
Item do Relatório de Auditoria	4.8 - Pendências antigas de adiantamento a Fornecedores
Comunicação Expedida	Processo 0679/11 e via SICAU
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF.
Descrição da Recomendação	Providenciar a regularização destes valores e nos casos de esgotadas as tratativas de cobrança, adotar os procedimentos necessários para a baixa contábil (RED 0004/2007) ou cobrança judicial.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Orçamento e Finanças – GEORF	
Justificativas para o não atendimento	
Empresa Jacuí ressarciu o valor através da RA 15811 na data de 30/11/2011 no valor de R\$ 1.800,00. Os demais fornecedores estão em tramitação para baixa contábil conforme estabelece a RED 004/2007.	

05. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 327 - Treinamento
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Banco de Competências
Comunicação Expedida	Processo 1464/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Treinamento - SETRE
Descrição da Recomendação	Recomendamos criar um banco de competências no SETRE, com a finalidade de ser uma importante ferramenta na gestão do conhecimento da TRENSURB, permitindo a identificação e o mapeamento de todo o capital humano da empresa.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Treinamento - SETRE	
Justificativas para o não atendimento	
O SETRE iniciou neste mês a reconstituição da Memória de Treinamento TRENSURB para criação do Banco de Competências. Está dividido em três etapas: a 1ª será a organização do Histórico Individual de Treinamento com previsão de término em 6 meses. A 2ª etapa será o levantamento do Histórico Escolar Individual. E a 3ª etapa a criação do Banco de Competências da Instituição.	

06. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 327 - Treinamento
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Movimentação de Empregado
Comunicação Expedida	Processo 1464/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Finanças – DIRAF / Gerência de Planejamento - GEPLA/ Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Pessoal - SEPES
Descrição da Recomendação	Criar norma que torne obrigatório que o Setor de Pessoal – SEPES informe imediatamente ao SETRE a movimentação do empregado, resultando em maior efetividade no planejamento do treinamento da empresa.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Planejamento - GEPLA/ Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Pessoal - SEPES	
Justificativas para o não atendimento	
A Norma foi elaborada e está em sua fase final de análise para posterior aprovação em DIREX.	

07. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 327 - Treinamento
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Avaliação dos Cursos de Capacitação e Desenvolvimento
Comunicação Expedida	Processo 1464/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Treinamento - SETRE
Descrição da Recomendação	Recomendamos criar um processo sistemático de avaliação dos Cursos de Capacitação que apresente resultados seguros quanto ao atingimento dos objetivos dos treinamentos, e que responda, por exemplo, as seguintes perguntas: As barreiras foram removidas? Os custos de trabalho diminuíram? Aumentou a produtividade? O empregado está mais motivado?
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH / Setor de Treinamento - SETRE	
Justificativas para o não atendimento	
Por termos a compreensão que este tipo de avaliação precisa ser informatizada para que tenhamos um resultado e um controle efetivo necessitamos de uma dilatação do prazo mais 90 dias para apresentação desta sugestão. Esta demanda ficará contemplada na informatização dos processos de treinamento do SETRE que serão desenvolvidos pela DIUNO.	

08. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 330 – Horas Extras
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Jornada de trabalho em horário Fixo noturno
Comunicação Expedida	Processo 2545/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH – Setor de Pessoal- SEPES
Descrição da Recomendação	Proceder à revisão das jornadas de trabalho e seus respectivos acordos referentes aos empregados lotados nos setores de sinalização (SESIN) via permanente (SEVIP) e rede aérea (SERED), de modo a evitar a habitualidade no pagamento de horas extras e possível passivo trabalhista.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH – Setor de Pessoal- SEPES - Setor de Sinalização – SESIN, Setor de Via Permanente – SEVIP – Setor de Rede Aérea – SERED.	
Justificativas para o não atendimento	
Já realizamos reunião com GESIS, GEMAM, JURÍDICO e SEPES passamos a orientação e os setores estão se organizando para no máximo em vinte dias implantar a alteração conforme acordo de escalas.	

09. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 330 – Horas Extras
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Jornada de trabalho em Escalas de Revezamento
Comunicação Expedida	Processo 2545/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos Humanos – GEREH – Setor de Pessoal
Descrição da Recomendação	Promover a revisão das jornadas de trabalho dos empregados que trabalham em escala de revezamento, adotando medidas com o objetivo de inibir a realização de horas extras realizadas com habitualidade, em atendimento ao Acórdão nº 3.159/2004 - TCU - 1ª Câmara, bem como o pagamento de adicional noturno em virtude da sobreposição entre as jornadas de trabalho.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos Humanos – GEREH – Setor de Pessoal- SEPES – GEOPE E GEMAN, GESIS.	
Justificativas para o não atendimento	
As áreas da GEOPE Setra, Seope e Secot estão adequando suas escalas de trabalho de forma a reduzir ao mínimo necessário para o bom desempenho da atividade operacional e efetivo que labora em horário noturno e também que a jornada noturna quando, for realizada, que seja respeitado o horário reduzido sem gerar horas extras. A implantação das novas escalas (horários de trabalho) estão previstas para janeiro de 2012 após as devidas adequações no sistema de ponto pelo Sepes.	

10. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 332 - Sinalização
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Manutenção Preventiva
Comunicação Expedida	Processo 2589/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de sistemas – GESIS – Setor de Sinalização - SESIN
Descrição da Recomendação	Recomendamos a elaboração de normas que estabeleçam os procedimentos a serem adotados para o melhor acompanhamento do fluxo das informações originadas pelo trabalho da manutenção preventiva, compreendendo o prazo de atendimento por tipo de falha e equipe responsável pelo serviço, além das regras já existentes quanto à prioridade de atendimento, de modo a reduzir a abertura de PI.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de sistemas – GESIS – Setor de Sinalização - SESIN	
Justificativas para o não atendimento	
Os processos fluxos normas e procedimentos de trabalho estão sendo revisados no sentido de aprimorar os controles e o desempenho da manutenção.	

11. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 332 – Sinalização
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Indicadores
Comunicação Expedida	Processo 2589/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Planejamento – GEPLA / Gerência de Sistemas – GESIS / Setor de Sinalização – SESIN.
Descrição da Recomendação	Recomendamos retomar a elaboração dos indicadores de serviços de manutenção, com o intuito de aprimorar os controles sobre os tipos de serviços executados, quantidade de materiais empregados e número de horas despendidas, bem como a criação de novos indicadores para um melhor gerenciamento das falhas encontradas.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Planejamento – GEPLA / Setor de Sinalização – SESIN.	
Justificativas para o não atendimento	
Informamos que para atender ao relatório de auditoria nº 332/2011 e ao solicitado no presente encaminhamento nº 58/2011 a SESIN teve reuniões com a GEPLA nos dias 23/09/2011 e 28/09/2011 com o objetivo de tratar das recomendações do respectivo relatório mais especificamente dos indicadores de desempenho. Nas Reuniões acordou-se um cronograma de trabalho para os indicadores de desempenho que obedecerá um intervalo de 15 dias a contar da data de 11/10/2011 até a conclusão dos trabalhos	

12. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 332 - Sinalização
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Programa de Manutenção Placomp
Comunicação Expedida	Processo 2589/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Planejamento – GEPLA / Gerência de Sistemas – GESIS / Setor de Sinalização – SESIN.
Descrição da Recomendação	Atentar para que todos os procedimentos de manutenção estejam compreendidos no Placomp.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Setor de Sinalização – SESIN.	
Justificativas para o não atendimento	
Informamos que para atender ao relatório de auditoria nº 332/2011 e ao solicitado no presente encaminhamento nº 58/2011 o SESIN vem constantemente atualizando no Software Placomp o cadastro dos equipamentos e procedimentos de manutenção e disponibiliza para a execução de todas as atividades de manutenção preventiva noturna os manuais e procedimentos e são preenchidas planilhas (em papel) e emitidas ordens de serviços (OS) dos trabalhos realizados. Após a realização das atividades com base nas planilhas preenchidas e nas OS's emitidas, são inseridos no Placomp os dados sobre os trabalhos realizados. Realmente existe falta de alguns procedimentos de manutenção dentro do software Placomp. O SESIN complementarà no Software Placomp o cadastro de todos os equipamentos e procedimentos de manutenção de responsabilidade do Setor de modo a facilitar o acesso das equipes a estas informações.	

13. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 333 – Reclamatórias Trabalhistas
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Provisão de Passivo trabalhista
Comunicação Expedida	Processo 3186/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência Jurídica - GEJUR / Gerência de Planejamento – GEPLA
Descrição da Recomendação	Elaborar em conjunto com a GEPLA o detalhamento da NPG JUR 201, para estabelecimento de rotinas junto ao setor, definindo fluxo, funções e atribuições dentro da área jurídica.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência Jurídica - GEJUR / Gerência de Planejamento – GEPLA	
Justificativas para o não atendimento	
A Gerência Jurídica desde novembro de 2010 está providenciando a sua institucionalização como meta organizativa. Em que pese o avanço em normatização e padronização de fluxos de trabalho em especial a NPG JUR 201 estamos providenciando junto com a GEPLA a emissão de procedimentos internos com o objetivo de estabelecimento de fluxos e atribuições dos empregados bem como as responsabilidades funcionais. Tal constatação inclusive já restou solicitada a GEPLA por intermédio da CI GEJUR 1004/201.	

14. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 333 – Reclamatórias Trabalhistas
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Depósito Recursais – Razão Contábil
Comunicação Expedida	Processo 3186/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência Contabilidade e Patrimônio - GECOP
Descrição da Recomendação	Promova a regularização desta conta no que concerne às diferenças encontradas na conciliação dos extratos bancários.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência Contabilidade e Patrimônio - GECOP	
Justificativas para o não atendimento	
Estão sendo avaliadas as diferenças entre os saldos. Está prevista reunião entre GEORF - GECOP - GEJUR e AUDIN para apuração dos valores uma vez que os extratos bancários CEF e BB não contém informações suficientes para comparação.	

15. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 333 – Reclamações Trabalhistas
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Integração das informações do Passivo Trabalhista
Comunicação Expedida	Processo 3186/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência Jurídica - GEJUR
Descrição da Recomendação	Criar um projeto de melhoria para implantar um processo de gerenciamento das informações do passivo trabalhista em um único sistema.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência Jurídica - GEJUR	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Em atendimento a Recomendação da Auditoria a Gerência Jurídica está implantando a migração total da base de dados para o Sistema PROCESS, analisando os custos administrativos envolvidos uma vez que quando de sua implementação somente os processos ativos foram migrados.</p> <p>Em relação à alimentação de peças processuais tal obrigação é expressa por força contratual a partir de abril de 2011 quando da terceirização do contencioso trabalhista da empresa. Em relação aos processos anteriores quando de cada pagamento está sendo alimentado com as peças processuais no sistema PROCESS exigidas pela Portaria 546 da SPOA/SE/MCIDADES. Em relação às recomendações apontadas as mesmas estão em fase de análise administrativa na melhor forma de implementação.</p>	

16. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 333 – Reclamações Trabalhistas
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Integração das informações do Passivo Trabalhista
Comunicação Expedida	Processo 3186/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência Jurídica - GEJUR
Descrição da Recomendação	Avaliar a possibilidade de aditivo do atual contrato ou contratação de empresa para realização deste projeto, a fim de não comprometer a rotina existente, permitindo maior agilidade na execução da tarefa, tendo em vista a importância do mesmo para o gerenciamento das informações do Passivo.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência Jurídica - GEJUR	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O estudo jurídico da possibilidade de aditivo contratual ou a contratação de empresa para a realização está sendo realizado conjuntamente com as ações apontadas e devidamente respondido como segue: Em atendimento a Recomendação da Auditoria Gerência Jurídica está implantando a migração total da base de dados para o Sistema PROCESS analisando os custos administrativos envolvido suma vez que quando de sua implementação somente os processos ativos foram migrados. Em relação a alimentação de peças processuais tal obrigação é expressa por força contratual a partir de abril de 2011 quando da terceirização do contencioso trabalhista da empresa. Em relação aos processos anteriores quando de cada pagamento está sendo alimentado com as peças processuais no sistema PROCESS exigidas pela Portaria 546 da SPOA/SE/MCIDADES. Em relação as recomendações apontadas as mesmas estão em fase de análise administrativa na melhor forma de implementação.</p>	

17. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – Especificação e Cadastro dos materiais armazenados
Comunicação Expedida	Processo 3535/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais - SEMAT
Descrição da Recomendação	Recomendamos a lotação de um empregado de formação técnica no SEMAT para ser responsável pelas especificações no cadastramento dos materiais, com a finalidade de aprimorar o processo de descrição detalhada do material que for requisitado, aumentando o grau de sucesso nas aquisições de suprimentos da empresa.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais - SEMAT	
Justificativas para o não atendimento	
Solicitado a lotação de um Técnico Eletromecânico em 06.12.11 e reiterado em 05.01.12 para cadastramento de itens e revisão dos demais itens do estoque.	

18. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Estoque de derivados de petróleo
Comunicação Expedida	Processo 3535/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT / Gerência de Manutenção – GEMAN / Setor de Segurança do Trabalho - SESET
Descrição da Recomendação	Adequar o piso do local de armazenamento dos óleos, lubrificantes e graxas de modo a isolar o solo contra qualquer tipo de vazamento, conforme norma vigente.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Setor de Materiais - SEMAT	
Justificativas para o não atendimento	
Foi providenciada a Requisição Aprovação de Projeto para que o GEPRO elabore projeto básico para adaptação do depósito de inflamáveis e de desativação do posto, conforme normas vigentes.	

19. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Item do Relatório de Auditoria	4.4 – Caixas de arquivos na área da SEMAT
Comunicação Expedida	Processo 3535/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Recursos humanos - GEREH / Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT
Descrição da Recomendação	Recomendamos que o setor responsável pela organização e guarda dos documentos da empresa defina um local apropriado para a guarda do arquivo morto, devolvendo ao SEMAT o espaço perdido.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Recursos humanos - GEREH / Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais – SEMAT	
Justificativas para o não atendimento	
Encaminhado a solicitação à Biblioteca para a retirada do material conforme recomendado.	

20. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Item do Relatório de Auditoria	4.5 – Indicadores de Desempenho na Gestão dos Materiais
Comunicação Expedida	Processo 3535/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Suprimentos – GESUP / Gerência de planejamento – GEPLA / Setor de Materiais - SEMAT
Descrição da Recomendação	Providenciar um estudo para utilização dos indicadores universalmente aplicados na avaliação da logística interna da empresa, como o Índice de Rotação do Estoque, Taxa de Nível de Serviço, Taxa de Inatividade do Estoque, entre outros que auxiliem na redução de custos e nos ganhos operacionais do setor.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Suprimentos – GESUP / Gerência de planejamento – GEPLA / Setor de Materiais - SEMAT	
Justificativas para o não atendimento	
Atualmente o indicador GLOBAL do SEMAT é alimentado pela GECOP (Despesa com consumo de materiais). Dos indicadores sugeridos o Índice de Rotação de Estoque, não temos como apurar com o atual sistema PLACOMP. A "Taxa de Nível de Serviço" e "Taxa de Inatividade de Estoque" são contemplados no SGE com outras nomenclaturas através dos indicadores gerencias. São eles:- Índice de Atendimento Contratual Índice de Cumprimento de Prazo - Índice de Qualidade - Índice de Rejeição dos Produtos Adquiridos e - Índice de inatividade de estoque.	

21. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Item do Relatório de Auditoria	4.6 – Consumo de Materiais nas UO's
Comunicação Expedida	Processo 3535/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DIROP – Diretoria de Operações/ Gerência de Informática – GEINF
Descrição da Recomendação	Recomendamos que as áreas envolvidas, em trabalho junto com a GEINF, adotem o “Placomp - Módulo de Materiais” para requisição de material do SEMAT via Ordem de Serviço, visando melhorias nos controles de estoque, bem como a comprovação da utilização dos materiais empregados nas manutenções corretivas e preventivas.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria de Operações – DIROP/ Gerência de planejamento – GEPLA / Gerência de Informática – GEINF /	
Justificativas para o não atendimento	
O SEOFI tem interesse em implementar estas orientações mas precisa auxílio da GEINF para efetivar estas medidas de forma definitiva pois temos algumas limitações já apontadas que ainda precisam de solução. Em relação ao controle de materiais informo que existem algumas melhorias a serem realizadas no processo. As Ordens de Serviços contemplam materiais de fornecimento SEMAT e também do contrato de Revisão Geral dos TUE's - não podemos abrir duas OS's para a mesma atividade. As OS's devem ser fechadas pelo executante e não pelos técnicos do SEOFI - a MPE não tem acesso autorização e estrutura disponível para tanto. Além das limitações já apontadas, muitas unidades de medida do Placomp são incompatíveis com a nossa manutenção fato que dificulta o controle de materiais via Ordem de Serviço. Informo também que usamos o Placomp e temos interesse que este sistema nos atenda na plenitude a fim de evitarmos controles paralelos. Solicitamos ainda treinamento adequado (nossos funcionários nunca realizaram cursos específicos) e assessoria permanente para que o uso deste programa seja otimizado.	

22. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Item do Relatório de Auditoria	4.6 – Consumo de Materiais nas UO's
Comunicação Expedida	Processo 3535/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Operações – DIROP (GEMAN, SEOFI, SEMLE, SEVIP, SEMOB, GESIS, SESIN, SERED, SEMEL) / Gerência de planejamento – GEPLA / Gerência de Informática – GEINF / Setor de Materiais - SEMAT
Descrição da Recomendação	Que a GEPLA normatize os procedimentos das Ordens de Serviço através do sistema Placomp.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de planejamento – GEPLA	
Justificativas para o não atendimento	
A GEPLA aguarda o treinamento Módulo de Materiais para elaboração do Manual que orientará as áreas na elaboração das ordens de serviço.	

23. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 334 – Gestão de Materiais
Item do Relatório de Auditoria	4.7 – Registros Contábeis da materiais em poder de terceiros
Comunicação Expedida	Processo 3535/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade – GECOP / Setor de Materiais - SEMAT
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao SEMAT providenciar o envio das notas fiscais dos materiais que voltaram para o poder da TRENSURB à contabilidade para dar baixa da conta “Materiais em poder de terceiros”, de maneira que fique com o saldo regularizado.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade – GECOP / Setor de Materiais - SEMAT	
Justificativas para o não atendimento	
No levantamento efetuado estamos com 225 NF em poder de terceiros para conserto 42 por empréstimos 15 para industrialização e 2 para teste. Vamos providenciar nas regularizações das mais antigas inicialmente.	

24. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Item do Relatório de Auditoria	4.2 – Bens sem localização no SICOB
Comunicação Expedida	Processo 0149/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerencia da Contabilidade - GECOP
Descrição da Recomendação	Discriminar a localização daqueles bens que não estejam sob responsabilidade de UO's, tais como obras em andamento, materiais em almoxarifado, bem como envidar esforços junto aos representantes patrimoniais com vistas a regularizar a localização dos bens que encontram-se sem localização no SICOB ou com a localização incorreta.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerencia da Contabilidade - GECOP.	
Justificativas para o não atendimento	
Diante de levantamento de tamanha complexidade e volume de ações necessárias pede-se prazo de 90 dias desta data para resposta definitiva tornando este alinhado com a data estimada para concluir o inventário patrimonial da TRENSURB.	

25. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Inventário Patrimonial dos bens não localizados
Comunicação Expedida	Processo 0149/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP
Descrição da Recomendação	Promova a regularização dos bens patrimoniais faltantes através de um rigoroso acompanhamento dos processos abertos para este fim, responsabilizando os agentes que derem causa a eventuais perdas ou extravios.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP	
Justificativas para o não atendimento	
Estão sendo feitas as verificações dos processos abertos para tratar de bens faltantes e providenciando processos por abrir.	

26. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Item do Relatório de Auditoria	4.3 – Inventário Patrimonial dos bens não localizados
Comunicação Expedida	Processo 0149/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP
Descrição da Recomendação	Aprimorar os controles internos, através de edição/atualização de normas que disciplinem a movimentação destes bens dentro da U.O de modo a evitar extravios, furtos e desaparecimento de bens, bem como aperfeiçoe os mecanismos de controle, através de controle por código de barras ou de novas tecnologias existentes no mercado.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio - GECOP	
Justificativas para o não atendimento	
Aguarda-se a conclusão da implantação do Sistema SISPRO de controle do imobilizado para estabelecer as novas NPG's - Está prevista a conclusão desta implantação para o final de fevereiro. Quanto ao uso das novas tecnologias será avaliado quando conhecida a disponibilidade orçamentária para o exercício.	

27. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Item do Relatório de Auditoria	4.5 – Baixa Contábil
Comunicação Expedida	Processo 0149/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio – GECOP / Gerência de Suprimentos – GESUP / Setor de Materiais - SEMAT
Descrição da Recomendação	Promova a elaboração de Normas Internas que estabeleçam os fluxos, procedimentos e competências, desde a solicitação do material permanente até o final de sua depreciação.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio – GECOP	
Justificativas para o não atendimento	
Aguarda-se a conclusão da implantação do Sistema SISPRO de controle do imobilizado para estabelecer as novas NPG's - Está prevista a conclusão desta implantação para o final de fevereiro.	

28. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 335 – Bens Patrimoniais Móveis
Item do Relatório de Auditoria	4.6 Doações
Comunicação Expedida	Processo 0149/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Contabilidade e Patrimônio – GECOP
Descrição da Recomendação	Promova a elaboração de Normas Internas que estabeleçam os procedimentos, tais como a determinação da natureza jurídica das entidades que estão autorizadas a receber doação, documentos que devem ser anexados ao processo e demais fluxos e tramitação interna.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Contabilidade e Patrimônio – GECOP	
Justificativas para o não atendimento	
Reconhece-se a ausência de Norma Interna que trate de Doações - Pediu-se através da CI-GECOP-0016-2012 (em anexo) a criação da Norma Interna com a participação de setores que se envolvem nestes processos.	

29. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 336 – Manutenção de Trens
Item do Relatório de Auditoria	4.1.4 – Análise dos indicadores do SEMLE
Comunicação Expedida	Processo 0486/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Setor de Manutenção Leve – SEMLE / Gerência de planejamento - GEPLA
Descrição da Recomendação	Que o SEMLE, em conjunto com a Gerência de Planejamento (GEPLA) revise a composição do MKBF com a finalidade de torná-lo gerenciável, dentro dos padrões estabelecidos pela empresa para revisão dos indicadores.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Setor de Manutenção Leve – SEMLE / Gerência de planejamento - GEPLA	
Justificativas para o não atendimento	
O Setor SEMLE apresentará ao Gepla os dados dos gráficos dos indicadores de MKBF para que em conjunto através de uma análise mais acurada com uso de ferramentas de gestão torná-lo gerenciável.	

30. Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 336 – Manutenção de Trens
Item do Relatório de Auditoria	4.1.4 – Análise dos indicadores do SEMLE
Comunicação Expedida	Processo 0486/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gerência de Manutenção – GEMAN/Setor de Manutenção Leve – SEMLE
Descrição da Recomendação	Verificamos a carência uma equipe técnica com a função de avaliar/ examinar os relatórios dos indicadores de desempenho do setor, prejudicando a identificação das causas nas variações das falhas ocorridas no período considerado.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gerência de Manutenção - GEMAN	
Justificativas para o não atendimento	
Estamos envidando todos os esforços junto a Gerência de Recursos Humanos na contratação de técnicos no sentido de termos condições de formalizar um comitê permanente com condições de elaborar análise qualitativa dos relatórios indicadores e também condições de atuar na melhoria dos processos.	

17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

PLANO DE NEGÓCIOS TRENSURB

No ano de 2011 a TRENSURB elaborou em atendimento ao Ofício Circular nº 655/DEST-MP seu Plano de Negócio para o período 2012-2015 que estabelece como objetivo principal posicionar a TRENSURB entre as melhores empresas do setor metroferroviário do país, em 2015, considerando a eficiência da qualidade dos serviços e o desempenho econômico.

A principal premissa para a viabilização do plano será o foco da gestão em metas e resultados buscando permanentemente a eficiência do serviço e o aumento da Taxa de Cobertura Operacional – TCO. Estes índices gerais e seu desdobramento serão controlados por um sistema de indicadores de eficiência operacional e de desempenho econômico, que envolverá todos os níveis da estrutura organizacional.

O Plano de Negócios estabelece um conjunto de metas gerais a ser perseguido pela empresa neste período. Trata-se das metas anuais de receitas, despesas e os investimentos necessários, estabelecidos a partir das diretrizes que orientarão as políticas e ações instituídas pela atual administração da Empresa.

A implantação do modelo requer a reorganização funcional e administrativa da gestão, a modernização tecnológica da empresa e a implantação do sistema gerencial que planeje, controle e gere objetivamente a eficiência do desempenho da empresa. Este desempenho está associado aos seguintes pressupostos:

- A ampliação da eficiência operacional envolverá ações e projetos para melhorar o serviço prestado aos usuários;
- A melhoria do desempenho econômico será alcançada através da redução das despesas operacionais e do aumento da receita;
- A redução das despesas operacionais envolverá o controle sistemático dos custos e o uso eficiente dos recursos;
- O aumento da receita própria será alcançado pela ampliação da demanda transportada e o estabelecimento de uma política tarifária permanente a ser definido com os órgãos de decisão e controle federal;
- A receita própria também crescerá devido à ampliação da receita advinda dos serviços e negócios associados aos equipamentos de transporte da TRENSURB;
- Para transportar a demanda potencial, serão necessários investimentos na ampliação da frota e em melhorias operacionais no sistema existente, adequando a oferta à demanda prevista;
- A ampliação do escopo de atuação da empresa, além dos projetos de expansão em curso, incluirá ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para setor metroferroviário nacional, o apoio ao uso da tecnologia do Aeromóvel no setor transporte público e a nacionalização de peças e equipamentos;
- No plano institucional, a empresa continuará contribuindo com a elaboração de políticas públicas para o setor de transporte, ocupando seu lugar como empresa que contribui para a sustentabilidade sócio-ambiental e com ações estruturadas de responsabilidade social.

Em razão do novo contexto, a estratégia adotada para embasar o Plano de Negócio da TRENSURB é a busca do alinhamento da empresa aos objetivos de governo (acionista) e, perante o

setor metroferroviário, buscar se posicionar entre as melhores empresas do país em termos de qualidade dos serviços e eficiência econômica, sem, entretanto, abdicar do papel institucional da empresa. O objetivo maior é a valorização da empresa, frente às expectativas do governo e perante as demais empresas operadoras metroferroviárias do país.

Dessa forma se estabelece novos eixos que definem o posicionamento estratégico da empresa rumo a 2015, os quais:

- EFICIÊNCIA OPERACIONAL (excelência no serviço aos usuários);
- EFICIÊNCIA ECONÔMICA (redução progressiva da subvenção federal);
- DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA;
- COMPROMISSO INSTITUCIONAL (desenvolvimento do transporte público e responsabilidade sócio-ambiental).

Com base neste posicionamento estratégico a perspectiva geral da Empresa, para o horizonte de 2015, é estar entre as três melhores empresas do setor metroferroviário do país, quanto à qualidade de serviços e desempenho econômico, buscando atingir 90% (noventa por cento) de cobertura operacional com receitas próprias.

Portanto, o Plano de Negócios decorre da estratégia a ser adotada pela empresa no período em referência, considerando, principalmente, as condições do contexto geral para as empresas estatais definidas pelo Governo Federal e as condições atuais do setor de transportes e do setor metroferroviário em nosso país.

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI



Ministério das
Cidades



Declaração do Contador Responsável

Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 7 de março de 1964) e o demonstrativo levantado pela unidade gestora 275060 – EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A – TRENSURB, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que presta contas referente ao exercício de 2011.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Porto Alegre, 28 de Fevereiro de 2012.



Sonia Maria de Moura
Analista de Gestão
Contadora CRC/RS 75.055
CPF 961.086.060-53
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

2 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 4.320/64) – NÃO APLICÁVEL

Não aplicável à natureza jurídica da TRENURB.

3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 6.404/76)



Ministério das
Cidades



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DIRETORIA EXECUTIVA
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Porto Alegre, 13 de março de 2012.



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

BALANÇO PATRIMONIAL
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

ATIVO		2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	NOTA			2011	2010
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.808.855	41.117.656	Fornecedores	3.653.084
Créditos pela venda de serviços	5	5.373.149	6.285.951	Impostos e taxas a recolher	837.795
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento	6	6.331.894	12.142.167	Contribuições sociais a recolher	3.221.973
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.233.251	2.587.030	Obrigações trabalhistas	872.116
Empreiteiros - parcelas contratuais		86.919	80.566	Provisão de férias e encargos sociais	9.263.793
Direitos a receber	8	330.083	365.445	Adiantamento de Clientes	112.409
IRPJ e CSLL a recuperar	18	4.514.584	3.254.353	Créditos por convênios	419.553
Estoques	9	7.568.455	7.477.171	Créditos por depósitos	241.035
Despesas do exercício seguinte		306.974	348.698	Provisão para contingências trabalhistas	133.404.270
		65.554.165	73.659.037	Provisão para contingências civis	525.504
				Plano de previdência e pensão a empregados	874.890
ATIVO NÃO CIRCULANTE					1.621.167
Realizável a longo prazo					153.426.423
Aplicação em títulos e valores mobiliários		20.144	18.764		
Depósitos judiciais	10	10.208.825	12.354.233	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
Débitos de empregados	7	1.240.597	1.448.653	Parcelamento de contribuições previdenciárias	19
Penhora s/ receita própria	11	9.902.835	-	Provisão IR/CS diferido	29.688.238
		21.372.401	13.821.650	Provisão para contingências trabalhistas	34.831.028
Investimentos em participações societárias		23.371	23.371	Provisão para contingências civis	585.111
Imobilizado	12	1.206.842.851	980.450.590	Plano de previdência e pensão a empregados	104.708
Intangível	13	1.693.884	1.798.758		65.199.085
		1.208.560.105	982.272.719		
		1.229.932.507	996.094.369	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
				Capital social	699.092.193
				Adiantamentos para aumento de capital	614.355.163
				Ajuste avaliação patrimonial	57.649.521
				Prejuízos acumulados	(294.235.713)
					1.076.861.164
TOTAL DO ATIVO		1.295.486.672	1.069.753.406	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.295.486.672

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	2011	2010
RECEITA BRUTA			
Serviço de transporte metroviário		66.370.623	70.089.401
Aluguéis, arrendamentos e concessões		3.617.767	2.327.276
		69.988.389	72.416.677
Tributos sobre a receita bruta		(4.013.354)	(4.325.219)
RECEITA LÍQUIDA		65.975.035	68.091.458
Custo dos serviços prestados		(121.050.913)	(116.041.945)
PREJUÍZO BRUTO		(55.075.878)	(47.950.487)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(57.190.102)	(55.467.820)
Outras receitas e despesas		(47.523.320)	(52.027.132)
Provisão/reversão ações trabalhistas	15a	(46.847.375)	(58.007.794)
Provisão/reversão ações cíveis	15b	(1.113.432)	5.306.429
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		437.488	674.233
		(104.713.421)	(107.494.951)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(159.789.299)	(155.445.438)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(42.595.787)	(27.655.805)
Receitas financeiras		5.291.920	4.401.320
Despesas financeiras		(47.887.707)	(32.057.125)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL		115.861.486	112.182.857
PREJUÍZO OPERACIONAL		(86.523.600)	(70.918.387)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(86.523.600)	(70.918.387)
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(86.523.600)	(70.918.387)
Prejuízo por ação do capital social		-0,0379	-0,0311

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56



Município de
Curitiba



Cidade mais próxima, pensando mais longe.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	483.940.681	215.151.512	-	(145.030.141)	554.062.053
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009					
17b	-	329.540.624	-	-	329.540.624
Créditos para futuro aumento de capital	-	237.515.394	-	-	237.515.394
Recursos recebidos	-	32.025.230	-	-	32.025.230
Atualização financeira					
Aumento de Capital	215.151.512	(215.151.512)	-	-	-
Por incorporação de créditos	215.151.512	(215.151.512)	-	-	-
Total do resultado abrangente			60.367.538	(66.800.180)	(6.432.642)
Prejuízo do exercício			-	(70.918.387)	(70.918.387)
Ajuste avaliação patrimonial			60.367.538	4.118.207	64.485.745
Constituição de reserva do custo atribuído			95.584.173	-	95.584.173
Constituição IRP/JCSLL diferidos			(32.498.619)	-	(32.498.619)
Realização da reserva do custo atribuído			(4.118.207)	4.118.207	-
Realização IRP/JCSLL da reserva do custo atribuído			1.400.191	-	1.400.191
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	699.092.193	329.540.624	60.367.538	(211.830.320)	877.170.035
	-	284.814.539	-	-	284.814.539
Créditos para futuro aumento de capital	-	237.073.744	-	-	237.073.744
Recursos recebidos	-	47.740.795	-	-	47.740.795
Atualização financeira					
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente			(2.718.017)	(82.405.393)	(85.123.410)
Prejuízo do exercício			-	(86.523.600)	(86.523.600)
Ajuste avaliação patrimonial			(2.718.017)	4.118.207	1.400.190
Constituição de reserva do custo atribuído	12		-	-	-
Constituição IRP/JCSLL diferidos			-	-	-
Realização da reserva do custo atribuído	12		(4.118.207)	4.118.207	-
Realização IRP/JCSLL da reserva do custo atribuído			1.400.191	-	1.400.191
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	699.092.193	614.355.163	57.649.521	(294.235.713)	1.076.861.164

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(86.523.600)	(70.918.387)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e amortização		12.388.437	12.196.926
Baixa de bens do ativo imobilizado		32.339	47.295
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	17b	47.740.795	32.025.230
Constituições/Reversão provisões trabalhistas e cíveis	15	47.960.807	52.701.365
		<u>21.598.778</u>	<u>26.052.429</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		912.802	(1.494.633)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		5.810.273	1.652.695
Estoques		(91.284)	(450.101)
IRPJ e CSLL a recuperar		(1.260.231)	(976.145)
Demais contas de Ativo		(8.126.240)	(913.498)
		<u>(2.754.680)</u>	<u>(2.181.682)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(1.953.137)	514.738
Impostos e taxas a recolher		(718.883)	659.011
Contribuições sociais a recolher		(3.455.249)	3.164.070
Obrigações trabalhistas e provisões para férias		(63.206)	1.102.080
Credores por convênios e depósitos		(1.218.376)	1.566.205
Plano de previdência e pensão a empregados	16	(1.489.656)	(1.394.364)
Contingências trabalhistas e cíveis	15	(11.619.975)	(16.307.041)
		<u>(20.518.481)</u>	<u>(10.695.301)</u>
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(1.674.382)	13.175.446
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(238.708.162)	(306.192.147)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(238.708.162)	(306.192.147)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital		237.073.744	297.515.394
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		237.073.744	297.515.394
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	4	(3.308.800)	4.498.693
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		41.117.656	36.618.963
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		37.808.855	41.117.656

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
RECEITAS		
Receita de transporte metroviário	66.370.623	70.089.401
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	3.617.767	2.327.276
Outras receitas e despesas (líquidas)	437.488	674.233
Reversão provisões trabalhistas e cíveis	(47.960.807)	(52.701.365)
Reversão provisões fiscais	-	-
	<u>22.465.070</u>	<u>20.389.545</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(6.780.214)	(8.051.803)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(56.725.593)	(51.110.067)
	<u>(63.505.810)</u>	<u>(59.161.870)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(41.040.740)</u>	<u>(38.772.325)</u>
Depreciação e amortização	(12.388.437)	(12.196.926)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(53.429.176)</u>	<u>(50.969.251)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Subvenções para custeio	115.861.486	112.182.857
Receitas financeiras	5.291.920	4.401.320
	<u>121.153.406</u>	<u>116.584.177</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>67.724.229</u>	<u>65.614.926</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>67.724.229</u>	<u>65.614.926</u>
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	63.782.403	63.823.600
Benefícios	11.115.913	11.001.552
FGTS	7.742.015	6.191.674
	<u>82.640.332</u>	<u>81.016.826</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	20.680.502	20.772.063
Estaduais	1.591.929	1.702.681
Municipais	281.359	309.351
	<u>22.553.790</u>	<u>22.784.095</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	146.912	31.895
Aluguéis	1.166.001	675.267
	<u>1.312.913</u>	<u>707.162</u>
Juros sobre adiantamento de capital	<u>47.740.795</u>	<u>32.025.230</u>
Prejuízo retido	<u>(86.523.600)</u>	<u>(70.918.387)</u>

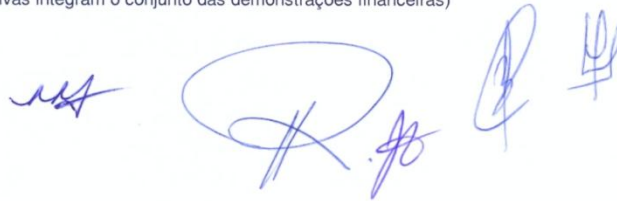
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

	2011 R\$	2010 R\$
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(86.523.600)	(70.918.387)
Depreciação do custo atribuído	4.118.207	4.118.207
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(82.405.393)	(66.800.180)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e exploração de serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul;
- b) desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 13 de março de 2012.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado são as seguintes:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela venda quando oriundas de bilhetes, e pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM e TRI; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto no CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	8.200	8.200
Valores em trânsito	735.645	481.624
Aplicações de liquidez imediata	37.065.010	40.627.832
	<u>37.808.855</u>	<u>41.117.656</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Venda de Bilhetes	5.004.436	5.863.000
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	368.713	422.951
	<u>5.373.149</u>	<u>6.285.951</u>

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E PARCELAMENTO DE DÉBITO DE EMPREGADOS

	2011		2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.157.830		2.250.109	
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	565.349		79.547	
Parcelamento de débitos de empregados	510.072	1.240.597	257.374	1.448.653
	3.233.251	1.240.597	2.587.030	1.448.653

a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe os Adiantamentos a empregados valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários; sendo tais valores ajustados por provisão para cobrir possíveis perdas na realização dos mesmos, conforme critérios estabelecidos pela área de recursos humanos. Além disso, compõe os referidos adiantamentos, o valor de R\$ 454.985, referente ao bônus de permanência, o qual está provisionado conforme nota explicativa 14 e será quitado no mês de janeiro/2012.

b) Parcelamento de débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando a relevância dos valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante (R\$ 523.514) e não circulante (R\$ 1.583.176), ajustado por provisão quando a probabilidade de realização é considerada remota ou possível.

8. DIREITOS A RECEBER

	2011	2010
Convênio Pessoal Cedido	128.937	90.796
Depósitos e Cauções	200.513	274.015
Dívidenos e Juros a Receber	633	633
	330.083	365.445



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**9. ESTOQUES**

Estoques de materiais de consumo e bilhetes	2011	2010
Material de TUES e veículos	3.976.869	3.383.625
Material da via permanente	575.751	1.014.360
Sistemas operacionais	1.416.721	1.426.460
Pecas e acessórios de equipamentos	771.258	804.100
Materiais de expediente e administrativos	453.171	421.888
Bilhetes	374.685	426.738
	7.568.455	7.477.171

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2011	2010
Depósitos Judiciais Cíveis	12.134	8.617
Depósitos Judiciais Trabalhistas	10.144.769	12.299.009
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	51.922	46.607
	10.208.825	12.354.233

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora S/ Receita Própria de R\$ 9.902.835 corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela a Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. De modo a não alterar as Demonstrações Contábeis de 2010, adotou-se apenas o saldo no final de 2011, de R\$ 9.902.835. Em 2010, o valor era R\$ 1.712.311, incluído na conta Depósitos Judiciais, saldo na época de R\$ 12.354.233.

12. IMOBILIZADO**a) Composição do saldo**

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido 2011	Valor líquido 2010
Terrenos	-	31.823.114	-	31.823.114	17.020.179
Edificações, estações e depósitos	4	86.508.708	(30.105.569)	56.403.139	58.185.451
Obras de arte (passarelas e vadutos)	3	128.745.489	(42.501.508)	86.243.981	88.666.022
Via permanente	3	112.715.947	(36.671.654)	76.044.293	78.186.233
Sistemas operacionais	9	67.843.540	(41.780.058)	26.063.482	26.746.257
Veículos ferroviários	5	122.319.061	(68.278.867)	54.040.194	56.508.935
Veículos rodoviários	33	1.230.732	(1.085.249)	145.483	160.466
Equip. processamento de dados	22	6.421.323	(5.226.821)	1.194.502	1.559.571
Equipamentos, máquinas e instrumentos	13	27.956.836	(17.569.436)	10.387.400	11.296.970
Instalações	11	1.748.427	(1.427.569)	320.858	221.473
Móveis e utensílios	10	5.076.592	(2.652.702)	2.423.891	1.542.647
Benfeitorias em bens de terceiros	17	13.587.234	(5.748.989)	7.838.244	8.298.086
Imobilizado em curso	-	850.283.932	-	850.283.932	628.427.965
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	-	3.567.297	-	3.567.297	3.567.297
		1.459.891.273	(253.048.422)	1.206.842.851	980.450.590

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

b) A companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10.

No exercício de 2010, a Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando um o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários de R\$ 32.498.618 no patrimônio líquido.

No exercício de 2011 as realizações da reserva do custo atribuído foram no valor de R\$ 4.118.208 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.400.191 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 57.649.521 (R\$ 60.637.538 em 2010) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 29.698.238 (R\$ 31.098.429 em 2010).

c) A Administração da Companhia através de relatório de avaliação de bens do ativo imobilizado emitido por especialistas em 22/02/2012, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

d) Os principais investimentos em ativo imobilizado durante o exercício de 2011 são referentes às obras de extensão do Trecho Norte da Linha 1, entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo registradas na conta Imobilizado em curso.

f) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 200.914.574 em 2011 (R\$ 185.008.294 em 2010).

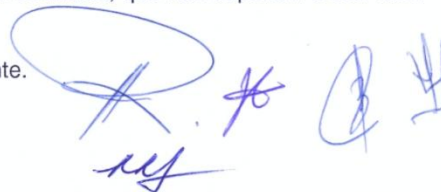
g) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, danos elétricos, vendaval e roubo. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 9.966.200 (R\$ 45.459.890 em 2010). A variação do valor segurado deve-se à nova política de seguros que está sendo adotada pela Trensurb, de forma a alinhar o valor do patrimônio segurado aos novos entendimentos da Alta Administração da Companhia, que inicialmente revisa as apólices contratadas, os bens segurados e as coberturas previstas, para num segundo momento efetuar a contratação adequada.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TREN SURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.



Ministério das
Cidades
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

Contas	Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido	Taxa anual
	Corrigido	Acumulada	2011	2010	amortização (%)
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204	Vida útil indefinida
Direito de uso de telefones	1.596	-	1.596	1.596	Vida útil indefinida
Marcas e patentes	4.872	(2.170)	2.701	3.169	10
Softwares	1.778.225	(1.471.295)	306.931	408.737	5
Outras despesas de informática	26.000	(17.548)	8.452	11.052	10
	3.184.897	(1.491.013)	1.693.884	1.798.758	

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Do saldo de R\$ 872.116 das obrigações trabalhistas o valor de R\$ 864.974 (R\$ 221.000 em 2010) refere-se ao Bônus de Permanência e seus encargos, instituído pelo Programa de Repasse de Conhecimento que visa a retenção, aumento e disseminação dos conhecimentos inerentes aos negócios da Trensurb em decorrência da implantação do Plano de Renovação do Quadro de Pessoal.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis em curto prazo, compõe-se de R\$ 131.873.116 (R\$ 79.151.896 em 2010), para ações de empregados e de R\$ 1.531.154 (R\$ 703.955 em 2010), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis a longo prazo, compõe-se de R\$ 34.300.723 (R\$ 53.051.951 em 2010), para ações de empregados e de R\$ 530.305 para ações de empregados de empresas terceirizadas, cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável.

A movimentação das provisões trabalhistas em 2011 e 2010 está composta como segue:

	2011	2010
	Circulante	Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	79.855.851	91.163.065
(+) Provisões	64.347.377	4.955.843
(-) Pagamentos	(10.798.958)	(16.263.057)
Saldo em 31 de dezembro	133.404.270	79.855.851
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	53.051.951	-
(+) Provisões	-	53.051.951
(-) Pagamentos	(720.921)	-
(-) Reversões	(17.500.002)	-
Saldo em 31 de dezembro	34.831.028	53.051.951
Total Provisionado	168.235.298	132.907.802

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no longo prazo, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável.

A movimentação das provisões cíveis em 2011 e 2010 está composta como segue:

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

	2011	2010
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	77.278	27.691
(+) Provisões	548.321	433.082
(-) Pagamentos	(100.095)	(383.495)
Saldo em 31 de dezembro	<u>525.504</u>	<u>77.278</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	565.111	-
(+) Provisões	565.111	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>565.111</u>	<u>-</u>
Total Provisionado	1.090.615	77.278

16. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte.

Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

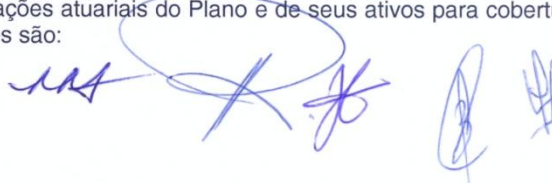
Na fase ativa o plano não traz qualquer risco de desequilíbrio. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano passa a ter risco, pois há a opção de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

PREMISSAS ATUARIAIS	
Taxa de Juros Atuariais	6% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC
Tábua de Mortalidade Válidos	AT 83 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	Ex-IAPC
Tábua de Entra em Invalidez	Hunter Conjugada com Álvaro Vindas

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Em relação ao valor presente das obrigações atuariais do Plano e de seus ativos para cobertura dessas obrigações assumidas, os valores são:



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

Passivos Atuariais (Valor Presente)	2011	2010
Benefícios Concedidos	15.941.073	13.816.540
Benefícios a Conceder	14.295.886	12.527.545
	29.786.958	26.344.085
Ativos Líquidos		
Benefício Definido	2.940.567	2.514.696
Contribuição Definida	26.051.976	22.713.972
	28.992.543	25.228.668
Custo do Serviço Passado	1.002.784	1.633.551
Superávit/Déficit Atuarial e Reserva Especial	208.369	518.134

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O passivo da patrocinadora corresponde a R\$ 979.598 em 31/12/2011 (R\$ 874.890 – parcela circulante e 104.708 – parcela não circulante) e R\$ 2.469.254 em 31/12/2010 (R\$ 1.621.167 – parcela circulante e R\$ 848.087 – parcela não circulante).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 2.281.533.509 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

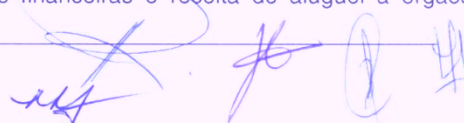
Composição Acionária em	2.011		2.010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	2.273.074.223	99,6292	2.273.074.223	99,6292
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,2868	6.543.949	0,2868
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0840	1.915.337	0,0840
Total	2.281.533.509	100,0000	2.281.533.509	100,0000

b) Adiantamentos para aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta despesas financeiras.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSSL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

	2011	2010
IRRJ	4.302.723	3.062.009
CSSL	211.861	192.344
	4.514.584	3.254.353

Embora existam prejuízos fiscais operacionais de R\$ 206.540.590 (R\$ 156.735.259 em 2010) e bases negativas de CSSL de R\$ 221.539.150 (R\$ 171.733.819 em 2010), não há probabilidade de lucros tributáveis futuros que permitam registrar, total ou parcialmente, ativos fiscais diferidos.

19. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O saldo desta conta em 2010 (R\$ 441.846) foi durante o exercício de 2011 transferido para conta INSS Parcelamento, conta esta que compõe o saldo da conta Contribuições Sociais a Recolher, no passivo circulante. Há em 2011 um saldo do referido parcelamento no passivo circulante no valor de R\$ 213.043.

20. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar Não Processados referente orçamento do exercício findo.

No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2011 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizados pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, até o dia 05.01.2012, que tem por base o sistema SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilidade maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

ATIVO		Nota	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferenças
Circulante	a		65.554.164	75.485.739	-9.931.575
Não Circulante			1.229.932.508	1.229.847.308	85.200
Realizável a Longo Prazo	b		21.372.402	21.214.392	158.010
Investimento			23.371	23.371	0
Imobilizado	c		1.206.842.851	1.206.915.661	-72.810
Intangível			1.693.884	1.693.884	0
Total do Ativo			1.295.486.672	1.305.333.047	-9.846.375
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferenças
Circulante	d		153.426.423	163.329.258	-9.902.835
Não Circulante			65.199.085	65.199.085	0
Patrimônio Líquido			1.076.861.164	1.076.804.704	56.460

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Capital		699.092.193	699.092.193	0
Reserva de Capital		614.355.163	614.355.163	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial		57.649.521	57.649.521	0
Lucros e Prejuízos Acumulados	e	-294.235.713	-294.292.173	56.460
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.295.486.672	1.305.333.047	-9.846.375

a) A diferença No Ativo Circulante de R\$ 9.931.575 à maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorre em função da classificação entre Curto e Longo prazo, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, assim como, os ajustes efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

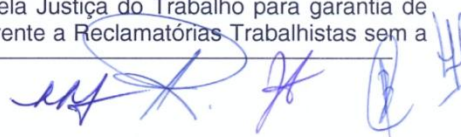
VALOR	DESCRIÇÃO
9.902.835	Valor referente a apropriação da receita própria penhorada pela justiça do Trabalho registrada na contabilidade societária como Depósito judicial no Realizável Longo Prazo em contra partida com a Receita
51.922	Valor referente a quotas penhoradas do montante aplicado que na contabilidade societária esta classificado no Realizável a Longo Prazo
114.398	Valor penhorado sobre Receita própria registrada no Realizável a Longo Prazo na contabilidade societária
1.397	Valor penhorado sobre Receita própria registrada no Realizável a Longo Prazo na contabilidade societária
(9.707)	Atualização de valores penhorados ajustados após o fechamento do SIAFI
(179.936)	Receita de Bilhetagem eletrônica registrada pela utilização e conciliada após o fechamento do SIAFI
(10.000)	Crédito de venda de Bilhetagem eletrônica SIM conciliada e registrada após o fechamento do SIAFI
(101.521)	Receita reconhecida e registrada, mas depositadas através de RA por terceiros aguardando a Liberação da Mesma no SIAFI
162.187	Baixa de valor registrada na Contabilidade societária após o fechamento do SIAFI.
9.931.575	Total da Diferença entre os dois sistemas contábeis

b) A diferença No Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 158.010 à maior na contabilidade da Lei nº 6.404/76 ocorre em função da classificação entre Curto e Longo prazo, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, assim como, os ajustes efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

VALOR	DESCRIÇÃO
51.922	Valor referente a quotas penhoradas do montante aplicado que na contabilidade societária esta classificado no Realizável a Longo Prazo
114.398	Valor penhorado sobre Receita própria registrada no Realizável a Longo Prazo na contabilidade societária
1.397	Valor penhorado sobre Receita própria registrada no Realizável a Longo Prazo na contabilidade societária
(9.707)	Atualização de valores penhorados ajustados após o fechamento do SIAFI
158.010	Total da Diferença entre os dois Sistemas

c) A diferença de R\$ 72.810 no Imobilizado refere-se a registro de ajuste no calculo da depreciação da Mais Valia ajustado após o fechamento do SIAFI, em consequência de implantação de novo sistema de controle patrimonial.

d) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 9.902.835 à maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorreu devido à obrigatoriedade do registro na conta 212121100 – Pessoal a Pagar por Insuficiência de Crédito dos valores confiscados pela Justiça do Trabalho para garantia de penhoras em moeda corrente em ações ajuizadas referente a Reclamações Trabalhistas sem a



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

devida dotação orçamentária e financeira aprovada para este Programa de Trabalho, considerando que os valores sacados pela Justiça foram da Fonte de Recursos Próprios (receita da venda de bilhetes) e a dotação orçamentária aprovada para este fim é fonte do Tesouro.


e) A diferença no Resultado no valor de R\$ 56.460 refere-se aos registros de ajuste com lançamentos de contrapartida na despesa ou receita, que não puderam ser efetuados no SIAFI em consequência do pouco prazo disponibilizado pela STN para os registros de encerramento do exercício com seus devidos ajustes e conciliações.

21. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	34.537	18.081	-
Empregados	15.881	1.042	3.421

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011.



HUMBERTO KASPER
 Diretor Presidente
 CPF 334.129.440-68



NEY MICHELUCCI RODRIGUES
 Diretor de Administração e Finanças
 CPF 237.646.270-34



PAULO RENATO DA ROSA AMARAL
 Diretor de Operações
 CPF 333.968.760-91



ELIANI DA SILVA MEDEIROS PEREIRA
 Contadora CRC/RS 35423
 CPF 490.321.780-91



JAIR BERNARDO CORRÊA
 Gerência de Contabilidade e Patrimônio
 Administrador - CRA-RS Nº 26.610
 CPF 440.204.900-82

4 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

4.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	99,3939	99,6292	99,6292
	Outras Entidades Governamentais			
	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	0,4689	0,2868	0,2868
	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	0,1372	0,0840	0,0840
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float	Σ	Σ	Σ
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
Total		100,0000	100,0000	100,0000
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float	Σ	Σ	Σ
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
Total				

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

4.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA

Quadro B.4.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES			
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011			
Denominação completa:			
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			
Ações Ordinárias - %			
Investida	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Brasil Telecom S.A	0,000012	0,000001	0,0000002
Tractbel Energia S.A - *	0,000004	0,000000	0,0000000
Vivo Participações S.A	0,000007	0,000006	0,0000007
Total	0,000024	0,000007	0,0000009
Ações Preferenciais - %			
Investida	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Brasil Telecom S.A	0,000412	0,000002	0,0000019
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás - *	0,000023	0,000000	0,0000000
Vivo Participações S.A	0,000190	0,000001	0,0000007
Total	0,000624	0,000003	0,0000026

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

* O número de ações dividido pelo total de ações da empresa conforme dados extraídos do Jornal do Comércio de 31 de Dezembro de 2011, não atinge o índice de seis dígitos após a vírgula, ou seja, o percentual no total de ações nas empresas investidas é insignificante.

5 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



A world organization of accounting firms and business advisers

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

Eldorado do Sul, 01 de março de 2012.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

A world organization of accounting firms and business advisers



companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS/23584/T/SP/S/RS

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO

1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

1.1.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

1) Objetivos da política ou prática de remuneração

Prática de remuneração

Delega ao Conselho de Administração competência para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração, condicionada esta delegação de competência à observância dos valores individuais constantes no quadro 12.2.

Fixa os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da diretoria, excluídos os valores relativos a: cedência, adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

Fonte: Ofício 340 /DEST- MP.

2) Composição da remuneração, indicando:

a) A descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Honorários, cedência, gratificação natalina, adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

b) A proporção de cada elemento na remuneração total:

Vide Quadros 12.1 e 12.2.

c) A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Atualmente, o reajuste é feito através do IPCA acumulado de Fevereiro a Janeiro do ano seguinte, salvo o valor pago ao Diretor de Administração e Finanças, que por ser cedido da Secretaria da Fazenda do Estado, tem seu reajuste feito conforme o órgão cedente. Depois de reajustados e aprovados pela DIREX, todos os valores são encaminhados para aprovação do DEST.

d) As razões que justificam a composição da remuneração:

As funções da diretoria executiva têm incumbências e responsabilidades relativas a todos os papéis necessários à administração propriamente dita, bem como conduzir os negócios vislumbrando o futuro, seja no âmbito externo e interno, em nível diretivo ou executivo, através das gerências que lhe são afetadas organizacionalmente. Devida a esta complexidade foi realizada em 2008 pesquisa salarial que definiu a remuneração atualmente praticada.

3) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

4) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

5) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada;

6) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

7) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia;

8) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

a) termos e condições gerais;

b) objetivos do plano;

c) número máximo de ações abrangidas;

d) condições de aquisições de ações;

e) forma de liquidação;

f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.

9) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);

b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;

c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);

d) a descrição dos benefícios oferecidos.

Os itens 3 ao 9 não são aplicáveis à natureza jurídica da TRENSURB.

1.1.2 Demonstrativos sobre a Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração													
	Início	Fim	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
Kasper, H	01.06.2011	—	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.887,52	1.943,76	15.000,83	
Cunha, M. A. P.	—	31.05.2011	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.169,55	
Lima, L. C. B.	01.04.2011	—	0,00	0,00	0,00	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.401,58	1.943,76	18.182,71	
Foresti, L. F.	—	—	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.887,52	1.943,76	24.170,38	
Fujimoto, N. A.	—	31.03.2011	1.833,91	1.833,91	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,73	
Muniz, R. O.	01.04.2011	—	0,00	0,00	0,00	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.401,58	1.943,76	18.182,71	
Macedo, E. D.	—	31.03.2011	1.833,91	1.833,91	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,73	
Negromonte, M. S. M.	14.03.2011	10.10.2011	0,00	0,00	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	0,00	0,00	14.671,28	
Souto, J. C.	11.10.2011	—	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.943,76	1.943,76	
Konzen, F.	—	—	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.887,52	1.943,76	24.170,38	
TOTAL CONSAD			9.169,55	9.169,55	11.003,45	11.003,46	11.003,46	11.003,46	11.003,46	11.003,46	11.003,46	11.003,46	11.003,46	18.465,72	11.662,56	136.495,05

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Almeida, R. P. (S)	01.04.2011	08.12.2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	0,00	0,00	1.833,91
Bittencourt, O. L. L. (S)	—	—	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cavalcante, L. H. F.S (T)	—	—	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.887,52	1.943,76	24.170,38
Cardoso, M.O.M. (T)	—	31.03.2011	1.833,91	1.833,91	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,73
Oliveira, A. B. (T)	01.04.2011	—	0,00	0,00	0,00	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.401,58	1.943,76	18.182,71
Martinello, A.G. (T)	—	31.03.2011	1.833,91	1.833,91	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,73
Pereira, J.J.S (S)	—	31.03.2011	0,00	0,00	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91
Pedrosa, G.S.L.G. (S)	09.12.2011	—	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peixoto, C. R. (T)	01.04.2011	—	0,00	0,00	0,00	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	3.401,58	1.943,76	18.182,71
TOTAL COFINS			5.501,73	5.501,73	7.335,64	5.501,73	5.501,73	5.501,73	5.501,73	5.501,73	7.335,64	5.501,73	10.690,68	5.831,28	75.207,08

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Quadro C.12.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO			
Órgão: Diretoria			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:	3	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	927.291,29	907.937,51	783.195,04
a) salário ou pró-labore	912.434,93	895.226,87	767.639,52
b) benefícios diretos e indiretos	14.856,36	12.710,64	15.555,52
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
a) bônus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	927.291,29	907.937,51	783.195,04
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Quadro C.12.2.1 - Síntese da Remuneração dos Administradores

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:	6	5	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	136.495,35	141.149,56	87.046,81
a) salário ou pró-labore	136.495,35	141.149,56	87.046,81
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	136.495,35	141.149,56	87.046,81
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Quadro C.12.2.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:	3 T, 4 S	3 T, 2S	3 T, 1 S
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	75.207,08	70.574,75	55.452,03
a) salário ou pró-labore	75.207,08	70.574,75	55.452,03
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	75.207,08	70.574,75	55.452,03
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Quadro C.12.3 - Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores - NÃO APLICÁVEL

2 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

I - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinada:

a) Nome: BB Previdência

b) Razão Social: BB Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil

c) CNPJ: 00.544.659/0001-09

d) Demonstrativo Anual, contendo:

1) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes: R\$ 11.990.981,91

2) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes: R\$ 850.863,02

3) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora: R\$ 781.925,84 e R\$ 1.136.234,23 (Valor referente ao Tempo de Serviço Passado).

4) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora: Não se aplica.

5) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições: Não se aplica.

6) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal: O valor total das Aplicações BB Previdência no ano de 2011 foram R\$ 23.231.511,89 (80,83%) em Renda fixa, R\$ 5.244.159,20 (18,25%) em Renda Variável e R\$ 265.960,84 (0,93%) em Investimentos Estruturados estando em conformidade com as estratégias de alocação da Política de Investimentos e com os limites estabelecidos no Capítulo VII da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009.

7) Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar: A BB Previdência Informa por meio do SICAD (Sistema de emissão e cadastramento de débito) o Demonstrativo de Investimento e a Divergência não Planejada do plano da TRENSURB nas formas e prazos estabelecidos INSTRUÇÃO Nº 1, DE 22 DE MARÇO DE 2011 e na INSTRUÇÃO MPS/PREVIC nº02, DE 18 DE MAIO DE 2010.

8) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional: A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimento da BB PREVIDÊNCIA. Ela é constituída por um conjunto de diretrizes de longo prazo que visam à preservação e melhoria da performance dos ativos financeiros, através de um processo prudente de investimentos. Busca-se com isso assegurar:

- O claro entendimento por parte dos gestores, empregados da BB PREVIDÊNCIA, patrocinadores, participantes, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores quanto aos objetivos e restrições relativas aos investimentos dos ativos da Entidade.

- A existência de um instrumento de planejamento que permita identificar e definir claramente as necessidades e requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco (isto é,

objetivos de investimento) e restrições de investimento. A aplicação de recursos da entidade objetiva a maximização da rentabilidade dos ativos de modo a constituir reservas suficientes para pagamento dos compromissos dos planos, considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez;

- A existência de critérios e objetivos racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias empregadas no processo de investimentos da Entidade.

- O estabelecimento de diretrizes aos gestores para que eles conduzam o processo de investimentos em conformidade com os objetivos e restrições de investimentos da BB PREVIDÊNCIA.

- Independência ao processo de investimento com relação a um gestor específico, isto é, qualquer gestor que venha a conduzir o processo de investimento tem diretrizes bem definidas que devem ser.

Em 2011 observamos que a filosofia e as práticas definidas na política de investimentos fizeram com que a rentabilidade do Plano de Previdência TRENSURB obtivesse um resultado positivo de 7,28% mesmo diante de dos retrocessos vistos na política global que trouxeram a preocupação de que houvesse um novo choque financeiro, esse fato fez com que a economia mundial obtivesse uma desaceleração importante refletindo na bolsa de valores de São Paulo que encerrou o ano com um recuo de -18,1%.

A política de investimentos da BB Previdência é elaborada pela Diretoria executiva e aprovadas pelo conselho deliberativo da EFPC antes do início do exercício a que se referir, as informações contidas na política são encaminhadas à PREVIC no prazo de 30 dias contados da data de aprovação pelo conselho deliberativo, Além disso, contém os itens mínimos exigidos no parágrafo 3º do Capítulo V da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009, estando em conformidade com as exigências estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

e) Conclusões contidas no parecer da auditoria independente: Opinião extraída do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Empresa PWC – Price WaterHouse Coopers.

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.”

f) Conclusões do último estudo atuarial: Parecer extraído do Relatório de Demonstração Atuarial BB-Previdência.

“Parecer Atuarial do Plano

Qualidade da base cadastral:

A Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2011 foi elaborada na posição 31/12/2011, utilizando o cadastro constante da base de dados da BB Previdência, posicionado em 31/07/2011 o qual, após testes de consistência, foi considerado como adequado para a Avaliação.

Variação do resultado:

O Plano TRENSURB PREV apresenta-se deficitário em 2011.

Essa variação do resultado entre 2010 e 2011 deve principalmente à não realização da meta atuarial. A rentabilidade líquida alcançada em 2011 pelo FUVATES PREV foi de 7,2761% a.a. enquanto a Meta Atuarial (INPC + 6% a.a.) chegou a 12,4447% a.a., resultando em uma perda atuarial de 5,1686 pontos percentuais.

Natureza do resultado:

O Plano TRENSURB PREV apresentou um resultado deficitário de natureza conjuntural em 2011.

Entende-se por resultado conjuntural aquele que tiver origem em fatores econômicos, financeiros e/ou biométricos não-estáveis, sujeitos a reversão por decorrência de fatores identificados como ocasionais.

Desequilíbrios de natureza podem ser tratados pela revisão de premissas (econômicas, biométricas ou genéricas).

Soluções para equacionamento de déficit:

Considerando a natureza conjuntural do déficit, ocasionado pelo não atingimento da meta atuarial, não será promovido o equacionamento imediato, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. O resultado atuarial do plano será acompanhado durante o ano de 2012 e caso a insuficiência se repita na avaliação de final de exercício, o déficit será equacionado.

Adequação dos métodos de financiamento:

O método de financiamento tem como objetivo estabelecer o nível e as épocas de realização das contribuições necessárias para a cobertura dos benefícios assegurados pelo regulamento do plano. Sendo que, na prática, corresponde a modelos orçamentários operacionais, definidos em função do fluxo financeiro e da acumulação de recursos necessária para a cobertura dos compromissos assumidos.

Ressalta-se que, Independentemente do método de financiamento adotado, deve-se buscar sempre o equilíbrio atuarial do plano.

Outros fatos relevantes:

Quanto as premissas:

- Tábua de Mortalidade Geral: utilizada a tábua AT-83 Masculina;

- Tábua de Entrada em Invalidez: utilizada a tábua Hunter conjugada com Álvaro Vindas.”

II - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas. Informamos que não houve fiscalização no plano da TRENSURB no exercício de 2011.